

" Quem administra bens alheios presta contas "

"Ora, bom exemplo de bens alheios são os bens públicos que por serem da comunidade (ou de instituições nascidas da sua auto organização) não são individualmente de ninguém que zele pela sua integridade e pela sua fidelidade e transparência da respetiva gestão.

Surge, assim, a obrigação de prestar contas como dever dos que administram a qualquer título, dinheiros ou outros ativos públicos".

Tribunal de Contas

1. INTRODUÇÃO

1.1. OBJECTIVO E ENQUADRAMENTO GERAL

A obrigação de prestar contas é tanto maior quanto a função é pública, ou seja, quando se trata do desempenho de cargos pagos pelo dinheiro dos contribuintes.

Dentro deste espírito, o órgão executivo de um município tem a responsabilidade por uma boa gestão dos dinheiros públicos (afetação de recursos com o objetivo da eficiência e a redistribuição de rendimentos e riqueza com vista a uma melhor justiça social) e consequentemente de informarem sobre a forma como utilizam os recursos públicos disponibilizados.

Confrontados os decisores políticos com esta necessidade, sobressai a importância do papel do sistema contabilístico, cabendo-lhe assegurar a obtenção de informação económica, financeira e patrimonial, fiável e oportuna, e que possibilite a tomada de decisões e uma gestão mais eficiente, eficaz e económica na utilização dos sempre escassos recursos financeiros.

No decurso das disposições legais em matéria de prestação de contas, particularmente o regime financeiro acometido às Autarquias Locais (Lei das Finanças Locais - LFL), Decreto-Lei nº54-A/99, de 22 de fevereiro (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais - POCAL), com as alterações introduzidas pela Lei nº 162/99 de 14 de setembro, pelo Decreto-Lei nº315/2000 de 2 de dezembro e pelo Decreto-Lei nº 84-A/2002 de 5 de abril, e Lei nº 98/97 de 26 de agosto e as suas alterações (Lei de Organização e do Processo do Tribunal de Contas), submete-se o RELATÓRIO DE GESTÃO e demais DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS, referente ao exercício económico de 2012, de forma que possa ser exercido o competente julgamento da atividade municipal, pela Assembleia Municipal (*Controlo Político*), pela DGAL - Direção Geral das Autarquias Locais e IGF - Inspeção Geral das Finanças (*Controlo Administrativo*), pelo Tribunal de Contas (*Controlo Jurisdicional*) e pelos Eleitores, Fornecedores, Instituições Financeiras, etc. (*Controlo Social*).

1.2. ESTRUTURA /METODOLOGIA

O presente Relatório espelha a execução orçamental durante o ano económico de 2012 e da situação financeira patrimonial da autarquia no final desse período, tendo sido elaborado nos termos do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro "POCAL", cumprindo o preceituado no n.º 13 do POCAL e n.º 28 das Instruções n.º 1/2001 - 2.ª Secção - Resolução n.º 4/2001, do Tribunal de Contas e apresenta em documento autónomo os mapas de Prestação de Contas.

O relato financeiro, que se segue visa explorar as tendências do desempenho financeiro do Município de Estarreja em diferentes óticas, nomeadamente a Orçamental, Económica e Financeira, tendo por base a comparação com os exercícios anteriores.

De forma resumida o **Relatório de Gestão** trata-se de um instrumento fundamental de diagnóstico e de avaliação da performance económica e financeira do município, disponibilizando elementos relativos à atividade financeira e patrimonial da autarquia evidenciando os aspetos mais importantes, com particular ênfase:

- ✦ na análise da execução orçamental das receitas e despesas, relevando os aspetos da execução das Grandes Opções do Plano (doravante GOP's), especificamente no que concerne ao investimento e atividades mais relevantes realizadas;
- ✦ do endividamento da autarquia;
- ✦ análise da demonstração de resultados e balanço identificando os resultados operados no exercício
- ✦ apresentação e análise de alguns indicadores financeiros

O **Relatório de Gestão** apresenta-se decomposto em quatro áreas principais:

- **Enquadramento Macroeconómico**, de descrição dos factos mais relevantes da conjuntura económica mundial e nacional que caracterizaram o ano 2012 e influenciaram a atuação e os resultados da autarquia no exercício económico em análise;
- **Análise Orçamental**, desenvolve-se uma avaliação de natureza orçamental, centrada de início na execução global do orçamento, suas alterações e revisões e respetiva articulação entre receita e despesa, assim como os fluxos de caixa e contas de ordem, seguida de uma abordagem individualizada à componentes da Receita e da Despesa Municipal;
- **Dívida Municipal**, incluindo uma apreciação detalhada ao endividamento autárquico, questão de fundamental importância no contexto global da administração pública;
- **Análise Patrimonial**, tendo por base o balanço e a demonstração de resultados, permitindo uma análise da situação económico-financeira relativa ao exercício, avaliando designadamente a situação patrimonial, a evolução dos custos e proveitos, incluindo proposta de aplicação do resultado Líquido do período.
- **Indicadores de gestão**

Na metodologia utilizada foram elaborados quadros e gráficos de forma a evidenciar os dados informativos indicados em cada capítulo. Para melhor enquadramento e comparação das variáveis mais significativas da gestão municipal são apresentados, também, elementos relativos à execução dos anos anteriores.

2. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

2.1. BREVE ENQUADRAMENTO INTERNACIONAL

A economia mundial encontra-se em abrandamento e estagnação e numa forte desaceleração da atividade económica. As previsões de crescimento económico têm vindo a ser revistas em baixa, tendo aumentado o grau de incerteza. Esta deterioração do enquadramento macroeconómico centra-se essencialmente nas economias avançadas, ainda que as previsões de crescimento para os mercados emergentes também tenham vindo a ser afetadas negativamente.

A conjuntura económica internacional continuou condicionada por um crescimento modesto da atividade no setor industrial, reflexo da fraca procura, nomeadamente por parte das principais economias, e consequente desaceleração das transações de comércio internacional.

A procura manteve-se condicionada, em diversos casos, pelo ambiente de desalavancagem, quer de empresas, quer sobretudo de famílias, nomeadamente nas regiões desenvolvidas, e pela ausência de tração dos estímulos monetários, quer convencionais, quer não convencionais, à economia real.

Adicionalmente, com o rácio de dívida sobre o PIB a atingir, em diversos casos, o nível mais elevado desde a Segunda Guerra Mundial, vários Governos continuaram a ser forçados a seguir políticas orçamentais restritivas, procurando alcançar saldos orçamentais primários positivos que permitam inverter a tendência de subida da dívida pública, atribuindo-lhe assim um carácter de sustentabilidade. Nas poucas economias em que se assistiu a algum estímulo orçamental, o impacto no crescimento não foi significativo, uma vez que o setor privado manteve uma toada de contração do consumo.

O ano de 2012 ficou marcado pela propagação da crise da dívida soberana no seio da Europa, após o contágio da mesma à dívida italiana e espanhola, situação agravada ainda pelas incertezas políticas em alguns países, pelo pedido de assistência ao setor financeiro por parte de Espanha, e pela necessidade de aprovação de um novo pacote de auxílio financeiro à Grécia, mesmo após o processo de reestruturação da dívida pública daquele Estado Membro ainda durante o 1º trimestre de 2012. Com o receio dos investidores acerca da situação das finanças públicas a agravar-se até meados do ano, alguns Governos reforçaram as medidas de austeridade.

Os responsáveis governamentais e dos bancos centrais continuaram, em 2012, a implementar medidas para estabilizar os mercados financeiros e impulsionar a atividade económica, medidas que acabaram por despoletar uma evolução mais favorável do sentimento durante a segunda metade do ano.

Na Europa, a nível dos Governos, destaque para os novos compromissos no sentido de reforçar a coordenação das políticas económicas, de fiscalização orçamental, e de aumento do poder de intervenção dos mecanismos de estabilização financeira, desta feita junto do setor bancário, tendo para isso sido dados os primeiros passos com vista à criação de um mecanismo único de supervisão bancária.

A nível da política monetária, realce para a introdução de novos estímulos, nomeadamente o anúncio da criação, por parte do Banco Central Europeu (BCE), do programa Transações Monetárias Definitivas (na sigla inglesa, OMT - Outright Monetary Transactions), o novo mecanismo de intervenção do banco central no mercado da dívida, assim como a decisão de reduzir a principal taxa diretora para um mínimo de 0.75% em julho, e, para a realização de um segundo leilão de cedência de liquidez a 3 anos, em fevereiro.

Nos EUA, a Reserva Federal reforçou a compra de títulos do Tesouro e anunciou a aquisição de títulos de dívida hipotecária, enquanto no Japão o banco central aumentou, por seis vezes, a dimensão do programa de compra de ativos financeiros.

Apesar disso, ao longo do ano, as estimativas de crescimento económico das instituições internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a OCDE, entre outras, foram sucessivamente sido revistas em baixa, em conformidade com a deterioração dos indicadores económicos em muitas regiões do globo. Na atualização mais recente das estimativas económicas, em janeiro de 2013, o FMI estimava que a economia mundial terá crescido 3,2% em 2012, percentagem inferior aos 3,3% estimados em setembro de 2012. O FMI continuou a alertar para o fato dos diversos riscos, quer de natureza orçamental, quer financeira, serem ainda muito elevados, embora tenha reconhecido que, caso não se materializem, e caso as condições financeiras continuem a melhorar, o crescimento pode vir a ser mais elevado do que o atualmente previsto para 2013.

De acordo com o Eurostat, o crescimento na Área Euro em 2012 terá voltado a contrair, desta feita -0,4%, tendo a economia voltado a cair em recessão pela segunda vez em quatro anos. Esta retração assentou, primordialmente, na procura doméstica.

Pela negativa, sublinhe-se o desempenho das economias periféricas, que terão averbado uma contração.

Quanto aos restantes Estados Membros da Área Euro, nomeadamente os principais, embora tenham crescido, registaram fortes abrandamentos. O desemprego na região continuou a aumentar em 2012, tendo a taxa de desemprego atingido 11,8%, perto do final do ano, o nível mais elevado desde o verão de 1990.

Quadro nº1

	INDICADORES ECONÓMICOS					
	Taxas de variação (%) PIB		Inflação ^(b)		Taxas (%) Desemprego ^(b)	
	2011	2012	2011	2012	2011	2012
União Europeia^(a)	1.5	-0.3	3.1	2.7	9.7	10.5
Área do Euro	1.4	-0.4	2.7	2.5	10.1	11.3
Alemanha	3.0	0.7	2.5	2.1	5.5	5.5
França	1.7	0.2	2.3	2.3	9.6	10.2
Reino Unido	0.9	-0.3	4.5	2.7	8.0	7.9
Espanha	0.4	-1.4	3.1	2.5	21.7	25.1
Itália	0.4	-2.3	2.9	3.3	8.4	10.6
EUA	1.8	2.3	3.1	2.0	9.0	8.2
Japão	-0.6	2.0	-0.3	0.0	4.6	4.5
Rússia	4.3	3.6	8.4	5.1	6.5	6.0
China	9.3	7.8	5.4	3.0	4.1	4.1
Índia	7.9	4.5	10.2	9.6	n.d.	n.d.
Brasil	2.7	1.0	6.6	5.2	6.0	6.0

Fonte: FMI: World Economic Outlook - Update - Janeiro de 2013

(a) Comissão Europeia: European Economic Forecast - Novembro de 2012

(b) FMI: World Economic Outlook - Setembro de 2012 (para os países não membros da UE)

n.d. - não disponível

Nos EUA, apesar da crescente incerteza relacionada com o forte ajustamento orçamental previsto para 2013, o crescimento teve um contributo positivo para o sentimento dos investidores, tendo a atividade mantido um ritmo de expansão ligeiramente acima do inicialmente esperado. Destacou-se a substancial melhoria do mercado habitacional, quer ao nível de preços, quer ao nível de vendas.

Embora os níveis de crescimento mais elevados tenham sido registados pelas economias emergentes, este bloco evidenciou também algum abrandamento no decurso de 2012, sobretudo



na segunda metade do ano. O mesmo foi, por um lado, resultado do enfraquecimento dos seus principais parceiros comerciais e, por outro, das políticas macroeconómicas de contenção implementadas ainda durante 2011, a fim de prevenir o aparecimento de pressões inflacionistas.

Assim, em 2012, em muitas destas economias as políticas monetárias foram novamente objeto de ajustamento, desta feita no sentido expansionista.

Quadro nº2

INDICADORES ECONÓMICOS DA UNIÃO EUROPEIA E ÁREA DO EURO

Taxas de variação (%)	União Europeia		Área do Euro	
	2011	2012	2011	2012
Produto Interno Bruto (PIB)	1.5	-0.3	1.4	-0.4
Consumo privado	0.1	-0.6	0.1	-1.0
Consumo público	-0.1	0.0	-0.1	-0.2
FBCF	1.4	-2.2	1.5	-3.5
Procura Interna	0.3	-0.7	0.3	-1.3
Exportações	6.4	2.2	6.3	2.5
Importações	4.1	0.1	4.2	-0.5
Taxas (%)				
Taxa de Inflação (IHPC)	3.1	2.7	2.7	2.5
Taxa de desemprego	9.7	10.5	10.1	11.3
Saldo do Setor Púb. Adm. (% do PIB)	-4.4	-3.6	-4.1	-3.3

Fonte: Eurostat

Valores de 2012: Comissão Europeia: European Economic Forecast - novembro de 2012

Comissão Europeia: European Economic Forecast - novembro de 2012

No bloco asiático voltou a assistir-se às maiores taxas de expansão. Ainda assim, a atenção dos investidores esteve centrada quer na China, onde no verão o crescimento económico registado foi o mais baixo desde o início de 2009, quer no Japão, onde a atividade voltou a terreno negativo.

Destaque ainda para o desempenho da economia brasileira, cuja expansão foi muito inferior à esperada. O Banco Central do Brasil destacou-se, aliás, ao decretar sete reduções da taxa diretora, enquanto, por seu lado, o governo anunciou novos estímulos ao consumo e ao investimento.

Em 2012, a nível global, a inflação não constituiu um obstáculo à implementação de medidas de estímulo à economia, uma vez que se observou uma tendência de moderação, enquanto as expectativas para a evolução do nível dos preços permaneceram ancoradas.

Na Área Euro, a inflação, medida pelo Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC), registou uma taxa de variação média de 2,5%, abaixo dos 2,7% de 2011, tendo o principal contributo para o arrefecimento dos preços vindo da componente energética.

Em termos globais, os riscos para a evolução da atividade económica a nível internacional são claramente enviesados no sentido descendente. Neste contexto, é essencial um esforço concertado de atuação que limite efeitos de interação entre o risco soberano, o sistema financeiro e a economia. Adicionalmente, as vulnerabilidades observadas nalgumas economias de mercado emergentes, a volatilidade nos mercados financeiros e nos preços de matérias-primas e algumas tensões geopolíticas comprometem a evolução da atividade económica a nível mundial.

2.2. ECONOMIA PORTUGUESA

A Economia Portuguesa defronta problemas estruturais difíceis de vencer, tendo intensificado no ano 2012 o inadiável processo de ajustamento dos desequilíbrios macroeconómicos acumulados ao longo dos últimos anos.

Estes desequilíbrios que conduziram ao avolumar de níveis de endividamento público e de elevados níveis de endividamento externo, que igualmente se refletiam no endividamento das famílias e das empresas. Neste processo, estas debilidades e desequilíbrios foram sendo revelados de forma clara, no contexto da crise global e europeia que se fez sentir a partir de 2007. Face aos níveis de endividamento e ao ritmo de crescimento da economia portuguesa, o risco de crédito associado aos instrumentos portugueses de dívida, originaram um forte agravamento dos custos de financiamento da dívida, bem como o acesso ao crédito.

Num contexto de fortes tensões nos mercados financeiros internacionais, este desequilíbrios constituíram uma vulnerabilidade na economia portuguesa que contribuiu para a perda de acesso ao setor público – e, em consequência, do sector bancário – financiamento de mercado em condições regulares.

Deste modo, o Estado português, em abril de 2011, solicitou assistência financeira junto do Fundo Monetário Internacional (FMI) e da União Europeia, no total de 78 mil milhões de euros.

Este pedido deu lugar à formalização de um Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), materializado no Memorando de Políticas Económicas e Financeiras e o Memorando de Entendimento Técnico, assinados pelo Governo Português em 17.05.2011 com o Banco Central Europeu (BCE), FMI e CE, com os compromissos de adoção de um conjunto de medidas que visam promover:

- ↳ A estabilidade financeira;
- ↳ A consolidação orçamental;
- ↳ A eliminação do desequilíbrio das finanças públicas e a redução do endividamento; e a
- ↳ Transformação estrutural da economia portuguesa.

Sendo assim, no ano 2012 prosseguindo os pressupostos do PAEF, mantiveram-se as medidas restritivas de despesa pública e de endividamento impostas pelo Orçamento de Estado de 2012, que promoveu:

- Medidas de redução da despesa pública (cerca de 2/3 e 1/3 de receita) com cortes transversais a toda a Administração Pública;
- Controlo de admissão de pessoal para a redução de efetivos em 2% e anos seguintes;
- Manutenção de reduções salariais e de proibição de valorizações remuneratórias e ainda a revogação do direito de renúncia a férias (consequentemente o direito a receber remuneração e o subsídio respetivo);
- Suspensão, no todo e em parte, dos subsídios de férias e Natal (acima dos 1.100€) e entre os 600 € e os 1.100€.
- Redução do acréscimo pago por trabalho suplementar (-50%) e eliminado o direito a descansado compensatório;
- Redução da despesa na área da educação, ciências, ensino superior (incluindo ensino Pré-Escolar, Básico e Secundário), em especial o nº de escolas e nº de professores contratados.
- Manutenção das medidas de controlo sobre contratos de prestações de serviços (aplicação de reduções remuneratórias e da Lei nº 12-A/2008 de 27/01);

- Reduções de Pagamentos em Atraso (art.º 65.º) – Obrigação, de até final do ano de 2012, as entidades incluídas no subsector administração local, reduzirem, no mínimo, 10 % dos pagamentos em atraso com mais de 90 dias, registados no Sistema Integrado de Informação da Administração Local (SIIAL) em Setembro de 2011;
- Redução das despesas de investimento.
- No âmbito da reprogramação do QREN, foram aumentadas as taxas de co-financiamento comunitário permitindo reduzir as necessidades de contrapartida pública nacional.
- Redução das isenções em sede de IVA e reestruturação das listas do imposto;
- Em cumprimento do PAEF, as taxas mínimas e máximas do IMI foram elevadas 0,1 p.p. (regressando aos níveis fixados aquando a aprovação do código do IMI em 2003);
- Regulamentação em portaria sobre as regras de cabimentação e à assunção de compromissos na administração local, bem como um conjunto de consequências legais para a violação das regras relativas as compromissos.

No decurso de 2012 prosseguiu o processo de ajustamento da economia portuguesa caracterizado pela redução das necessidades de financiamento líquidas dos diversos setores da economia, bem como pelo ajustamento do balanço dos bancos através do aumento dos rácios de solvabilidade e da redução dos rácios de transformação.

A atividade económica, nos primeiros três trimestres de 2012, decresceu -3,0%, se comparada com o mesmo período de 2011, tendo-se assistido a variações negativas em cadeia nos três períodos já conhecidos. Este desempenho resultou do contributo negativo do consumo privado, do consumo público e do investimento, atenuado apenas pelo desempenho das exportações líquidas.

Quadro nº3

INDICADORES DA ECONOMIA PORTUGUESA

Taxas de variação (%)	2010	2011	2012 (a)
Produto Interno Bruto	1.4	-1.7	-3.0
Consumo privado	2.1	-4.0	-5.9
Consumo público	0.9	-3.8	-3.3
FBCF	-4.1	-11.3	-14.1
Procura Interna	1.8	5.8	n.d.
Exportações	8.8	7.5	4.3
Importações	5.4	-5.3	-6.6

Taxas (%)	2010	2011	2012 (a)
Taxa de Inflação (IHPC)	1.4	3.7	2.8
Taxa de desemprego	10.8	15.5	16.4
Défice do SPA (% do PIB)	-9.8	-4.4	-5.0
Dívida Pública (% do PIB)	93.5	108.1	119.1

Fonte: INE

(a) OE: Relatório Orçamento de Estado para 2013, outubro de 2012

Quer o consumo privado, com uma queda de -5,8%, quer o consumo público, que contraiu -4,3%, contribuíram para o decréscimo da atividade económica durante o período em causa. Tal deveu-se, em parte, à política orçamental contracionista num contexto de implementação do Programa de Apoio Económico e Financeiro a Portugal. Também se assistiu a um agravamento da confiança dos consumidores, tendo este sido evidente no terceiro trimestre.

A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) diminuiu -14,9%, com forte expressão na componente da construção e de equipamento de transporte. Tal foi consequência, sobretudo, do nível de atividade económica e do decréscimo do investimento público.

Registe-se o comportamento do comércio internacional. Por um lado, as exportações cresceram 9,3%, por outro lado, as importações diminuíram -3,0%. Apesar do abrandamento da economia mundial, observou-se um aumento da quota das exportações portuguesas ao longo de 2012. As exportações destinadas ao mercado extracomunitário aumentaram 24,5%. Por seu lado, a queda das importações deveu-se, sobretudo, à contração da procura interna.

Quanto à inflação, o IHPC português registou, nos primeiros 11 meses de 2012, uma taxa de variação média de 2,8%, 0,3 pontos percentuais acima da Área Euro. Esta resultou, em parte, do aumento do preço dos bens energéticos e do acréscimo de diversos impostos indiretos, nomeadamente, o IVA.

No mercado de trabalho, a taxa de desemprego manteve a tendência de subida em 2012. Em termos médios, esta fixou-se em 15,7%, sendo a população desempregada de 923,2 mil indivíduos, um aumento de 19,7% face ao mesmo período de 2011.

Neste seguimento, as políticas municipais estiveram extremamente condicionadas pela acentuada exigência de consolidação das contas públicas, designadamente o PAEF, o Orçamento de Estado para 2012, com expressão nas transferências das autarquias, nos níveis de endividamento municipal, através de diversos mecanismos, quer de médio quer de curto prazo (aqui com especial enfoque na Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso – LCPA - Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro e o Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho) na gestão dos efetivos de trabalhadores e demais medidas aprovadas, à qual acrescem os condicionamentos da atual conjuntura económica e financeira, fortemente associada ao agravamento da crise económica global, num quadro de muito maior exigência e rigor orçamental.

É neste contexto da economia nacional que o Município, em 2012, desenvolveu uma estratégia de redução de custos, reorientando as suas atividades para a execução dos projetos cofinanciados, bem como para a satisfação das necessidades primárias da população.

3. ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Numa primeira instância procede-se a uma apreciação de âmbito orçamental, inicialmente centrada na execução global do orçamento, seguindo-se uma abordagem do equilíbrio orçamental, designadamente ao nível da poupança corrente, fluxos monetários e das fontes de financiamento do investimento, para por último desenvolver uma análise individual às componentes da Receita e Despesa Municipal.

Os documentos previsionais e de planeamento, concretamente as Grandes Opções do Plano e Orçamento, definiram para 2012, as principais escolhas de política de desenvolvimento para o concelho, identificando os projetos prioritários e mobilizando os recursos técnicos, humanos e financeiros necessários á sua execução.

Em matéria da Contabilidade Orçamental, a prestação de contas é feita em termos de execução dos documentos previsionais " Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2012".

A execução dos documentos orçamentais consubstancia-se no desenvolvimento das ações necessárias à arrecadação de receitas previstas e à realização de despesas inscritas no Orçamento, visando alcançar os objetivos fixados nas Grandes Opções do Plano.

3.1. EXECUÇÃO GLOBAL DO ORÇAMENTO.

Neste primeiro momento, pretende-se evidenciar a execução orçamental do Município de Estarreja, no ano económico de 2012. Para o efeito, são analisadas as componentes orçamentais da receita e da despesa municipal, com relevância para as de maior peso na respetiva estrutura.

A estrutura da receita e da despesa obedece ao estabelecido no classificador económico apresentado no D.L. 26/2002 de 14 de Fevereiro, dividindo-se em correntes e de capital e outras receitas/despesas.

Na ótica da receita, analisar-se-á a previsão orçamental, a cobrança e os saldos orçamentais.

Na ótica da despesa, os fatos financeiros objetos de análise e comparação serão a despesa prevista, os compromissos assumidos, os pagamentos efetuados e os compromissos por pagar.

3.1.1. Orçamento Inicial versus Final e Executado

A análise da variação entre o **orçamento inicial, final e executado** permite aferir da concretização dos projetos a que o Município se propôs, nomeadamente a capacidade de gestão dos recursos da autarquia, bem como o esforço de angariação da receita, fator fundamental para a realização do objetivo político.

Os documentos previsionais de 2012 (Orçamento e Grandes Opções do Plano) aprovados pela Assembleia Municipal, inscreviam uma previsão inicial (receitas) e uma dotação inicial (despesa), de 23.977.000,00€, sendo de reforçar que em termos comparativos com o exercício económico anterior, os documentos previsionais 2012 apresentaram uma previsão inferior ao Orçamento de 2011 em 2.553.500,00€.

ALTERAÇÕES E REVISÕES AO ORÇAMENTO

Em matéria de execução orçamental e ao longo dos exercícios económicos são, por regra realizadas, modificações orçamentais, que originam acertos aos valores inicialmente previstos, por via do reforço e/ou anulação das respetivas dotações.

Dessa previsão e dotação inicial, e nos termos do ponto 8.3.1. do POCAL, procederam-se a um conjunto de modificações orçamentais que se traduziram em 7 (sete) alterações e uma revisão orçamental, que permitiram que o volume global do orçamento avançasse para os 24.263.264,82€, o que corresponde a uma acréscimo de 1,19 p.p. ou em termos absolutos a um aumento de €286.264,82.

Este aumento do valor global do Orçamento deveu-se exclusivamente á incorporação do "Saldo Transitado da Gerência Anterior", no montante de €286.264,82, justificando-se desta forma a única revisão aos documentos previsionais ocorrida no exercício 2012.

O Orçamento 2012 e as GOP's 2012-2015 aprovado pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal em 24 de novembro de 2011 e 21 de dezembro, respetivamente,, sofreu, então, 8 modificações, que foram concretizadas da seguinte forma:

- ✓ 1 (uma) revisão ao Orçamento da Receita;
- ✓ 1 (uma) revisão ao Orçamento da Despesa;
- ✓ 7 (sete) alterações ao Orçamento da Despesa;
- ✓ 7 (sete) alterações ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI);
- ✓ 6 (seis) alterações no Plano de Atividades Municipais (PAM);

Estruturando a informação referente às modificações orçamentais realizadas em grupos, onde se agregam tanto os reforços como as anulações a que foram sujeitos os diferentes capítulos económicos da Despesa e da Receita autárquica, avalia-se de seguida o comportamento das respetivas dotações orçamentais durante o ano 2012, face aos consecutivos ajustamentos das previsões às realizações então efetivadas.

Quadro nº4 – Alterações e Revisões Orçamentais 2012 - DESPESA

(unidade monetária : Euros)

Capítulos	Dotação Inicial		Alterações e Revisões		Dotação Corrigida		Variação	
	Valor	%	Reforços	Deduções	Valor	%	Valor	%
Despesas Correntes	11.016.346,00	45,95%	1.374.073,25	1.272.299,30	11.118.119,95	45,82%	101.773,95	0,92%
Despesas com Pessoal	4.509.855,00	18,81%	180.807,52	480.616,42	4.210.046,10	17,35%	-299.808,90	-6,65%
Aquisição de Bens e Serviços Correntes	5.064.545,00	21,12%	1.103.420,73	561.833,04	5.606.132,69	23,11%	541.587,69	10,69%
Juros e Outros Encargos	295.000,00	1,23%	500,00	26.400,00	269.100,00	1,11%	-25.900,00	-8,78%
Transferências Correntes	938.666,00	3,91%	28.545,00	100.860,00	866.351,00	3,57%	-72.315,00	-7,70%
Outras Despesas Correntes	208.280,00	0,87%	60.800,00	102.589,84	166.490,16	0,69%	-41.789,84	-20,06%
		0,00%						
Despesas de Capital	12.960.654,00	54,05%	1.236.865,28	1.052.374,41	13.145.144,87	54,18%	184.490,87	1,42%
Aquisição de Bens de Investimento	10.251.470,00	42,76%	1.214.065,28	829.084,46	10.636.450,82	43,84%	384.980,82	3,76%
Transferências de Capital	1.068.600,00	4,46%	22.800,00	16.289,95	1.075.110,05	4,43%	6.510,05	0,61%
Activos Financeiros	336.480,00	1,40%	0,00	207.000,00	129.480,00	0,53%	-207.000,00	-61,52%
Passivos Financeiros	1.301.604,00	5,43%	0,00	0,00	1.301.604,00	5,36%	0,00	0,00%
Outras Despesas de Capital	2.500,00	0,01%	0,00	0,00	2.500,00	0,01%	0,00	0,00%
Total da Despesa	23.977.000,00	100,00%	2.610.938,53	2.324.673,71	24.263.264,82	100,00%	286.264,82	1,19%

Sobressai da apreciação do quadro supra que em consequência das modificações realizadas ao orçamento da despesa em 2012, foram realizados reforços no valor de 2.610.938,53€ que apenas determinaram um aumento da dotação global de 286.264,82€, isto resultado da incorporação do saldo de gerência anterior. Para os 2.324.673,21€ de remanescente aferido nos demais reforços, foi utilizado como contrapartida a redução de dotações em diversas rubricas que se encontravam excessivamente dotadas.

A modificação positiva de maior significado nas Despesas Correntes ocorreu na componente da "Aquisição de Bens e Serviços Correntes" (acréscimo de 10,69%), na sua grande maioria nas rubricas de "Eletricidade - Iluminação Pública", "Serviços de Recolha e Tratamento de Resíduos Sólidos" e "Encargos de Instalações".



O impacto na dotação das rubricas "Despesas com Pessoal" e "Transferências Correntes", respetivamente (-) 299.808,90 e (-) 72.315,00, foram fruto do esforço de contenção de despesa nesta área.

Na componente "Outras Despesas Correntes" o decréscimo de (-) 41.789,84, em termos relativa uma diminuição de 20,06%, deveu-se essencial da componente de IVA pago que não se concretizou por gestão mais eficiente deste imposto.

As despesas de capital, para além das possíveis implicações que os diferentes reforços e anulações contêm no orçamento da despesa, têm de ter obrigatoriamente reflexos no Plano Plurianual de Investimentos (PPI), determinando por isso alterações ou até mesmo revisões naquele documento.

No âmbito destas despesas, regista-se uma modificação positiva da quantia de 384.980,82€, assinalada no grupo " Aquisição de Bens de Investimento", sendo de realçar que o aumento da dotação global do orçamento com a incorporação da receita relativa ao saldo de gerência anterior (286.264,82€), teve como contrapartida, exclusiva, o reforço do projeto PPI - "Área Social do Eco-Parque Empresarial de Estarreja_Construção".

No âmbito do Orçamento da Receita, apenas uma única modificação foi efetuada, tendo por finalidade a integração do "Saldo Transitado da Gerência Anterior" no montante de 286.264,82€.

RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

A estrutura orçamental assenta em receitas correntes e receitas de capital, que suportam as despesas correntes e as despesas de capital, respeitando o princípio do equilíbrio orçamental e sempre numa perspetiva de otimização dos recursos recebidos, face às necessidades de despesa.

Tal como o verificado em gerências anteriores a taxa de execução da receita reporta-se à taxa de cobrança efetiva, e à taxa de execução da despesa, respeita a obrigações efetivamente pagas e não à despesa realizada.

Aprovado o Orçamento Inicial, com uma dotação global de 23.977.000,00€, foi o mesmo fruto de um conjunto de modificações ao longo do exercício 2012, apurando-se um Orçamento Final para este exercício de 24.263.264,82€, traduzindo um aumento da dotação global do orçamento em 286.264,82€.

No quadrante de **execução das receitas** constata-se um desvio face às previsões corrigidas, de menos (-) 5.595.073,74€ dos quais (-) 1.455.871,93€, são representados pelas receitas correntes, em resultado de toda a conjuntura económica e financeira vivida em 2012.

Estando numa análise na ótica de caixa (Recebimentos e Pagamentos), a **execução das despesas** acompanha as receitas onde se constata um desvio face às dotações corrigidas, de menos (-) 6.685.537,34€ dos quais (-) 1.908.759,23€ representam as despesas correntes.

Quadro nº5 Resumo de Execução Orçamental 2012

(unidade monetária : Euros)

Designação	Previsão		Valor da Execução (c)	Desvio		
	Inicial (a)	Final (b)		Valor (c)-(b)	Exec % (c)/(a)	Exec % (c)/(b)
Receitas Correntes	11.978.311,00	11.978.311,00	10.522.439,07	-1.455.871,93	87,85%	87,85%
Receitas de Capital	11.948.689,00	11.948.689,00	7.846.984,88	-4.101.704,12	65,67%	65,67%
Outras	50.000,00	336.264,82	298.767,13	-37.497,69	597,53%	88,85%
Receitas Totais	23.977.000,00	24.263.264,82	18.668.191,08	-5.595.073,74	77,86%	76,94%
Despesas Correntes	11.016.346,00	11.118.119,95	9.209.360,72	-1.908.759,23	83,60%	82,83%
Despesas de Capital	12.960.654,00	13.145.144,87	8.368.366,76	-4.776.778,11	64,57%	63,66%
Despesas Totais	23.977.000,00	24.263.264,82	17.577.727,48	-6.685.537,34	73,31%	72,45%



Face a tais desvios, o Município arrecadou receitas totais no montante de **€18.668.191,08**, o que representa uma taxa de execução da receita de 76,94% (em 2011 foi de 65,77%), e um nível de despesa total paga de **€17.577.727,48**, que equivale a uma taxa de execução da despesa de 72,45% (em 2011 foi de 65,54%).

De igual modo a anteriores gerências a taxa de execução da receita reporta-se à taxa de cobrança efetiva, e a taxa de execução da despesa, respeita a obrigações efetivamente pagas e não à despesa realizada, ou seja, a despesa traduzida no total das obrigações assumidas para com terceiros (despesa faturada).

De referir, o valor do saldo de gerência anterior e transitado para 2012, €286.264,82, traduz efetiva receita e disponibilidade para cobertura de despesas realizadas no ano 2012.

Em termos de receitas correntes para uma previsão final de 11.978.311,00€, registou-se uma cobrança efetiva de 10.522.439,07€, manifestando-se num desvio de 1.455.871,93€ e uma **taxa de execução de 87,85%**.

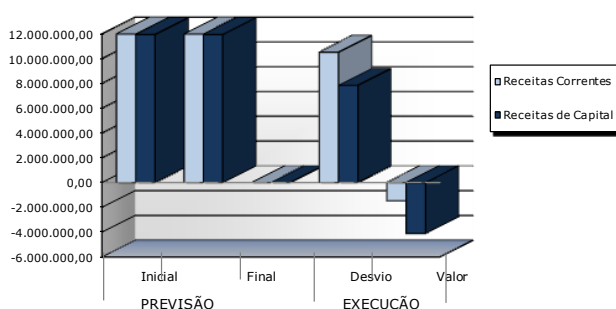
No que respeita às receitas de capital, estas continuam abaixo do previsto, uma vez que para uma previsão final de 11.948.689,00€ se atingiu uma execução de 7.846.984,88€, traduzindo um desvio desfavorável de (-) 4.101.704,12€ e um a **taxa de execução de 65,67%**. De realçar, uma performance bastante mais favorável em relação ao registado no ano 2011, onde se verificou um desvio entre previsão e cobrança efetiva de (-) 9.095.403,40€, com uma taxa de execução de apenas 37,73%.

As despesas correntes cumpriram uma **taxa de execução de 82,83%**, com um valor de despesa paga de 9.209.360,72€ e as despesas de capital atingiram uma execução de 8.368.366,76€, representando uma **taxa de execução 63,66%** do total orçamentado final, o que determina que sejam as despesas correntes aquelas que mais se destacam na realização do orçamento.

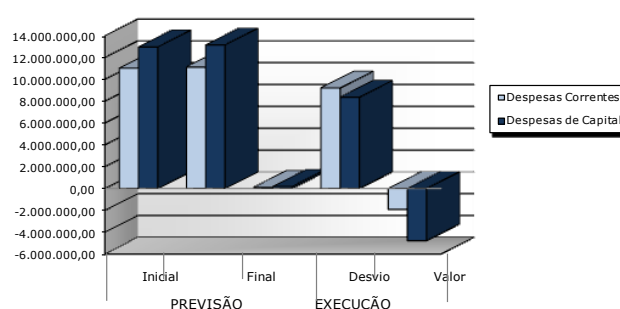
Os gráficos abaixo apresentados atestam as diferenças atrás anotadas:

Gráficos nº 1 e 2

Comparação entre Receita Orçamental Inicial, Final e Executada



Comparação entre Despesa Orçamental Inicial, Final e Executada



3.1.2. Evolução da Execução Orçamental

Atendendo ao comportamento de cada uma das suas componentes económicas, correntes e capital, proceder-se-á, de seguida, a uma análise da evolução global das receitas e das despesas.

Neste sentido, assistiu-se, no ano económico 2012, a um acréscimo das receitas arrecadas e das despesas pagas, na ordem dos 7% e 1,10% respetivamente.



Comparando com a gerência do ano anterior, temos o seguinte quadro:

Quadro nº6_Evolução da Execução Orçamental 2011/2012

(unidade monetária : Euros)

Designação	REALIZADO			ORÇADO (corrigido)		
	2011	2012	Diferença	2011	2012	Diferença
Receitas Correntes	11.853.947,35	10.522.439,07	-1.331.508,28	11.893.188,00	11.978.311,00	85.123,00
Receitas de Capital	5.510.908,60	7.846.984,88	2.336.076,28	14.606.312,00	11.948.689,00	-2.657.623,00
Outras	83.455,09	298.767,13	215.312,04	31.000,00	50.000,00	19.000,00
Receitas Totais	17.448.311,04	18.668.191,08	1.219.880,04	26.530.500,00	23.977.000,00	-2.553.500,00
Despesas Correntes	10.286.081,11	9.209.360,72	-1.076.720,39	11.864.667,00	11.118.119,95	-746.547,05
Despesas de Capital	7.101.205,46	8.368.366,76	1.267.161,30	14.665.833,00	13.145.144,87	-1.520.688,13
Despesas Totais	17.387.286,57	17.577.727,48	190.440,91	26.530.500,00	24.263.264,82	-2.267.235,18

Da análise da receita no último biénio, realça-se a evolução positiva das receitas totais, que registaram um aumento em termos absolutos de 1.219.880,04€, a que corresponde a uma taxa de crescimento de 7%.

No que respeita ao nível das despesas totais do Município observa-se, no ano em causa, um aumento relativamente ao ano anterior, no valor de 190.440,91€, significando uma taxa de crescimento de 1%.

Do quadro apresentado, verifica-se que relativamente ao ano de 2011, a arrecadação de Receitas Correntes diminuíram 11,23% (-1.331.508,28€), tendo as Receitas de Capital apresentado um acréscimo de 42,39% (+2.336.076,28€).

As Despesas Correntes sofreram um decréscimo de 10,47% (-1.076.720,39€) e as Despesas de Capital um aumento de 17,84% (+1.267.161,30€), relativamente às realizadas no ano de 2011.

Esta variações ocorridas em 2012, caracterizam-se por uma tendência inversa ao registado, em termos comparativos entre os anos económicos 2011 e 2010, tendo no ano 2011 se registado um acréscimo de 3,48% das receitas correntes arrecadadas, contra um decréscimo de 42,29% das receitas de capital, com uma redução da receita global em 3.636.370,96€, representando um decréscimo de 17,25% relativamente a 2010. Do lado da despesa, assinalou-se uma diminuição de 21,7% (- 4.818.131,19€) da despesa total em relação à despesa do ano 2010, sendo as despesas correntes diminuíram 19,66% (- 2.517.020,53€) e as despesas de capital reduziram 24,47% (- 2.301.110,66€).

No quadriénio de 2009/2012, as receitas cobradas e as despesas pagas tiveram a evolução que se encontra expressa no quadro seguinte.

Quadro nº 7 - Evolução e taxas de execução da receita e da despesa municipal

RUBRICAS	PREVISÃO/EXECUÇÃO (valores absolutos)								PREVISÃO/EXECUÇÃO (%s)			
	2009		2010		2011		2012		2009	2010	2011	2012
	Previsão	Execução	Previsão	Execução	Previsão	Execução	Previsão	Execução				
1 - Saldo inicial	248.806	248.806	1.345.976	1.345.976	225.240	225.240	286.264	286.264	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
2 - Reposições não abat nos Pagam.	1.400	7.234	10.000	47.437	31.000	83.455	50.000	12.502	516,71%	474,37%	269,21%	25,00%
3 - Receita Corrente	14.016.430	12.650.058	12.322.830	11.455.287	11.893.188	11.853.947	11.978.311	10.522.439	90,25%	92,96%	99,67%	87,85%
4 - Despesa Corrente	13.940.888	11.356.112	14.939.444	12.803.102	11.864.667	10.286.081	11.118.120	9.209.361	81,46%	85,70%	86,70%	82,83%
5 - Receita de Capital	19.482.170	9.687.094	17.327.170	9.581.958	14.606.312	5.510.908	11.948.689	7.846.985	49,72%	55,30%	37,73%	65,67%
6 - Despesa de Capital	19.559.112	9.891.104	14.720.559	9.402.316	14.665.833	7.101.205	13.145.145	8.368.366	50,57%	63,87%	48,42%	63,66%
7 - Receita Total (1+2+3+5)	33.748.806	22.593.192	31.005.976	22.430.658	26.755.740	17.673.550	24.263.264	18.668.190	66,95%	72,34%	66,06%	76,94%
8 - Despesa Total (4+6)	33.500.000	21.247.216	29.660.003	22.205.418	26.530.500	17.387.286	24.263.265	17.577.726	63,42%	74,87%	65,54%	72,45%



A **receita total disponível** (que inclui o saldo orçamental transitado da gerência anterior) **diminuiu** entre 2009/2012 cerca de **€3,9 (-17%)**, devido essencialmente do decréscimo das receitas resultantes da venda de bens e serviços correntes (-€1,8) e venda de bens de investimento (-€1,7) e diminuição de recurso a financiamento bancário (-€2,2).

No mesmo sentido evoluiu a **despesa municipal total paga (17%)**, que passou de **€22,2** para **€17,6**, principalmente devido às rubricas de despesas com pessoal, aquisição de bens e serviços correntes, aquisição de bens de capital e transferências correntes, que diminuíram, respetivamente, €0,8; €0,69; €0,61 e €0,3.

Por outro lado, no mesmo período, o **grau de execução orçamental da receita total disponível** apresentou valores oscilantes a variarem entre os 66% e os 76%, sendo de realçar a diminuta taxa de execução da receita de capital, tendo finalmente atingido e ultrapassado, em 2012, a fasquia dos 60% (em 2009 atingia apenas 49,7%). A evolução da receita corrente é bastante positiva e estável, rondando as taxas de execução dos 90%.

EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO DA RECEITA

Confrontando as taxas de execução ao nível das cobranças em relação ano anterior (comportamento do valor cobrado), verifica-se que durante o ano de 2012, a execução da receita total ronda os 76,94 %, porquanto que no exercício de 2011, este valor foi inferior em cerca de 11,17 p.p., tendo atingido os 65,77 %.

Quadro nº 8 – Evolução da Execução da Receita (2007 a 2012) (u.m.: Euros)

Ano	Natureza	RECEITAS			
		Dotação Inicial	Dotação Final	Execução	Tx Exec (%)
2007	Correntes	13.437.598,00	13.437.598,00	11.947.531,08	88,91%
	Capital	16.522.402,00	16.522.402,00	7.152.420,86	43,29%
	TOTAL	29.960.000,00	29.960.000,00	19.099.951,94	63,75%
2008	Correntes	13.602.001,00	13.602.001,00	12.804.347,52	94,14%
	Capital	16.597.999,00	16.597.999,00	8.283.886,11	49,91%
	TOTAL	30.200.000,00	30.200.000,00	21.088.233,63	69,83%
2009	Correntes	14.016.430,00	14.016.430,00	12.650.058,53	90,25%
	Capital	19.483.570,00	19.483.570,00	9.694.327,93	49,76%
	TOTAL	33.500.000,00	33.500.000,00	22.344.386,46	66,70%
2010	Correntes	12.322.830,00	12.322.830,00	11.455.286,88	92,96%
	Capital	17.337.170,00	17.337.170,00	9.629.395,12	55,54%
	TOTAL	29.660.000,00	29.660.000,00	21.084.682,00	71,09%
2011	Correntes	11.893.188,00	11.893.188,00	11.853.947,35	99,67%
	Capital	14.637.312,00	14.637.312,00	5.594.363,69	38,22%
	TOTAL	26.530.500,00	26.530.500,00	17.448.311,04	65,77%
2012	Correntes	11.978.311,00	11.978.311,00	10.522.439,07	87,85%
	Capital	11.998.689,00	12.284.953,82	8.145.752,01	66,31%
	TOTAL	23.977.000,00	24.263.264,82	18.668.191,08	76,94%

EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO DA DESPESA

Ao nível da despesa, a taxa de execução atingiu 72,45%, com as despesas correntes a cumprir 82,83% e as despesas de capital 63,66% do total do Orçamento Final, o que determina que sejam as despesas correntes aquelas que mais se destacam na realização do orçamento.

Quadro nº 9 – Evolução da Execução da Despesa (2007 a 2012) (u.m.: €uros)

Ano	Natureza	DESPESAS			
		Dotação Inicial	Dotação Final	Execução	Tx Exec (%)
2007	Correntes	12.081.282,57	12.220.986,46	10.590.535,36	86,66%
	Capital	17.878.717,43	17.739.013,54	8.404.514,65	47,38%
	TOTAL	29.960.000,00	29.960.000,00	18.995.050,01	63,40%
2008	Correntes	12.589.471,68	12.757.856,68	11.662.058,50	91,41%
	Capital	17.610.528,32	17.442.143,32	9.447.627,16	54,17%
	TOTAL	30.200.000,00	30.200.000,00	21.109.685,66	69,90%
2009	Correntes	13.917.493,60	13.940.887,60	11.356.112,22	81,46%
	Capital	19.582.506,40	19.559.112,40	9.891.104,03	50,57%
	TOTAL	33.500.000,00	33.500.000,00	21.247.216,25	63,42%
2010	Correntes	13.959.641,88	14.939.441,88	12.803.101,64	85,70%
	Capital	15.700.358,12	14.720.558,12	9.402.316,12	63,87%
	TOTAL	29.660.000,00	29.660.000,00	22.205.417,76	74,87%
2011	Correntes	11.864.667,00	11.864.667,00	10.286.081,11	86,70%
	Capital	14.665.833,00	14.665.833,00	7.101.205,46	48,42%
	TOTAL	26.530.500,00	26.530.500,00	17.387.286,57	65,54%
2012	Correntes	11.016.346,00	11.118.119,95	9.209.360,72	82,83%
	Capital	12.960.654,00	13.145.144,87	8.368.366,76	63,66%
	TOTAL	23.977.000,00	24.263.264,82	17.577.727,48	72,45%

3.1.3. Relação Entre Receita e Despesa

► Evolução dos Fluxos Monetários

Com o objetivo de avaliar uma das possíveis fontes de financiamento do exercício, desenvolve-se uma análise à evolução das receitas cobradas e das despesas pagas, durante o último quadriénio, de forma a perceber de que forma contribuíram para financiar o saldo final da conta de gerência. Pretende-se, designadamente, relacionar a evolução das despesas e receitas efetivas confrontando-a com o desenvolvimento, quer do saldo corrente do exercício (receita corrente – despesa corrente), quer do capital (receita de capital – despesa de capital), com o objetivo de avaliar uma possível fonte de financiamento da gerência seguinte.

Quadro nº 10 – Evolução dos Fluxos Financeiros

(unidade monetária : €uros)

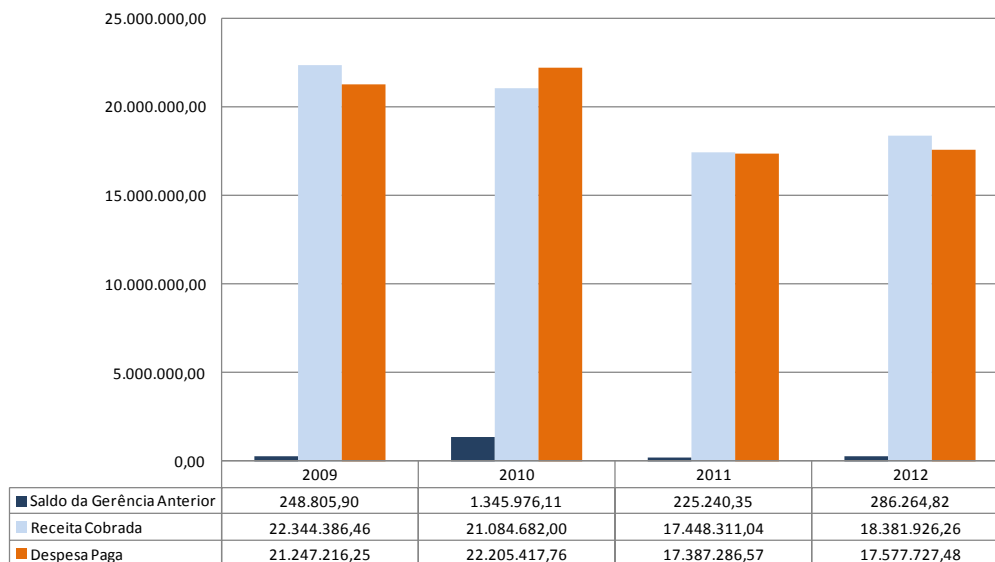
	2009			2010			2011			2012		
	Receita Cobrada	Despesa Paga	Diferença	Receita Cobrada	Despesa Paga	Diferença	Receita Cobrada	Despesa Paga	Diferença	Receita Cobrada	Despesa Paga	Diferença
Saldo da Gerência Anterior	248.805,90		248.805,90	1.345.976,11		1.345.976,11	225.240,35		225.240,35	286.264,82		286.264,82
Corrente	12.650.058,53	11.356.112,22	1.293.946,31	11.455.286,88	12.803.101,64	-1.347.814,76	11.853.947,35	10.286.081,11	1.567.866,24	10.522.439,07	9.209.360,72	1.313.078,35
Capital	9.687.094,07	9.891.104,03	-204.009,96	9.581.957,82	9.402.316,12	179.641,70	5.510.908,60	7.101.205,46	-1.590.296,86	7.560.720,06	8.368.366,76	-807.646,70
Outras	7.233,86		7.233,86	47.437,30		47.437,30	83.455,09		83.455,09	298.767,13		298.767,13
TOTAL	22.593.192,36	21.247.216,25	1.345.976,11	22.430.658,11	22.205.417,76	225.240,35	17.673.551,39	17.387.286,57	286.264,82	18.668.191,08	17.577.727,48	1.090.463,60

No exercício económico de 2012, a receita corrente cobrada é superior ao montante de despesa corrente paga, o que traduz saldos correntes positivos, a designada poupança corrente bruta. Comportamento inverso é evidenciado pelas rubricas de natureza de capital, uma vez que a receita cobrada é sempre inferior á despesa paga, apresentando-se sempre com variações negativas que só serão combatidas recorrendo à poupança corrente realizada no exercício e ao sal da gerência anterior.

Em 2012, a receita cobrada bruta ascendeu a 9.209.360,72€ e a despesa total paga a 8.368.366,76€, resultando um saldo para a gerência seguinte de 1.090.463,60.

O próximo gráfico ilustra a evolução destes fluxos nos últimos quatro anos:

Gráfico nº 3



Ao analisar o ano 2012 e na mesma lógica do registado no anterior exercício, conclui-se que a receita corrente cobrada superou a despesa corrente paga em €1.313.078,35, demonstrando que parte substancial das despesas de capital são financiadas quer pela poupança corrente quer pelo saldo de gerência anterior.

► Equilíbrio Orçamental

O princípio do equilíbrio orçamental para as autarquias locais, consagrado no ponto 3.1.1 do POCAL, estabelece que o orçamento deve prever os recursos necessários para cobrir todas as despesas, e ainda que o montante das receitas correntes seja pelo menos igual ao das despesas da mesma natureza.

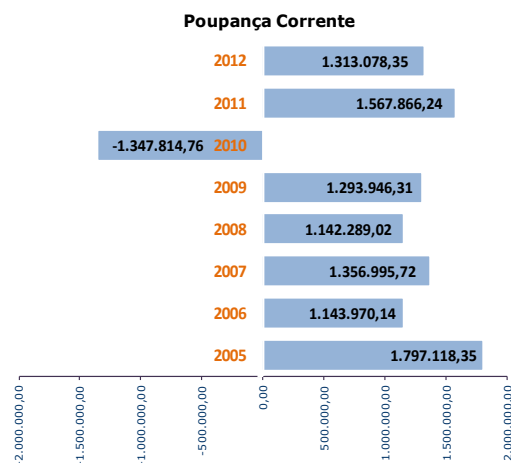
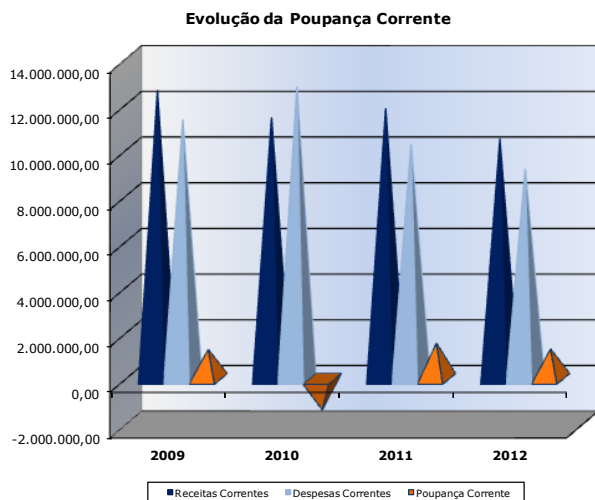
Esta imposição legal, em termos de execução orçamental, funciona como forma de contenção do deficit orçamental e, simultaneamente, de formação da poupança corrente, com vista à sua aplicação na despesa de investimento.

Com este princípio orçamental, pretende-se afetar ao investimento a globalidade da receita de capital e ainda uma percentagem da receita denominada Poupança Corrente.

A execução do orçamento do Município de Estarreja cumpre este princípio orçamental, com formação da poupança corrente a financiar as despesas de capital.

A poupança corrente bruta no exercício 2012 foi favorável no valor de €1.313.078,35.

Gráficos nº 4 e 5



Se à poupança corrente bruta acrescentarmos o valor das dívidas correntes transitadas do exercício anterior bem como o montante da receita corrente liquidada e não cobrada no exercício e retirarmos o valor das dívidas correntes que transitam para a gerência seguinte, obtemos a poupança corrente do exercício que permite uma análise mais rigorosa da capacidade de auto financiamento do Município do Estarreja. No exercício de 2012, a poupança líquida corrente do exercício manteve-se positiva mas um nível superior, tendo atingido um valor favorável (positivo) que ascendeu a €1.349.530,41, contra os €1.313.078,35.

Quadro nº 11 - Poupança Líquida Corrente do Exercício

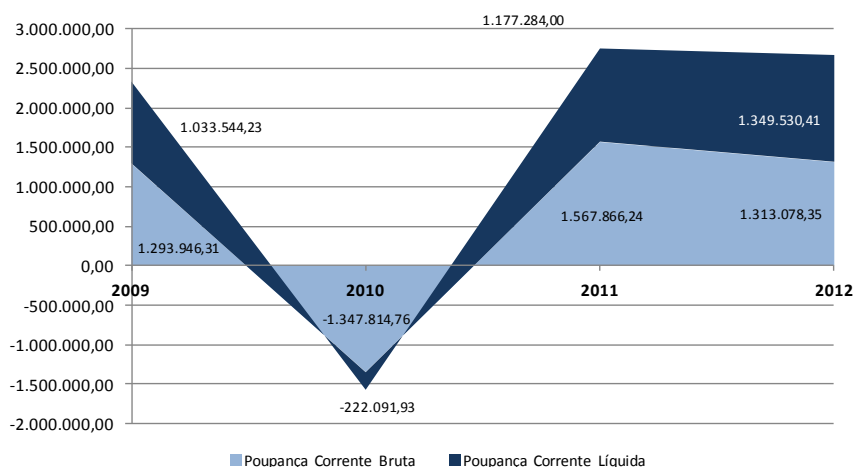
(unidade monetária : Euros)

Designação	2009	2010	2011	2012
Receita Corrente Executada	12.650.058,53	11.455.286,88	11.853.947,35	10.522.439,07
Despesa Corrente Executada	11.356.112,22	12.803.101,64	10.286.081,11	9.209.360,72
Poupança Corrente Executada	1.293.946,31	-1.347.814,76	1.567.866,24	1.313.078,35
Dívida Corrente Transitada da Gerência anterior	312.764,36	975.458,69	543.691,71	370.888,44
Dívida Corrente Transitada para Gerência seguinte	975.458,69	543.691,71	370.888,44	517.802,36
Receita Corrente Liquidada e não cobrada da gerência anterior	243.033,62	645.325,87	1.339.281,72	775.896,21
Receita Corrente Liquidada e não cobrada para a gerência seguinte	645.325,87	1.339.281,72	775.896,21	959.262,19
Poupança Corrente do Exercício	1.033.544,23	-222.091,93	1.177.284,00	1.349.530,41

De assinalar que no cálculo da poupança líquida apenas foram consideradas as receitas correntes liquidadas e não cobradas no próprio exercício, pelo que tais receitas estão deduzidas do montante transitado da gerência anterior.



Gráfico nº 6 – Evolução de Poupança Corrente



3.1.4. Movimentos de Tesouraria

► Fluxos de Caixa

O mapa de fluxos de caixa diferencia os recebimentos e pagamentos, entre os relativos à execução orçamental, de acordo com a classificação económica, corrente e capital, e as operações de tesouraria, sendo evidenciados neste documento, os respetivos saldos, da gerência anterior e para a gerência seguinte, desagregados de acordo com a sua origem.

O mapa de fluxos de caixa funciona como um documento síntese de toda a execução orçamental, articulando e equilibrando recebimentos e os pagamentos, quer de operações orçamentais quer de operações de tesouraria.

De referir, que as operações de tesouraria que os serviços autárquicos realizam para terceiros, são operações de entrada e saída sem implicações orçamentais, sendo apenas objeto de movimentação contabilística no sistema de contabilidade patrimonial.

O resultado dos movimentos financeiros ocorridos durante a gerência de 2012, aparece descrito nos Quadros nº 12 e 13, verificando-se que as entradas de fundos correspondem a cerca de 19,66 milhões de euros – 18,38 milhões euros provenientes de receitas orçamentais e cerca de 0,8 milhão de operações de tesouraria, menos 0,336 milhões de euros do que o ano 2011.

Quadro nº 12 – Mapa Fluxos de Caixa

(unidade monetária : €uros)

Mapa de Fluxos de Caixa - Resumo			
RECEBIMENTOS / ENTRADA DE FUNDOS		PAGAMENTOS / SAÍDA DE FUNDOS	
SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR		475.270,48	DESPESES ORÇAMENTAIS
Da Conta de Execução Orçamental	286.264,82		Correntes
Operações Tesouraria	189.005,66		Capital
			8.368.366,76
RECEITAS ORÇAMENTAIS		18.381.926,26	OPERAÇÕES DE TESOURARIA
Correntes	10.522.439,07		Operações de Tesouraria
Capital	7.846.984,88		838.760,15
Outras	12.502,31		
DOTAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS		803.126,05	SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE
Operações de Tesouraria	803.126,05		Da Conta Execução Orçamental
			Da Conta Oper.Tesouraria
			153.371,56
TOTAL		19.660.322,79	TOTAL
			19.660.322,79

Do saldo inicial dos Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa de 475.270,48€, 286.264,82€ corresponderam a execução orçamental. Com 18.381.926,26€ de receitas orçamentais realizadas e



17.577.727,48€ de despesas efetuadas, o total da execução orçamental para a gerência seguinte, situou-se nos 1.090.463,6€.

Quadro nº 13 – Resumo dos Fluxos de Caixa

(unidade monetária : Euros)

Designação	Operações Orçamentais	Operações de Tesouraria	Total
(1) Saldo transitado de 2011	286.264,82	189.005,66	475.270,48
(2) Receitas Arrecadadas	18.381.926,26	803.126,05	19.185.052,31
(3) Despesas Pagas	17.577.727,48	838.760,15	18.416.487,63
Saldo a transitar para 2010 (1+2-3)	1.090.463,60	153.371,56	1.243.835,16

Da análise dos movimentos financeiros ocorridos no ano 2012 verifica-se que a despesa global paga foi inferior à receita global cobrada em €804.198,78. No entanto, se a este valor se acrescentar o saldo inicial de €286.264,82, obtemos o saldo final da gerência a transitar para o exercício económico seguinte no valor global de €1.090.463,60. Este saldo final da gerência do ano 2012 do Mapa de Fluxos de Caixa corresponde ao valor das disponibilidades em balanço, o qual totaliza €1.243.835,16, dos quais €1.090.463,60 respeita a execução orçamental e €153.371,56 a saldo de operações de tesouraria.

Do saldo orçamental positivo de €1.090.463,60 corresponde a 10,36% da receita orçamental corrente e evidencia que a execução orçamental produziu meios suficientes para suportar a totalidade das despesas correntes e uma parcela das despesas de capital de 2012.

Em relação ao saldo das operações de tesouraria evidenciado existiu uma diminuição no saldo da gerência que transita para o ano seguinte, conforme discriminado no mapa resumo seguinte

Quadro nº 14 – Resumo das Operações de Tesouraria

(unidade monetária : Euros)

DESIGNAÇÃO DAS CONTAS	Saldo da Gerência Anterior		Movimento Anual		Saldo para a Gerência Seguinte	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor	Devedor	Credor
21 CLIENTES/CONTRIBUINTE/UTENTES		32.123,56	0,00	0,00		32.123,56
21.7 Clientes e Utentes C/ Cauções		32.123,56	0,00	0,00		32.123,56
21.7.1 Cauções de água		31.664,41	0,00	0,00		31.664,41
21.7.2 Preparos para processos licenciamento sanitários		459,15	0,00	0,00		459,15
24 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS		55.444,39	689.259,50	685.531,54		51.716,43
24.2 Retenção de impostos sobre rendimentos		28.604,48	315.659,88	313.122,03		26.066,63
24.2.1 Trabalho dependente		25.627,00	283.839,00	280.898,00		22.686,00
24.2.2 Rendimentos Profissionais		2.977,48	31.820,88	32.224,03		3.380,63
24.4 Restantes impostos		131,22	1.419,56	1.467,40		179,06
24.4.1 Imposto de selo		131,22	1.419,56	1.467,40		179,06
24.5 Contribuições para a Segurança Social		25.443,45	354.912,88	352.592,68		23.123,25
24.5.1 Caixa Geral de Aposentações		19.567,00	240.829,96	240.182,18		18.919,22
24.5.2 Segurança Social		5.876,45	73.498,63	71.826,21		4.204,03
24.5.3 Assistência na doença dos funcionários públicos		0,00	40.584,29	40.584,29		0,00
24.9 Outras Contribuições		1.265,24	17.267,18	18.349,43		2.347,49
24.9.1 Multas e Coimas		299,30	598,58	899,28		600,00
24.9.9 Outras		965,94	16.668,60	17.450,15		1.747,49
26 OUTROS DEVEDORES E CREDORES		101.437,71	149.500,65	117.594,51		69.531,57
26.1 Fornecedores de Imobilizado		27.373,29	3.334,72	3.484,72		27.523,29
26.1.2 Fornecedores de Imobilizado c/ garantias		27.373,29	3.334,72	3.484,72		27.523,29
26.2 Pessoal		10.660,83	0,00	2.273,92		12.934,75
26.2.9 Outras operações com o pessoal		10.660,83	0,00	2.273,92		12.934,75
26.3 Sindicatos		496,30	5.760,72	5.727,80		463,38
26.8 Devedores e Credores diversos		62.907,29	140.405,21	106.108,07		28.610,15
26.8.7 Devedores e Credores Diversos - OT		62.907,29	140.405,21	106.108,07		28.610,15
26.8.8 Devedores e Credores Diversos - Outros		0,00	0,00	0,00		0,00
TOTAL		189.005,66	838.760,15	803.126,05		153.371,56



► **Contas de Ordem**

As contas de ordem têm por finalidade contabilizar os factos ou circunstâncias que não produzem modificações no património da autarquia, mas que representam possibilidades de futuras alterações ao mesmo. São objeto de registo nestas contas: garantias e/ou caucões tituladas a favor da autarquia; as garantias tituladas pela autarquia a favor de terceiros; e a cobrança de receita virtual (os chamados recibos para cobrança).

O Quadro nº15 reflete os movimentos ocorridos nas contas de ordem, durante o ano em análise.

Quadro nº 15 – Resumo das contas de Ordem

(unidade monetária : Euros)

Saldo da Gerência Anterior		3.843.406,71	Garantias e Cauções Accionadas		0,00
			Garantias e Cauções Devolvidas		528.528,26
Garantias e caucões	3.412.079,35				
Recibos para cobrança	431.327,36		Receita Virtual Cobrada	88.724,95	
			Receita Virtual Anulada	15.090,00	103.814,95
Garantias e Cauções Prestadas		312.529,03			
Receita Virtual Liquidada		233.590,35	Saldo para a Gerência Seguinte		3.757.182,88
			Garantias e Cauções	3.196.080,12	
			Recibos para cobrança	561.102,76	
TOTAL		4.389.526,09	TOTAL		4.389.526,09
		=====			=====

No início do ano de 2012, a autarquia detinha cerca de €431.327,36 recibos de cobrança (receita virtual), a que cresceu durante o ano o montante de €233.590,35. No entanto, €88.724,95 foram transformados em receita efetiva e foram anulados €15.090,00, pelo que transitam para 2012 um valor de débitos ao tesoureiro que totaliza o montante de €561.102,76.

Por outro lado, para 2013 transita um valor de fundos caucionados na ordem dos €3.196.080,12 resultante de um saldo inicial de €3.412.079,35, a que deduziram da libertação de caucões em €528.528,26.

2.1. RECEITA

2.1.1. Execução Orçamental da Receita

A análise da execução do orçamento da receita, revela um aumento dos valores absolutos arrecadados em 2012, em contraponto com o historial dos últimos exercícios. Esse acréscimo redundou numa receita de €18.381.926,26, que equivale a uma taxa de execução do orçamento da receita de 76,66 p.p..

Quadro nº 16– Evolução do Orçamento da Receita e sua Execução

(unidade monetária : Euros)

ORÇAMENTO DA RECEITA	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Orçamento	29.960.000,00	30.200.000,00	33.500.000,00	29.660.000,00	26.530.500,00	23.977.000,00
Execução	19.099.951,94	21.088.233,63	22.344.386,46	21.084.682,00	17.448.311,04	18.381.926,26
%	63,75%	69,83%	66,70%	71,09%	65,77%	76,66%

Gráfico nº 7- Evolução do Orçamento da Receita e sua Execução

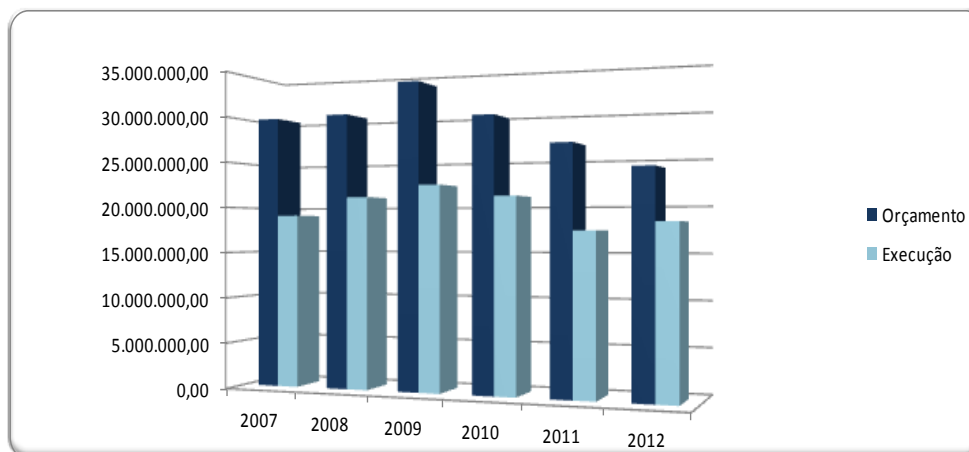
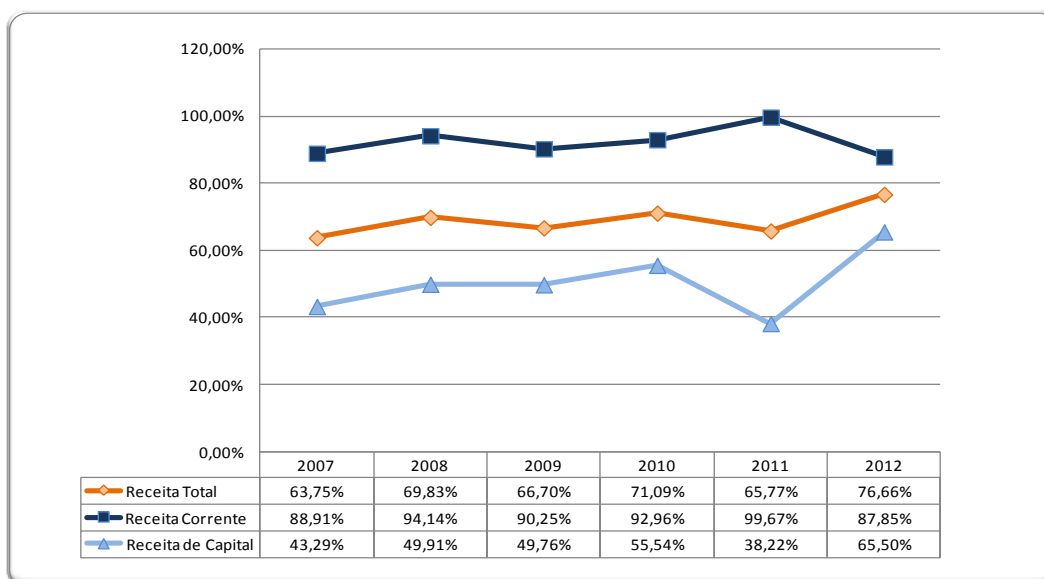


Gráfico nº 8- Evolução das Taxas de Execução da Receita



Quadro nº17 - Execução das Receitas

(unidade monetária : Euros)

Capítulos	Previsão		Valor da Execução (c)	Desvio		
	Inicial (a)	Final (b)		Valor (c)-(b)	Exec % (c)/(a)	Exec % (c)/(b)
Receitas Correntes	11.978.311,00	11.978.311,00	10.522.439,07	-1.455.871,93	87,85%	87,85%
Impostos Directos	4.007.500,00	4.007.500,00	3.161.963,88	-845.536,12	78,90%	78,90%
Imposto municipal sobre Imóveis	2.130.000,00	2.130.000,00	1.903.364,39	-226.635,61	89,36%	89,36%
Imposto Único de Circulação	425.000,00	425.000,00	492.733,36	67.733,36	115,94%	115,94%
Imposto municipal s/ transmissões	580.000,00	580.000,00	273.215,56	-306.784,44	47,11%	47,11%
Derrama	870.000,00	870.000,00	491.213,47	-378.786,53	56,46%	56,46%
Impostos abolidos	2.000,00	2.000,00	1.437,10	-562,90	71,86%	71,86%
Impostos Directos Diversos	500,00	500,00	0,00	-500,00	0,00%	0,00%
Impostos Indirectos	802.500,00	802.500,00	414.422,52	-388.077,48	51,64%	51,64%
Taxas, Multas e Outras Penal.	195.200,00	195.200,00	152.672,35	-42.527,65	78,21%	78,21%
Rendimentos de Propriedade	568.000,00	568.000,00	493.096,37	-74.903,63	86,81%	86,81%
Transferências Correntes	5.227.811,00	5.227.811,00	5.269.867,07	42.056,07	100,80%	100,80%
Venda de Bens e Serviços Correntes	939.300,00	939.300,00	876.530,81	-62.769,19	93,32%	93,32%
Outras Receitas Correntes	238.000,00	238.000,00	153.886,07	-84.113,93	64,66%	64,66%
Receitas de Capital	11.948.689,00	11.948.689,00	7.846.984,88	-4.101.704,12	65,67%	65,67%
Venda de Bens de Investimento	1.407.881,00	1.407.881,00	24.194,76	-1.383.686,24	1,72%	1,72%
Transferências de Capital	7.891.803,00	7.891.803,00	6.550.595,10	-1.341.207,90	83,01%	83,01%
Passivos Financeiros	457.000,00	457.000,00	400.585,76	-56.414,24	87,66%	87,66%
Emp. Contraídos a M/L Prazo	457.000,00	457.000,00	400.585,76	-56.414,24	87,66%	87,66%
Outras Receitas de Capital	2.192.005,00	2.192.005,00	871.609,26	-1.320.395,74	39,76%	39,76%
Outras Receitas	50.000,00	50.000,00	12.502,31	-37.497,69	25,00%	25,00%
Reposições Não Abatidas nos Pagam.	50.000,00	50.000,00	12.502,31	-37.497,69	25,00%	25,00%
Total da receita	23.977.000,00	23.977.000,00	18.381.926,26	-5.595.073,74	76,66%	76,66%

Com base no quadro nº17, comparando o valor orçado das Receitas Totais (€23.977.000,00), com o efetivamente arrecadado (€18.381.926,26) no ano económico em análise, obtém-se uma taxa de execução a nível das receitas de 76,66 %, ou seja, o valor da cobrança efetiva foi inferior ao inicialmente previsto em €5.595.073,74.

Relativamente às Receitas Correntes, verificou-se que a totalidade das receitas, efetivamente cobradas, é inferior às orçadas, em €1.455.871,93, correspondendo a uma taxa de execução do orçamento das receitas correntes de 87,85%, com um desvio de 12,15 p.p..

Para esta taxa de execução da receita corrente, destaque para o desempenho do Imposto Único de Circulação (+15,94 p.p.) e das Transferências Correntes (+0,80 p.p.). Das rubricas que tiveram um desempenho desfavorável, destaque para o Imposto Municipal sobre Transmissões (-52,89 p.p.), Derrama (-43,54 p.p.) e Impostos Indiretos (-48,36 p.p.).

No geral as Receitas de Capital cobradas foram inferiores às orçamentadas, em €4.101.704,12, correspondendo a uma taxa de execução de 65,67%.

O detalhe das receitas de capital, mostra o fraco desempenho face às previsões da Venda de Bens de Investimento (-98,28 p.p.), Transferências de Capital (-16,69 p.p.) e Outras Receitas de Capital (-60,24 p.p.). As duas primeiras situações prendem-se com a conjuntura económica, que limitam as condições de investimento face às incertezas dos demais agentes e impedem o normal nível de transferências para o Município, com atraso no encaixe de financiamentos comunitários.

2.1.2. Estrutura e Evolução da Receita

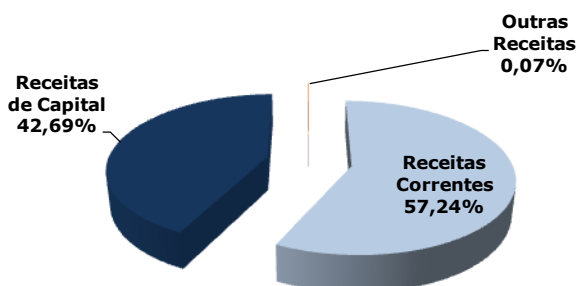
Com base nos valores descritos no quadro nº18 e atendendo à estrutura primária das receitas, verifica-se que no exercício económico de 2012, o Município de Estarreja arrecadou €10.522.439,07 de Receitas Correntes, €7.846.984,88 de Receitas de Capital e €12.502,31 de Outras Receitas, perfazendo um total de €18.381.926,26 de Receitas Municipais. Relativamente ao ano anterior, verifica-se um acréscimo de receitas arrecadadas de 5,35%.

Quadro nº 18- Evolução da Receita (2011/2012)

(unidade monetária : Euros)

	2011	2012	%	Desvio	Tx Cresc.
Receitas Correntes	11.853.947,35	10.522.439,07	57,24%	-1.331.508,28	-11,23%
Receitas de Capital	5.510.908,60	7.846.984,88	42,69%	2.336.076,28	42,39%
Outras Receitas	83.455,09	12.502,31	0,07%	-70.952,78	-85,02%
Receitas Totais	17.448.311,04	18.381.926,26	100,00%	933.615,22	5,35%

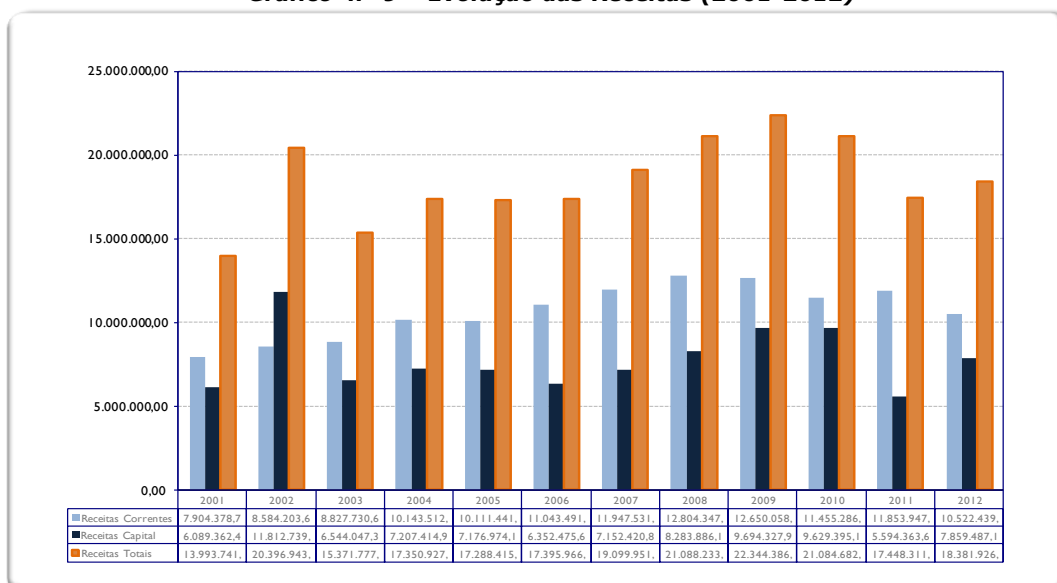
Gráfico nº 9- Estrutura Interna das Receitas 2012



Constata-se que 57,24% das Receitas Totais são relativas a receitas de natureza corrente enquanto as receitas de capital representam 42,69% das Receitas Totais arrecadadas pelo município no ano de 2012.

Comparativamente ao ano 2011 verifica-se que as Receitas de Capital aumentaram cerca de 42,39%, tendo as Receitas Correntes diminuído 11,23%.

Gráfico nº 9 – Evolução das Receitas (2001-2012)



Verifica-se, ao longo dos anos em análise, um crescimento da receita total do Município de Estarreja com uma diminuição em 2010 e o agravamento desta queda em 2011. No entanto, durante o ano de 2012 esta tendência verificada nos últimos 2 anos foi corrigida, tendo-se conseguido registar um novo aumento das receitas.

Importar referir que em 2012 as autarquias locais sentiram efeitos dos Planos de Estabilidade e Crescimento tendo este Município sido penalizado, ao receber menos €412.979,00 de fundos provenientes do Orçamento de Estado, comparativamente a 2011. Esta diferença é ainda maior quando comparada com o ano de 2009, onde se verifica que as transferências de fundos do OE para este Município diminuíram €797.903,00.

Em termos globais, a taxa de execução das Receitas Totais apresenta um acréscimo de cerca de 10,90 pontos percentuais, relativamente ao verificado no ano anterior. No entanto, se optarmos, por decompor a Receita nos seus principais itens – Receitas Correntes e Receitas de Capital – podemos constatar que o seu desempenho foi diferente quando comparada com o ano anterior. Enquanto as receitas correntes apresentaram uma execução inferior à do ano 2011 em 11,82 p.p., as receitas de capital assistiram a um crescimento significativo da sua execução com um aumento de 17,57 p.p..

Um dos grandes contributos para o aumento registado nas receitas de capital deve-se a que no ano 2012, existiu a arrecadação de €871.609,26 de receita respeitante à retribuição inicial da empresa “Águas da Região de Aveiro – Serviços de Águas da Região de Aveiro, S.A.” (AdRA) como contrapartida pecuniária da cedência da utilização das infraestruturas, bem como a exploração e gestão dos serviços públicos de água e saneamento. Importa, igualmente, salientar que foram também recebidas algumas verbas referentes a fundos comunitários, o que permitiu atingir valores de receita de capital de ordem superior ao registado no ano anterior.

Quadro nº19 - Execução Homóloga da Receita

(unidade monetária : Euros)

Capítulos	2011				2012				Δ Exec 2011/2012	Tx Cresci.to
	Dotada	Cobrada	Desvio em Valor Absoluto	% de Execução	Dotada	Cobrada	Desvio em Valor Absoluto	% de Execução		
Receitas Correntes	11.893.188,00	11.853.947,35	-39.240,65	99,67%	11.978.311,00	10.522.439,07	-1.455.871,93	87,85%	-1.331.508,28	-11,23%
Impostos Directos	3.494.300,00	3.703.695,43	209.395,43	105,99%	4.007.500,00	3.161.963,88	-845.536,12	78,90%	-541.731,55	-14,63%
Imposto municipal sobre Imóveis	2.173.000,00	1.839.861,37	-333.138,63	84,67%	2.130.000,00	1.903.364,39	-226.635,61	89,36%	63.503,02	3,45%
Imposto Único Circulação	418.100,00	431.625,16	13.525,16	103,23%	425.000,00	492.733,36	67.733,36	115,94%	61.108,20	14,16%
Imposto municipal s/ transmissões onerosas	496.500,00	535.608,20	39.108,20	107,88%	580.000,00	273.215,56	-306.784,44	47,11%	-262.392,64	-48,99%
Derrama	402.000,00	896.042,74	494.042,74	222,90%	870.000,00	491.213,47	-378.786,53	56,46%	-404.829,27	-45,18%
Impostos abolidos	4.200,00	557,96	-3.642,04	13,28%	2.000,00	1.437,10	-562,90	71,86%	879,14	157,56%
Impostos Directos Diversos	500,00	0,00	-500,00	0,00%	500,00	0,00	-500,00	0,00%	0,00	n.a.
Impostos Indirectos	791.950,00	712.096,05	-79.853,95	89,92%	802.500,00	414.422,52	-388.077,48	51,64%	-297.673,53	-41,80%
Taxas, Multas e Outras Penal.	358.900,00	192.216,52	-166.683,48	53,56%	195.200,00	152.672,35	-42.527,65	78,21%	-39.544,17	-20,57%
Rendimentos de Propriedade	560.700,00	674.504,93	113.804,93	120,30%	568.000,00	493.096,37	-74.903,63	86,81%	-181.408,56	-26,90%
Transferências Correntes	5.394.638,00	5.476.800,57	82.162,57	101,52%	5.227.811,00	5.269.867,07	42.056,07	100,80%	-206.933,50	-3,78%
Venda de Bens e Serviços Correntes	1.085.200,00	939.127,91	-146.072,09	86,54%	939.300,00	876.530,81	-62.769,19	93,32%	-62.597,10	-6,67%
Outras Receitas Correntes	207.500,00	155.505,94	-51.994,06	74,94%	238.000,00	153.886,07	-84.113,93	64,66%	-1.619,87	-1,04%
Receitas de Capital	14.606.312,00	5.510.908,60	-9.095.403,40	37,73%	11.948.689,00	7.846.984,88	-4.101.704,12	65,67%	2.336.076,28	42,39%
Venda de Bens de Investimento	3.252.500,00	665.818,08	-2.586.681,92	20,47%	1.407.881,00	24.194,76	-1.383.686,24	1,72%	-641.623,32	-96,37%
Transferências de Capital	10.431.412,00	4.329.346,28	-6.102.065,72	41,50%	7.891.803,00	6.550.595,10	-1.341.207,90	83,01%	2.221.248,82	51,31%
Passivos Financeiros	916.400,00	515.744,24	-400.655,76	56,28%	457.000,00	400.585,76	-56.414,24	87,66%	-115.158,48	-22,33%
Emp. Contraídas a M/L Prazo	916.400,00	515.744,24	-400.655,76	56,28%	457.000,00	400.585,76	-56.414,24	87,66%	-115.158,48	-22,33%
Outras Receitas de Capital	6.000,00	0,00	-6.000,00	0,00%	2.192.005,00	871.609,26	-1.320.395,74	39,76%	871.609,26	n.a.
Outras Receitas	31.000,00	83.455,09	52.455,09	269,21%	50.000,00	12.502,31	-37.497,69	25,00%	-70.952,78	-85,02%
Reposições Não Abatidas nos Pagam.	31.000,00	83.455,09	52.455,09	269,21%	50.000,00	12.502,31	-37.497,69	25,00%	-70.952,78	-85,02%
Total da receita	26.530.500,00	17.448.311,04	-9.076.188,96	65,77%	23.977.000,00	18.381.926,26	-5.595.073,74	76,66%	933.615,22	5,35%

A decomposição dos agregados da receita, mostra que os **Impostos Directos** registaram uma queda de 14,63% traduzindo uma diminuição de arrecadação de receita face a 2011 de €541.731,55, e que são reflexo do forte decréscimo registado na Derrama (-45,18 p.p.) e do Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (- 48,99 p.p.).

No que concerne ao capítulo de **Impostos Indirectos** constata-se uma diminuição de 41,80 p.p. com relevo para o forte desempenho da rubrica Ocupação de Via Pública (-64,09 p.p.), e da rubrica Publicidade (-36,35 p.p.).



O capítulo de **Taxas, Multas e Outras Penalidades**, que traduzem na generalidade as operações com os particulares, conheceu uma óbvia quebra (-20,57 p.p.).

Os **Rendimentos de Propriedade** conheceram um decréscimo significativo (-26,90p.p.) devido essencialmente ao encaixe no ano 2011 de uma renda de concessão da EDP referente ao ano anterior, traduzindo um desempenho fortemente positivo da rubrica Rendas do Domínio Público no ano 2011, tendo efeitos óbvios no decréscimo desta rubrica no ano 2012 onde se procedeu ao m«normal registo das referidas rendas de concessão.

As **Transferências Correntes** apresentaram um decréscimo de 3,78 p.p. que resulta essencialmente da redução das transferências dos fundos municipais do Orçamento de Estado, com um decréscimo em termos absolutos no valor de €271.319,00 (-5,71 p.p.).

Relativamente às **Vendas de Bens e Serviços Correntes**, cuja evolução homóloga aponta para um decréscimo de 6,67 p.p., reflexo da conjunta de austeridade e restrição inerente á crise financeira que caracteriza a economia nacional e internacional, originando retracção no consumo das famílias com efeitos evidentes na venda dos “produtos” e “serviços” prestados pelos município.

Passando para as receitas de capital, começamos pela análise da rubrica de **Venda de Bens de Investimento** que apresenta um desempenho mais fraco do que o registado no ano anterior, com um decréscimo significativo de 96,37 p.p. contra o decréscimo de 12,03 p.p. verificado em 2011.

O capítulo das **Transferências de Capital** sofreu um acréscimo de 51,31 p.p. por via da execução financeira de projetos QREN, permitindo arrecadar um valor de €4.306.161,21 referente a comparticipação comunitária.

As receitas arrecadadas (€ 400.585,76) na rubrica **Passivos Financeiros** dizem respeito a utilização de capital do empréstimo excepcionado afeto aos investimentos que o Município realizou no Parque Escolar (*Ampliação da Escola Básica e Integrada de Pardilhó, Ampliação da Escola Básica e Integrada com JI Padre Donaciano Abreu Freire - Freguesia de Beduido e Construção da Escola Básica e integrada com JI Sul do Concelho – Salreu*).

Pela análise do quadro nº 20, apresentado de seguida, constata-se que os capítulos Transferências Correntes e de Capital, representam a principal força de financiamento do Município com 64,31 p.p., seguido dos Impostos Diretos com 17,20 p.p. e das Venda de Bens e Serviços Correntes com 4,77 p.p..

Quadro nº 20 - Estrutura da Receita executada em 2012 (unidade monetária : €uros)

Receitas Correntes				Receitas de Capital / Outras Receitas			
Designação	Valor	%/RCor	% TOTAL	Designação	Valor	%/Rcap	% TOTAL
Impostos Directos	3.161.963,88	30,05%	17,20%	Venda de Bens de Investimento	24.194,76	0,31%	0,13%
Imposto municipal sobre imóveis	1.903.364,39	18,09%	10,35%	Transferências de Capital	6.550.595,10	83,35%	35,64%
Imposto Único de Circulação	492.733,36	4,68%	2,68%	F.E.F.	2.232.660,00	28,41%	12,15%
Imposto munic s/ transmissões onerosas	273.215,56	2,60%	1,49%	Outras	4.317.935,10	54,94%	23,49%
Derrama	491.213,47	4,67%	2,67%	Passivos Financeiros	400.585,76	5,10%	2,18%
Impostos abolidos	1.437,10	0,01%	0,01%	Emp. Contraídos a M/L Prazo	400.585,76	5,10%	2,18%
Impostos Directos Diversos	0,00	0,00%	0,00%	Outras Receitas de Capital	871.609,26	11,09%	4,74%
Impostos Indirectos	414.422,52	3,94%	2,25%	Outras Receitas	12.502,31	0,16%	0,07%
Taxas, Multas e Outras Penal.	152.672,35	1,45%	0,83%	Reposições não abatidas nos pagam.	12.502,31	0,16%	0,07%
Rendimentos de Propriedade	493.096,37	4,69%	2,68%				
Transferências Correntes	5.269.867,07	50,08%	28,67%				
F.E.F.+ F.S.M.+ P.F.IRS	4.480.140,00	42,58%	24,37%				
Outras	789.727,07	7,51%	4,30%				
Venda de Bens e Serviços Correntes	876.530,81	8,33%	4,77%				
Venda de Bens	9.533,28	0,09%	0,05%				
Prestações de Serviços	830.731,75	7,89%	4,52%				
Rendas e Alugueres	36.265,78	0,34%	0,20%				
Outras Receitas Correntes	153.886,07	1,46%	0,84%				
Totais de Receitas Correntes	10.522.439,07	100,00%	57,24%	Totais de Receitas de Capital / Outras	7.859.487,19	100,00%	42,76%
TOTAL DAS RECEITAS				18.381.926,26			
Saldo da Gêrencia Anterior				286.264,82			
TOTAL				18.668.191,08			



As Transferências – Correntes e Capital – têm um peso importante na estrutura da Receita, com uma ligeira vantagem das de capital, mostrando uma certa dependência que a autarquia tem perante os Fundos Municipais (Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e Participação Direta e Variável no IRS). De salientar que a importância destes Fundos Municipais se revela maior nas transferências correntes.

Os fundos oriundos da cobrança de Impostos Diretos, detêm um peso significativo no cômputo geral das receitas angariadas no ano de 2012, representando 30,05% das Receitas Correntes e 17,20% das Receitas Totais.

A repartição das receitas globais angariadas no ano 2012 podem ser vistas de outra forma conforme o descrito no gráfico e quadro apresentado de seguida.

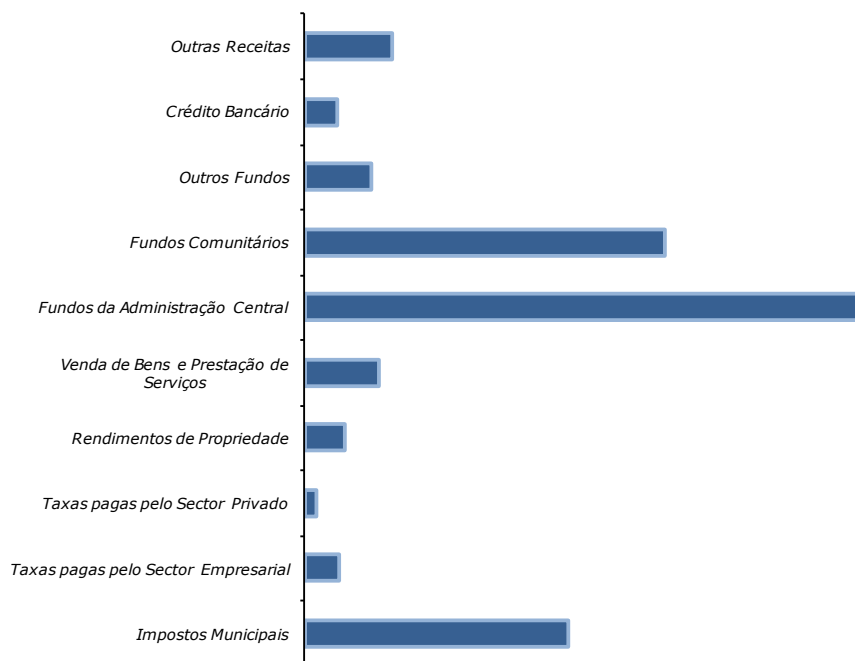
Quadro nº 21

(unidade monetária : Euros)

Repartição das Receitas	Valor	%
Impostos Municipais	3.161.963,88	17,20%
Taxas pagas pelo Sector Empresarial	414.422,52	2,25%
Taxas pagas pelo Sector Privado	152.672,35	0,83%
Rendimentos de Propriedade	493.096,37	2,68%
Venda de Bens e Prestação de Serviços	900.725,57	4,90%
Fundos da Administração Central	6.724.573,89	36,58%
Fundos Comunitários	4.306.161,21	23,43%
Outros Fundos	789.727,07	4,30%
Crédito Bancário	400.585,76	2,18%
Outras Receitas	1.037.997,64	5,65%
Total da receita	18.381.926,26	100,00%

Gráfico

nº10



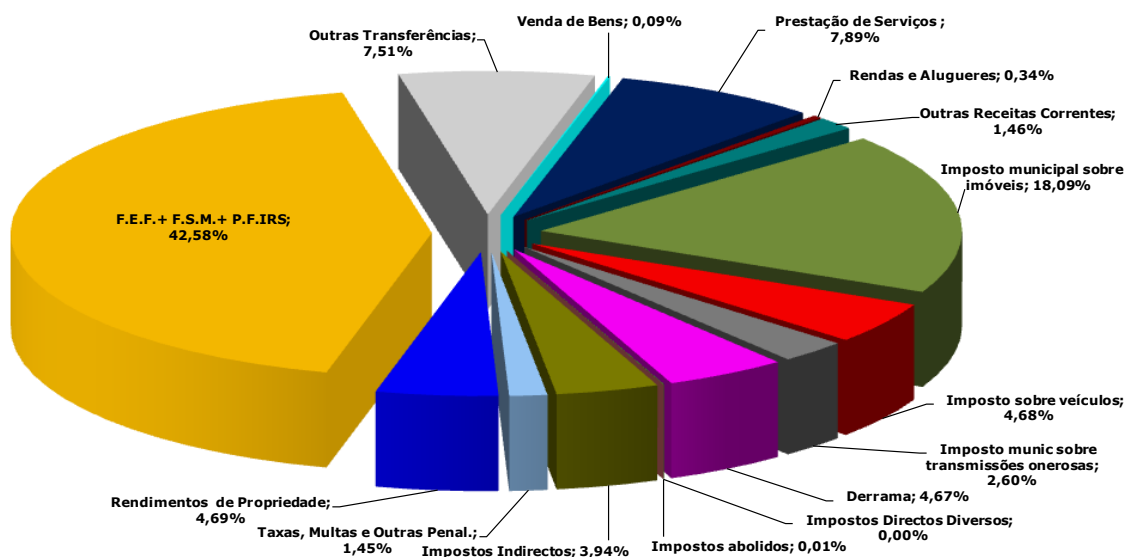
2.1.3. Análise das Receitas Correntes

A repartição das receitas de natureza corrente arrecadas pelo município no ano 2012, encontra-se descrita no gráfico nº 11.

Da análise do gráfico seguinte, destacam-se as receitas provenientes do Orçamento de Estado (Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e Participação Variável no IRS) que constituem 40,08% das Receitas Correntes. De destacar igualmente o somatório dos Impostos Diretos (Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), Imposto Sobre Veículos, Imposto Municipal de sobre Transmissões Onerosas (IMT) e Derrama), que representam 21,23% das Receitas Correntes.

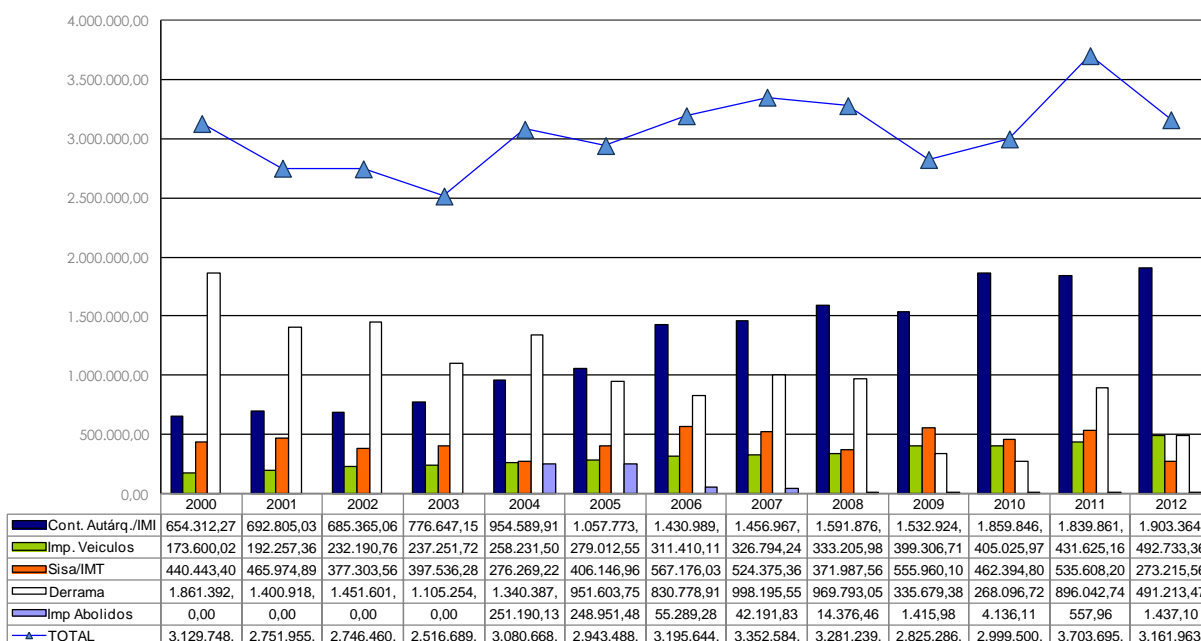
A venda de bens e serviços correntes merece igualmente uma referência, pois conforme se pode verificar, apresenta um peso de 5,38% do total das Receitas Correntes.

Gráfico nº 11



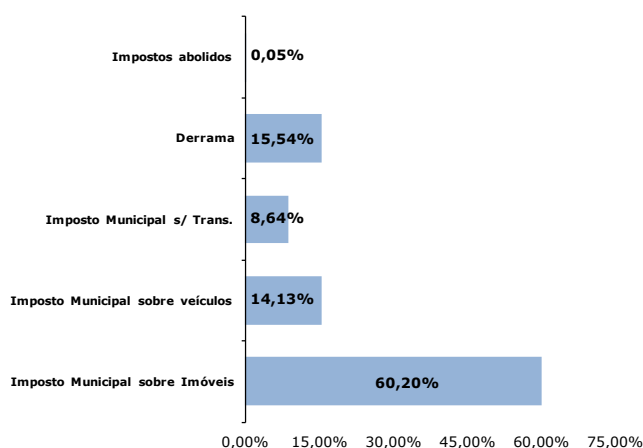
► Impostos Diretos

Gráfico nº12 – Evolução dos Impostos Diretos (2000-2012)



Das Receitas Fiscais arrecadadas pelo Município de Estarreja, em 2012, €3.161.963,88 correspondem a Impostos Diretos, representando 17,20 % das Receitas Totais, verificando-se uma diminuição de 14,63% relativamente a 2011.

Gráfico nº13 – Distribuição dos Impostos Diretos (Ano 2012)

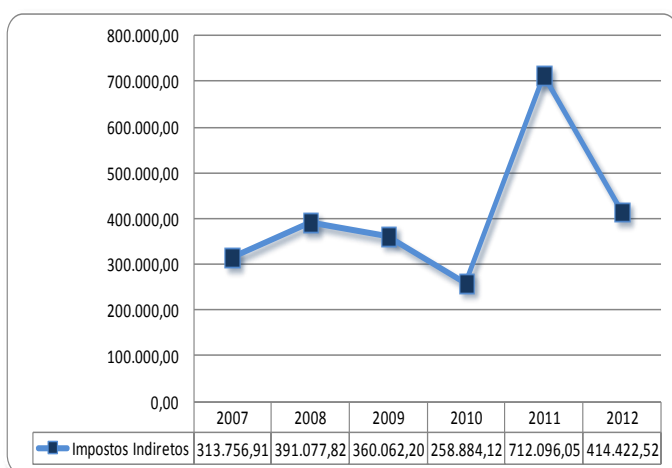


No contexto desta rubrica o Imposto Municipal sobre imóveis é responsável por 60,20% do total dos impostos arrecadados em 2012, seguindo-se a derrama com 15,54%.

► Impostos Indiretos

Esta Receita Corrente engloba receitas que recaem exclusivamente sobre o setor produtivo, incidindo sobre a produção, venda, a compra ou utilização dos bens e serviços. Consideram-se ainda nesta rubrica as receitas que revistam taxas, licenças, emolumentos e outras semelhantes, pagas por unidades industriais.

Gráfico nº14 – Impostos Indiretos no período 2007-2012



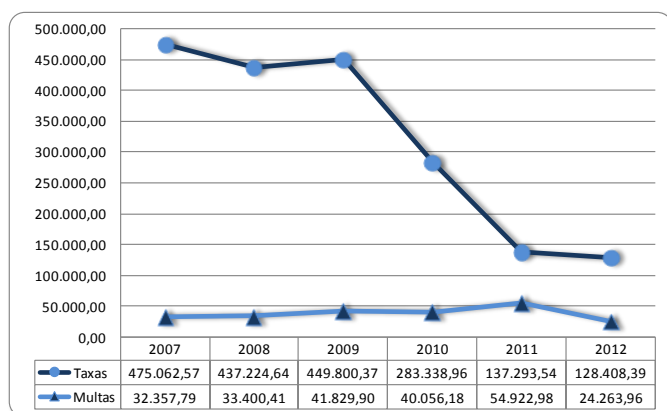
Neste contexto sobressai a receita proveniente da rubrica Ocupação da Via Pública, responsável por 41,68% desta rubrica em 2012, seguindo-se-lhe por ordem de importância a receita auferida por conta de Mercados e Feiras (36,20%).

No ano económico de 2012, os impostos indiretos (receitas provenientes da cobrança de taxas, emolumentos, licenças e outras semelhantes pelo facto de serem pagas pelo sector produtivo) totalizaram €414.422,52, apresentando um decréscimo de 41,80pp, correspondendo em termos absolutos a uma diminuição de €297.673,53 relativamente ao verificado em 2011.



► **Taxas, Multas e Outras Penalidades**

Gráfico nº15 – Evolução das Taxas, Multas e Outras Penalidades no período 2007-2012



No referente à receita proveniente de Taxas e Multas municipais estas representam 0,83% da Receita Total em 2012, contra os 2,66% em 2007.

Quadro nº 22 - Desagregação das Taxas, Multas e Outras Penalidades

(unidade monetária : Euros)

Designação	2012		2011		Tx Cresc %
	Valor	%	Valor	%	
Taxas Específicas das Autarquias					
Mercados e Feiras	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Loteamentos e Obras	105.908,74	69,37%	118.102,45	61,44%	-10,32%
Ocupação da Via Pública	9.529,16	6,24%	7.532,59	3,92%	26,51%
Caça, Uso e Porte de Armas	178,16	0,12%	269,51	0,14%	-33,89%
Saneamento	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Outros	12.792,33	8,38%	11.388,99	5,93%	12,32%
<i>Taxas de Depósito da Ficha Técn. Habitação</i>	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
<i>Outros</i>	12.792,33	8,38%	11.388,99	5,93%	12,32%
SUBTOTAL	128.408,39	84,11%	137.293,54	71,43%	-6,47%
Multas e Outras Penalidades					
Coimas e penalidades por contra-ordenações	7.739,70	5,07%	6.347,04	3,30%	21,94%
Juros de Mora	15.582,20	10,21%	44.476,55	23,14%	-64,97%
Multas e penalidades diversas	942,06	0,62%	4.099,39	2,13%	-77,02%
SUBTOTAL	24.263,96	15,89%	54.922,98	28,57%	-55,82%
TOTAL	152.672,35	100,00%	192.216,52	100,00%	-20,57%

Taxas

A cobrança de taxas relativas a serviços prestados pela Autarquia a particulares rendeu €128.408,39, que representa uma redução de 6,47%, comparativamente com 2011, sendo os loteamentos de obras (69,37%) a principal fonte deste tipo de recursos.

A cobrança destas taxas representa 1,22% das Receitas Correntes e 0,70% das Receitas Totais.

Multas e Outras Penalidades

A efetivação de sanções pecuniárias produziu, no exercício de 2012, €24.263,96, traduzindo uma significativa diminuição de 55,82% em relação ao valor verificado no ano anterior. Estas receitas punitivas e compensatórias representam 0,13% das Receitas Totais e 0,23% das Receitas Correntes.

► **Rendimentos de Propriedade**

As receitas provenientes de rendimentos de ativos financeiros (depósitos bancários, títulos e empréstimos concedidos), terrenos e de ativos incorpóreos (direitos de autor, patentes e outros), representam 2,68% das Receitas Totais e 4,69% das Receitas Correntes.

Quadro nº 23 - Desagregação dos Rendimentos de Propriedade

(unidade monetária : €uros)

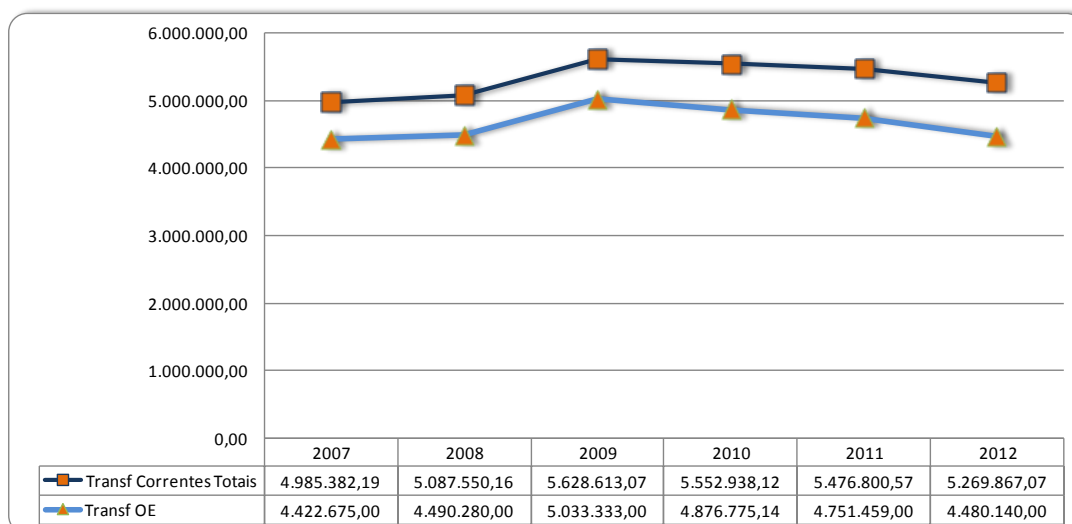
Designação	2012		2011		Tx Cresc %
	Valor	%	Valor	%	
Juros	9.352,02	1,90%	15.573,60	2,31%	-39,95%
<i>Bancos e outras Inst.Financeiras</i>	9.352,02	1,90%	15.573,60	2,31%	-39,95%
<i>Companhias de Seguros</i>	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
<i>Outros</i>	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Dividendos e outras participações em lucros	5.138,20	1,04%	78.594,49	11,65%	-93,46%
<i>Empresas municipais e intermunicipais</i>	5.138,20	1,04%	78.594,49	11,65%	-93,46%
<i>Empresas privadas</i>	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
<i>Outras</i>	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Rendas	478.606,15	97,06%	580.336,84	86,04%	-17,53%
<i>Edifícios</i>	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
<i>Bens de Domínio Público</i>	478.606,15	97,06%	580.336,84	86,04%	-17,53%
<i>Outras</i>	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
TOTAL	493.096,37	100,00%	674.504,93	100,00%	-26,90%

Os rendimentos de propriedade obtidos, neste ano económico, dizem respeito, à remuneração de depósitos detidos por esta entidade em Instituições de Crédito, aos rendimentos resultantes da distribuição de dividendos em participações de capital detidas pela Autarquia em outras empresas e sistemas multimunicipais, nomeadamente, na empresa ADRA, S.A. e à renda de concessão com a empresa EDP.

► **Transferências Correntes**

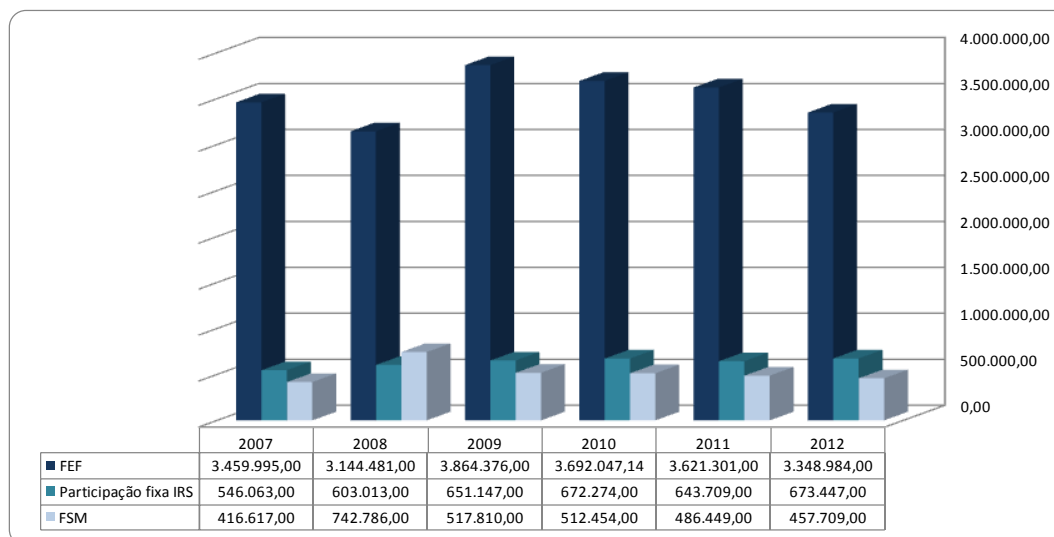
As Transferências Correntes compreendem os recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, destinados ao financiamento de despesas correntes ou sem afetação pré-estabelecida, representando em 2012, 50,08% do valor da receita corrente auferida. Os fundos consignados ao Município pelas Transferências Correntes globalizaram, em 2012, os €5.269.867,07, representando 28,67% das Receitas Totais arrecadadas.

Gráfico nº16 – Evolução das Transferências Correntes no período 2007-2012



No atual enquadramento legal das Finanças Locais, expresso pela Lei nº2/2007 de 15 de Janeiro, a repartição de recursos públicos entre o Estado e os Municípios (verba inscrita no Orçamento de Estado e transferida para os municípios) subdivide-se nos seguintes fundos: **Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e Participação Direta e Variável no IRS.**

**Gráfico nº17 – Repartição de recursos públicos entre Estado e a autarquia
- evolução no período 2007-2012**



No geral verificamos uma evolução negativa dos montantes transferidos desde 2009.

No seu conjunto, estas verbas transferidas diretamente do Orçamento do Estado para o Município de Estarreja contribuíram com cerca de 85,01% do resultado apresentado pelas Transferências Correntes, tendo existido uma diminuição €271.319,00 que somado à diminuição já registada de 2009/2010/2011, perfazem um decréscimo global, neste último triénio, de €553.193,00 (-11,39 pp).

Quadro nº 24 - Desagregação das Transferências Correntes

(unidade monetária : Euros)

Designação	2012		2011		Tx Cresc%
	Valor	%	Valor	%	
Sociedades e Quase Soc. Não Financeiras	1.752,00	0,03%	1.818,94	0,03%	-3,68%
Públicas	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Outras	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Privadas	1.752,00	0,03%	1.818,94	0,03%	-3,68%
Sociedades Financeiras	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Bancos e Outras Instituições Financeiras	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Administração Central	5.077.278,89	96,35%	5.278.900,87	96,39%	-3,82%
Estado	5.027.606,93	95,40%	5.236.203,16	95,61%	-3,98%
Fundo Equilíbrio Financeiro	3.348.984,00	63,55%	3.621.301,00	66,12%	-7,52%
Fundo Social Municipal	457.709,00	8,69%	486.449,00	8,88%	-5,91%
Participação Fixa no IRS	673.447,00	12,78%	643.709,00	11,75%	4,62%
Outras	547.466,93	10,39%	484.744,16	8,85%	12,94%
Estado- Participação comunitária	49.671,96	0,94%	42.697,71	0,78%	16,33%
Famílias	190.836,18	3,62%	196.080,76	3,58%	-2,67%
Resto do Mundo	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
TOTAL	5.269.867,07	100,00%	5.476.800,57	100,00%	-3,78%

Na sub-rubrica Famílias registam-se os pagamentos relativos a passes escolares e prolongamentos de horário do pré-escolar. No cômputo geral esta rubrica económica apresenta um decréscimo relativamente à execução do ano anterior de 2,67%.



De forma discriminativa, no quadro nº25 identifica-se a origem das receitas de transferências correntes da Administração Central /Outras.

Quadro nº 25 - Transferências Correntes da Administração Central / Outras

(unid monet.: Euros)

Transferências Correntes - Administração Central / Administração Local / Outras

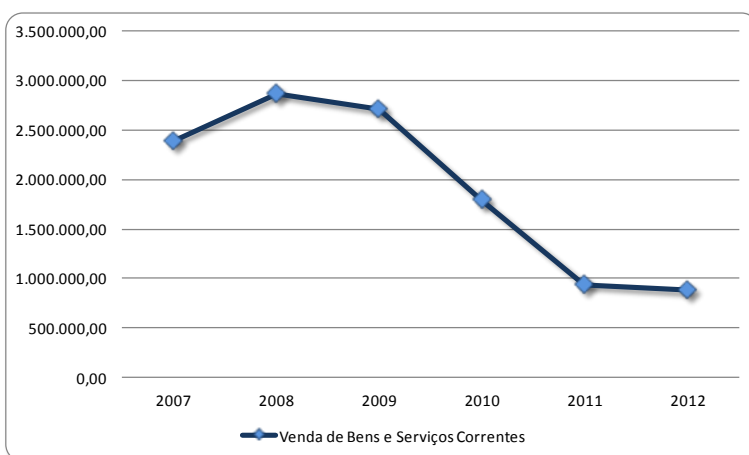
Designação	2011	2012
Acordo de Colaboração - Expansão da Rede Nacional de Educação Pré-Escolar Lei nº5/97 de 10 de Fevereiro e nº4 do artigo 32º do DL 147/97 de 11/06	76.862,09	103.421,41
Centro de Emprego de Aveiro -Inst de Emprego e Formação Profissional Programa Ocupacional para Trabalhadores Desempregados	35.985,84	4.833,00
Compensação pelos Encargos com Transportes Escolares Decreto-Lei nº 299/84 de 09/05 e Decreto-Lei nº 35/90 de 25/01	45.663,80	45.823,24
Direcção Geral das Autarquias Locais Subsídio para Gabinete Técnico Florestal	0,00	28.000,00
Direcção Regional de Educação do Centro Comparticipação - Auxiliares de Acção Educativa	71.694,95	63.556,10
Contrato-Programa - Fornecimento de Refeições Escolares Al.1ºCiclo	34.804,28	50.666,83
Comparticipação nas Actividades de Enriquecimento Curricular	209.562,50	220.937,50
Instituto de Desenvolvimento Social Protocolo de Colaboração para a Comissão de Protecção de Crianças Menores	10.170,70	30.228,85
Participação dos Municípios nos Impostos do Estado - Fundos Municipais Fundo de Equilíbrio Financeiro	3.621.301,00	3.348.984,00
Fundo Social Municipal	486.449,00	457.709,00
Participação Fixa no IRS	643.709,00	673.447,00
Estado- Participação Comunitária em Projectos Co-Financiados POPH - Programa Operacional de Potencial Humano - RAMPÁ	3.624,90	37.462,32
POPH - Programa Operacional de Potencial Humano - PEPAL	39.072,81	12.209,64
Diversos - Famílias e Donativos Diversos - Famílias e Donativos	197.899,70	192.588,18
TOTAL	5.476.800,57	5.269.867,07

Especificamente, as transferências correntes encontram-se descritas no Documento de Prestação de Contas "**Transferências Correntes – Receita**" (Anexo às Demonstrações Financeiras).

➤ **Venda de Bens e Prestações de Serviços Correntes**

A venda de bens e prestação de serviços correntes rendeu à autarquia €876.530,81, menos €62.597,10 que a receita arrecadada no ano anterior, ou seja, verificou-se um decréscimo de cerca de 6,67% deste tipo de receitas.

Gráfico nº18 – Evolução da Venda de Bens e Serviços Correntes



A Venda de bens e Prestação de Serviços responde por 4,77% do total da receita de 2012, verificando-se uma diminuição ao longo dos anos e com maior incidência em 2010/2011, com a redução verificada na cobrança de receitas como a prestação de serviços associados a Saneamento e distribuição de água, explicadas pela concessão à ADRA de toda a gestão e exploração do sistema da rede pública de águas (água potável, bruta e residuais).

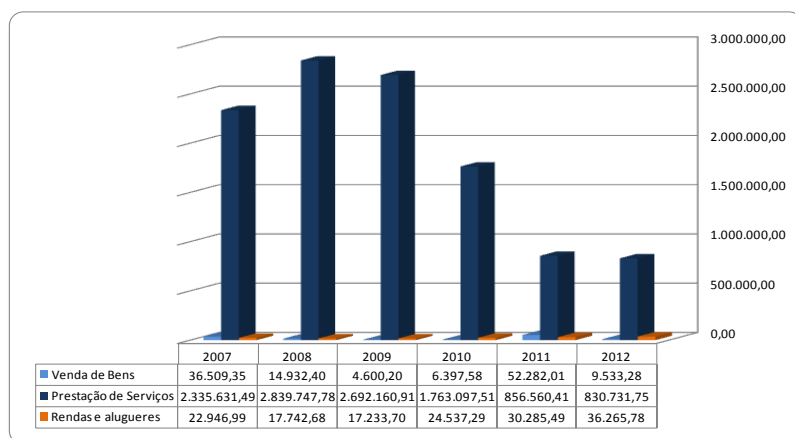


Quadro nº 26 - Desagregação da Venda de Bens e Prestações de Serviços

(unid. monetária : Euros)

Designação	2012	2011	2010	2009	2008	2007
Venda de Bens	9.533,28	52.282,01	6.397,58	4.600,20	14.932,40	36.509,35
Publicações e Impressos	0,00	0,00	0,00	79,09	11.879,94	28.774,60
Bens Inutilizados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desperdícios, Resíduos e Refugos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos Acabados e Intermedios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	9.533,28	52.282,01	6.397,58	4.521,11	3.052,46	7.734,75
Prestação de Serviços	830.731,75	856.560,41	1.763.097,51	2.692.160,91	2.839.747,78	2.335.631,49
Aluguer de Espaços e Equipamentos	43.972,03	34.978,16	2.772,91	1.148,57	1.627,29	50,00
Serviços Sociais, Recreativos, Culturais	340.854,75	363.939,00	205.557,52	181.615,90	168.929,25	146.503,72
<i>Serviços Recreativos</i>	8.994,74	8.716,50	2.666,50	825,50	787,00	1.340,00
<i>Serviços Culturais</i>	59.510,80	53.485,32	22.844,87	19.514,87	18.760,69	19.017,00
<i>Serviços Desportivos</i>	272.349,21	301.737,18	180.046,15	161.275,53	149.381,56	126.146,72
Serviços Específicos das Autarquias	445.904,97	457.643,25	1.554.767,08	2.509.396,44	2.669.191,24	2.189.077,77
<i>Saneamento</i>	0,00	17,80	730.980,83	965.164,93	1.074.285,53	817.591,38
<i>Resíduos Sólidos</i>	381.893,25	403.896,11	188.561,19	306.760,46	309.337,65	294.207,20
<i>Trabalho por conta de particulares</i>	10.275,31	4.256,87	27.582,79	58.947,28	95.993,80	76.224,73
<i>Mercados e Feiras</i>	351,97	6.072,33	549,96	533,94	3.251,58	4.795,01
<i>Distribuição de Água</i>	0,00	29,03	565.100,61	1.139.777,60	1.136.342,10	945.692,25
<i>Parques de Estacionamento</i>	8.825,06	8.382,09	7.877,69	7.904,60	12.090,72	11.358,10
<i>Outros</i>	44.559,38	34.989,02	34.114,01	30.307,63	37.889,86	39.209,10
Rendas e Alugueres	36.265,78	30.285,49	24.537,29	17.233,70	17.742,68	22.946,99
Edifícios	36.265,78	30.285,49	24.537,29	17.233,70	17.742,68	22.946,99
TOTAL	876.530,81	939.127,91	1.794.032,38	2.713.994,81	2.872.422,86	2.395.087,83

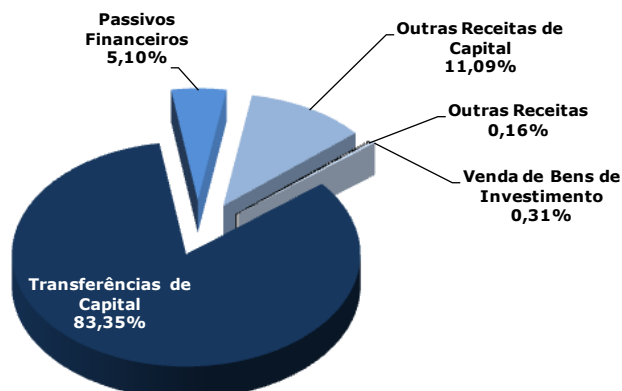
Gráfico nº19 – Evolução da Venda de Bens e Serviços Correntes



No âmbito da Venda de Serviços a receita proveniente da Recolha e Tratamento de Resíduos Sólidos, representa 43,57% do total deste tipo de receita auferida, seguida da venda de serviços recreativos, culturais e desportivos.

2.1.4. Análise das Receitas de Capital

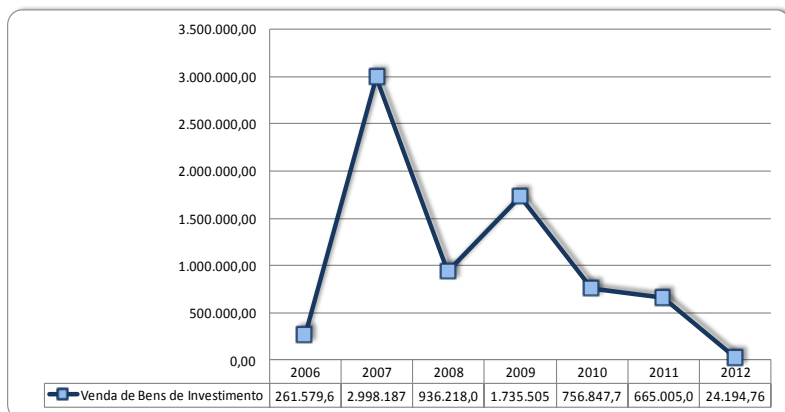
Gráfico nº20 – Repartição das Receitas de Capital 2012



A repartição das receitas de natureza capital arrecadas pelo município, no ano 2012, encontra-se descrita no gráfico nº 20.

➤ Venda de Bens de Investimento

Gráfico nº21 – Evolução da Venda de Bens de Investimento (2006-2012)



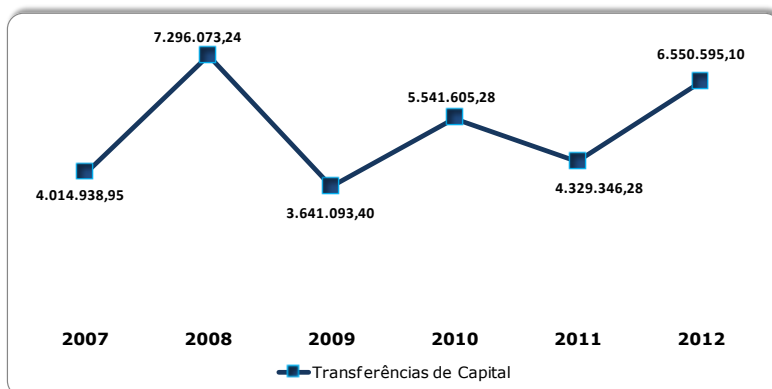
A receita proveniente da venda de bens de investimento tem mantido algumas oscilações em virtude da venda de terrenos.

De referir, que a descida acentuada na venda de terrenos até ao montante de €24.194,76, foi a justificação principal para a diminuição desta rubrica.

➤ Transferências de Capital

As Transferências de Capital, em conjunto com as Transferências Correntes, representam um importante apoio financeiro da Autarquia Local.

Gráfico nº22 – Evolução das Transferências de Capital (2007-2012)



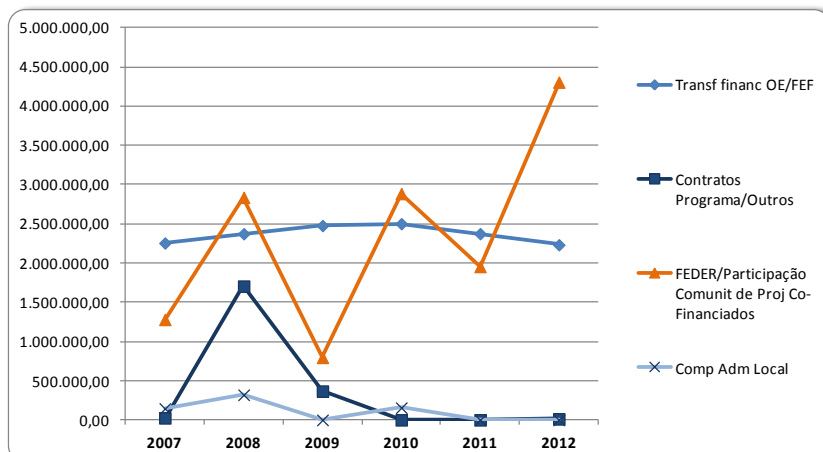
As Transferências de Capital compreendem os recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, destinados ao financiamento de despesas de capital.

Nota-se um crescimento significativo, na ordem dos 51,31 % nas receitas provenientes de Transferências de Capital.

No ano de 2012, entraram nos cofres do município €6.550.595,10 de fundos relativos a verbas transferidas de orçamentos de outras entidades (Administração Central, Administração Local, Comunidade Europeia, empresas e outras), sendo 34,08% desses fundos, originários da verba inscrita no Orçamento de Estado destinada, propriamente, ao município de Estarreja ao abrigo do Fundo de Equilíbrio Financeiro, sendo este constituído em partes iguais pelo Fundo Geral Municipal e Fundo de Coesão Municipal.



Gráfico nº23 – Evolução das Transferências de Capital por rubrica (2007-2012)



Nota-se uma ligeira descida nas receitas provenientes de transferências de capital do Orçamento de Estado, em relação ao registado em 2011, de cerca €141.660,00, traduzindo um decréscimo de 5,97%.

Em relação ao total das transferências obtidas do Orçamento de Estado verificou-se uma redução de 5,80% em relação ao transferido em 2011. Relacionando com o valor transferido em 2010 temos uma redução que ascende a 9,02%.

Quadro nº 27 – Transferências provenientes do Orçamento de Estado

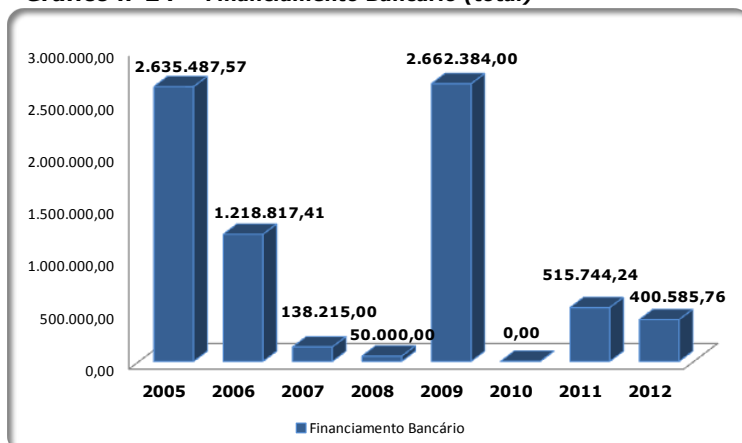
(unid. monetária : Euros)

	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Transferências Correntes OE	4.422.675,00	4.490.280,00	5.033.333,00	4.876.775,14	4.751.459,00	4.480.140,00
Transferências de Capital OE	2.255.222,00	2.373.191,00	2.477.370,00	2.501.249,00	2.374.320,00	2.232.660,00
TOTAL Transferências do OE	6.677.897,00	6.863.471,00	7.510.703,00	7.378.024,14	7.125.779,00	6.712.800,00

► Passivos Financeiros

Genericamente o recurso a financiamento bancário, foi significativamente condicionado no período, por conta das restrições introduzidas a partir de 2002, designadamente nas sucessivas leis de Orçamento de Estado.

Gráfico nº24 – Financiamento Bancário (total)



No entanto a autarquia fruto da capacidade de endividamento disponível, durante o período de 2005 a 2012 recorreu a este tipo de receita, tendo um tendência oscilante durante o período em análise. Em 2009, recorreu financiamento bancário de médio e longo prazo de €2.662.384,00 no âmbito do **PREDE_Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado.**

No ano 2012, o Município de Estarreja recorreu a crédito bancário no valor de €400.585,76 referente à utilização de capital em período de diferimento do empréstimo excecionado afeto aos investimentos que o Município se encontra a realizar no Parque Escolar (*Ampliação da Escola Básica e Integrada de Pardilhó, Ampliação da Escola Básica e Integrada com JI Padre Donaciano Abreu Freire - Freguesia de Beduido e Construção da Escola Básica e integrada com JI Sul do Concelho - Salreu*). Já no ano de 2011, este Município tinha recorrido à utilização de parte do capital deste empréstimo excecionado, no montante de €515.744,24.

3.2. DESPESA

3.2.1. Execução Orçamental da Despesa

Neste capítulo, procede-se a uma avaliação da execução orçamental da despesa em termos de pagamento, assim como da despesa comprometida e a despesa faturada, decompondo esta última em faturação transitada e nova faturação.

Num primeira instância vamos avaliar a execução da despesa numa ótica de caixa, ou seja de despesa paga.

O Orçamento da Despesa acompanha o nível das receitas previsíveis e nesse sentido foram alocados todos os recursos em sede de orçamento da despesa inicial e corrigida.

Quadro nº 28 – Evolução do Orçamento da Despesa e sua Execução (unidade monetária : Euros)

ORÇAMENTO DA DESPESA	2009	2010	2011	2012
Orçamento	33.500.000,00	29.660.000,00	26.530.500,00	24.263.264,82
Despesa total	21.247.216,25	22.205.417,76	17.387.286,57	17.577.727,48
%	63,42%	74,87%	65,54%	72,45%

Gráfico nº 25- Evolução do Orçamento da Despesa e sua Execução

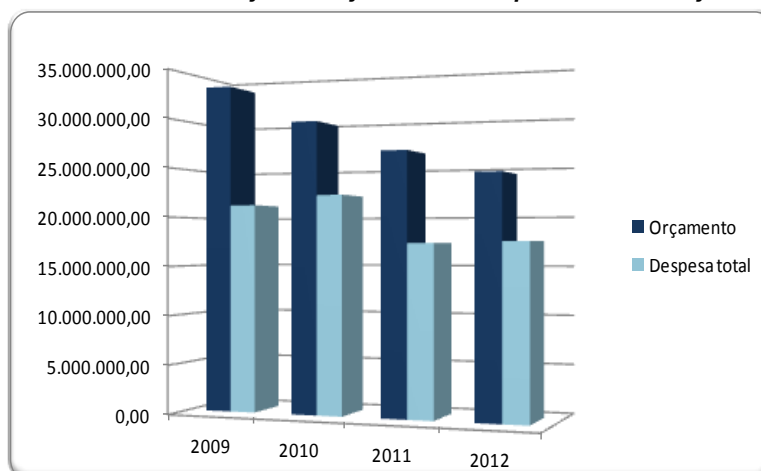
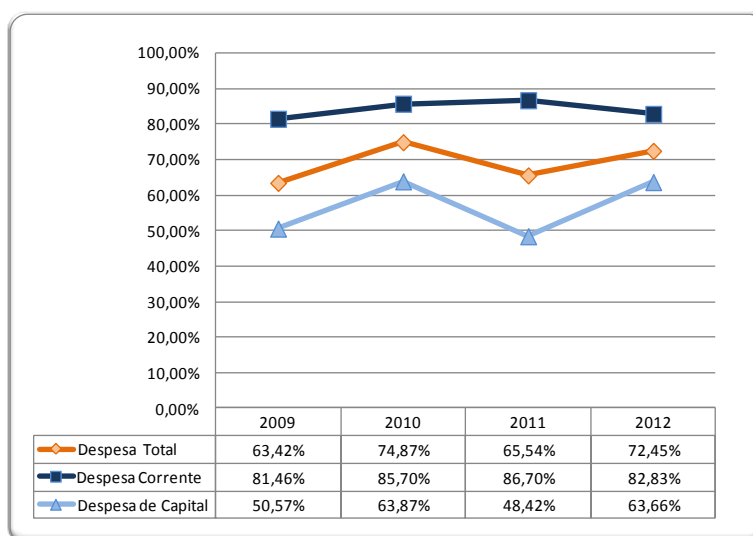


Gráfico nº 26- Evolução das Taxas de Execução da Despesa



No exercício de 2012 a despesa total foi de 17.577.727,48€, sendo 9.209.360,72€ de natureza corrente e 8.368.366,76€ no segmento de capital, o que corresponde a taxas de execução orçamental de 82,83% e 63,66%.

A análise do quadro nº29 permite-nos avaliar a despesa sob a perspetiva económica, e apenas de execução a nível de pagamentos, identificando-se, por uma lado, o destino privilegiado das despesas – correntes e capital - e, por outro, a sua natureza - despesas com pessoal, aquisição de bens e serviços, transferências, encargos financeiros, investimento, etc.

Quadro nº 29 – Execução da Despesa Paga

(unidade monetária : Euros)

Capítulos	Previsão		Valor da Execução (c)	Desvio		
	Inicial	(a) Final (b)		Valor(c)-(b)	Exec % (c)/(a)	Exec % (c)/(b)
Despesas Correntes	11.016.346,00	11.118.119,95	9.209.360,72	-1.908.759,23	83,60%	82,83%
Despesas com Pessoal	4.509.855,00	4.210.046,10	4.192.908,62	-17.137,48	92,97%	99,59%
Aquisição de Bens e Serviços Correntes	5.064.545,00	5.606.132,69	3.872.767,84	-1.733.364,85	76,47%	69,08%
Encargos correntes da dívida	295.000,00	269.100,00	234.912,21	-34.187,79	79,63%	87,30%
Transferências Correntes	938.666,00	866.351,00	755.539,35	-110.811,65	80,49%	87,21%
Outras Despesas Correntes	208.280,00	166.490,16	153.232,70	-13.257,46	73,57%	92,04%
Despesas de Capital	12.960.654,00	13.145.144,87	8.368.366,76	-4.776.778,11	64,57%	63,66%
Aquisição de Bens de Investimento	10.251.470,00	10.636.450,82	6.713.812,04	-3.922.638,78	65,49%	63,12%
Transferências de Capital	1.068.600,00	1.075.110,05	418.409,91	-656.700,14	39,15%	38,92%
Activos Financeiros	336.480,00	129.480,00	0,00	-129.480,00	0,00%	0,00%
Passivos Financeiros	1.301.604,00	1.301.604,00	1.236.144,81	-65.459,19	94,97%	94,97%
Outras Despesas de Capital	2.500,00	2.500,00	0,00	-2.500,00	0,00%	0,00%
Total da Despesa	23.977.000,00	24.263.264,82	17.577.727,48	-6.685.537,34	73,31%	72,45%

Com base no quadro acima, comparando o valor orçado (corrigido) das Despesas Totais (€24.263.264,82), com o efetivamente realizado (€17.577.727,48) no ano económico em análise, obtém-se uma taxa de execução a nível das despesas de 72,45%, ou seja, o valor efetivo da despesa realizada foi inferior ao previsto em 6.685.537,34€.

Assinala-se um acréscimo, da taxa de execução das despesas orçadas para 2012, de cerca de 7 p.p. em relação ao apurado no exercício 2011.

No entanto a taxa de execução da despesas correntes conheceu um decréscimo de 4 p.p. enquanto que a taxa de execução das despesas de capital aumentaram fortemente assinalando uma subida de 15,3 p.p..

Da análise dos dois agregados da despesa, verifica-se que a execução ao nível das despesas correntes foi cerca de 82,8% em contraposição com os 63,70% das despesas de capital. O menor desempenho das despesas de capital ficou-se a dever às transferências de capital, cuja execução se limitou a 38,92% e do investimento direto que se situou nos 63%.

No lado da despesa é importante referir que a execução em análise, se reporta à relação entre Despesa Paga e Despesa Orçada, quando em rigor o que deveria ser comparado, para avaliar a fiabilidade da Elaboração do Orçamento, era a relação entre compromissos assumidos no exercício e a despesa orçada, cujo grau de execução da despesa atinge os 81,71%, traduzindo por inerência baixos desvios e uma performance de execução notoriamente superior. (quadro nº 30).



Quadro nº 30 – Execução da Despesa 2012 nas suas diferentes fases

(u. m. : Euros)

Capítulos	DESPESA 2012				Taxa de Execução		
	Previsão (a)	Comprometida (b)	Facturada (c)	Paga (d)	Desp Factur (c)/(a)	Desp.Paga (d)/(a)	Desp.Comp (b)/(a)
Despesas Correntes	11.118.119,95	10.382.570,71	9.727.163,08	9.209.360,72	87,49%	82,83%	93,38%
Pessoal	4.210.046,10	4.194.598,60	4.192.908,62	4.192.908,62	99,59%	99,59%	99,63%
Aquisição de Bens e Serviços	5.606.132,69	5.015.824,17	4.387.091,00	3.872.767,84	78,26%	69,08%	89,47%
Juros e Outros Encargos Financeiros	269.100,00	245.338,16	234.912,21	234.912,21	87,30%	87,30%	91,17%
Transferências Correntes	866.351,00	772.286,83	758.969,35	755.539,35	87,61%	87,21%	89,14%
Outras Despesas Correntes	166.490,16	154.522,95	153.281,90	153.232,70	92,07%	92,04%	92,81%
Despesas de Capital	13.145.144,87	9.442.795,36	8.690.821,28	8.368.366,76	66,11%	63,66%	71,83%
Investimentos	10.636.450,82	7.648.263,78	7.015.921,03	6.713.812,04	65,96%	63,12%	71,91%
Transferências de Capital	1.075.110,05	499.362,35	438.755,44	418.409,91	40,81%	38,92%	46,45%
Activos Financeiros	129.480,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
Passivos Financeiros	1.301.604,00	1.295.169,23	1.236.144,81	1.236.144,81	94,97%	94,97%	99,51%
Outras Despesas de Capital	2.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
DESPESAS TOTAIS	24.263.264,82	19.825.366,07	18.417.984,36	17.577.727,48	75,91%	72,45%	81,71%

3.2.2. Estrutura e Evolução da Despesa Global

➤ **Estrutura da Despesa Global**

Ao analisar a despesa paga, justifica-se uma apreciação da estrutura em termos de despesa correntes e de capital e a sua variação no último quadriénio (2009, 2010, 2011 e 2012).

Quadro nº 31 – Despesa Corrente e de Capital

Descrição	2009	2010	2011	2012				Tx Crec.	
				Dotação	Cabiment.	Comprom.	Execução		Tx Exec
Despesas Correntes	11.356.112,22	12.803.101,64	10.286.081,11	11.118.119,95	10.464.002,57	10.382.570,71	9.209.360,72	82,83%	-10,47%
Despesas de Capital	9.891.104,03	9.402.316,12	7.101.205,46	13.145.144,87	9.872.822,57	9.442.795,36	8.368.366,76	63,66%	17,84%
Despesas Totais	21.247.216,25	22.205.417,76	17.387.286,57	24.263.264,82	20.336.825,14	19.825.366,07	17.577.727,48	72,45%	1,10%

Gráfico nº27 - Repartição das Despesas 2012

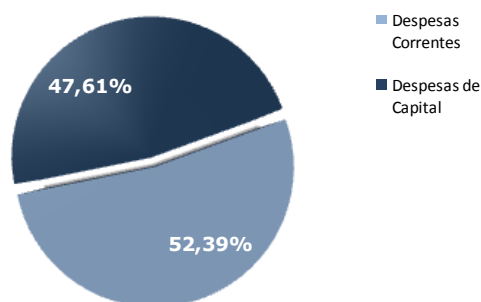
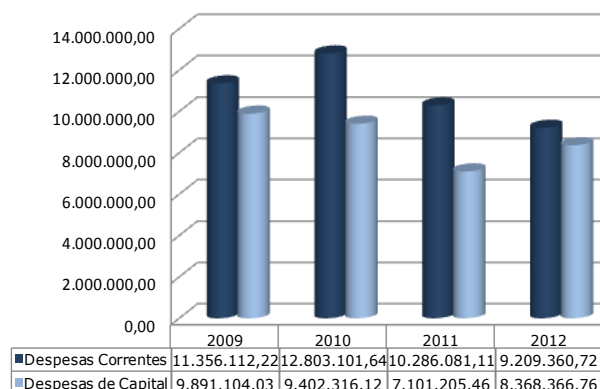


Gráfico nº28

Variação da Despesa Paga



Da comparação dos valores de despesa de 2012 com os de 2011, resulta um aumento de 190.440,91€ (1,10%), por relação sobretudo com o comportamento das despesas de capital que tiveram uma subida de 1.267.161,30€ contra a quebra, verificada nas despesas correntes, de (-) 1.076.720,39€.



As **despesas correntes** de 2012, representando **52,39%** das despesas municipais, totalizaram **9.209.360,72€**, o que corresponde uma execução de **82,83%**. A prevalência deste conjunto resulta do seu caráter fixo e de natureza legal e contratual – pessoal, instalação e funcionamento dos serviços e pagamento dos juros da dívida pública – em linha com a rigidez destas despesas em contraponto a variabilidade da generalidade das despesas de capital, as quais sempre dependentes da respetiva capacidade orçamental, dependem sobretudo das opções tomadas no âmbito do Plano Plurianual de Investimentos e da capacidade de execução física dos projetos.

Ainda no âmbito da análise da estrutura geral da despesa, insere-se um quadro representativo da despesa comprometida, faturada, paga e prevista durante o exercício económico de 2012.

Quadro nº 32 – Diferentes fases da despesa por classificação económica

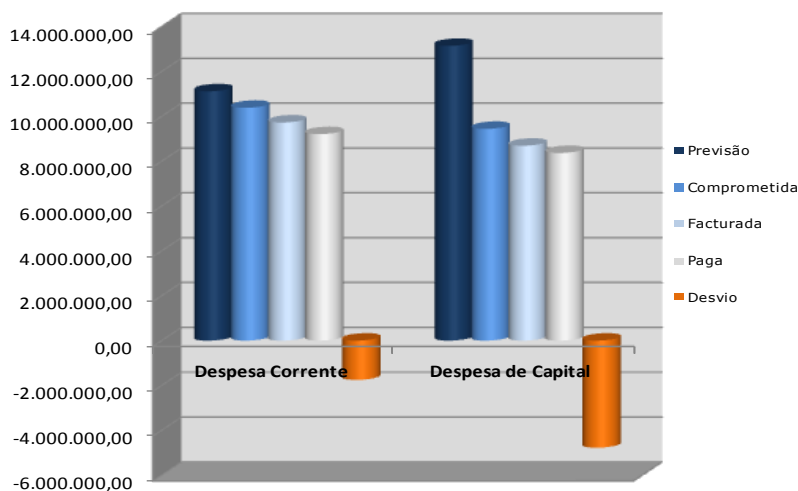
DESPESAS	Despesa Orçada 1	Despesa Comprometida 2	Despesa Faturada 3	Despesa Paga 4	Desvio do previsto 5=4-1	Taxa de Execução 6=4/1	Realizada e Não Paga 7=3-4	Compromissos por Pagar 7=3-4
01 Despesa com Pessoal	4.210.046,10	4.194.598,60	4.192.908,62	4.192.908,62	-17.137,48	99,59%	0,00	1.689,98
02 Aquisição Bens e Serviços Correntes	5.606.132,69	5.015.824,17	4.387.091,00	3.872.767,84	-1.733.364,85	69,08%	514.323,16	1.143.056,33
03 Encargos Correntes de Dívida	269.100,00	245.338,16	234.912,21	234.912,21	-34.187,79	87,30%	0,00	10.425,95
04 Transferências Correntes	866.351,00	772.286,83	758.969,35	755.539,35	-110.811,65	87,21%	3.430,00	16.747,48
06 Outras Despesas Correntes	166.490,16	154.522,95	153.281,90	153.232,70	-13.257,46	92,04%	49,20	1.290,25
Despesas Correntes	11.118.119,95	10.382.570,71	9.727.163,08	9.209.360,72	-1.908.759,23	82,83%	517.802,36	1.173.209,99
07 Aquisição de Bens de Capital	10.636.450,82	7.648.263,78	7.015.921,03	6.713.812,04	-3.922.638,78	63,12%	302.108,99	934.451,74
08 Transferências de Capital	1.075.110,05	499.362,35	438.755,44	418.409,91	-656.700,14	38,92%	20.345,53	80.952,44
09 Activos Financeiros	129.480,00	0,00	0,00	0,00	-129.480,00	0,00%	0,00	0,00
10 Passivos Financeiros	1.301.604,00	1.295.169,23	1.236.144,81	1.236.144,81	-65.459,19	94,97%	0,00	59.024,42
11 Outras Despesas de Capital	2.500,00	0,00	0,00	0,00	-2.500,00	0,00%	0,00	0,00
Despesas de Capital	13.145.144,87	9.442.795,36	8.690.821,28	8.368.366,76	-4.776.778,11	63,66%	322.454,52	1.074.428,60
TOTAL GERAL	24.263.264,82	19.825.366,07	18.417.984,36	17.577.727,48	-6.685.537,34	72,45%	840.256,88	2.247.638,59

O Orçamento de 2012 inferior ao do ano anterior em 2,267 milhões de euros, teve compromissos que representaram 81,71% do orçamento e uma realização (despesa faturada) de 75,91%.

No ano 2012, a despesa global comprometida, situou-se nos €19.825.366,07, a despesa faturada em €18.417.984,36 e a despesa paga em €17.577.727,48, transitando para o ano seguinte uma dívida de €840.256,88 e compromissos por pagar no valor de €2.247.638,59 (irão onerar o orçamento do ano 2013).

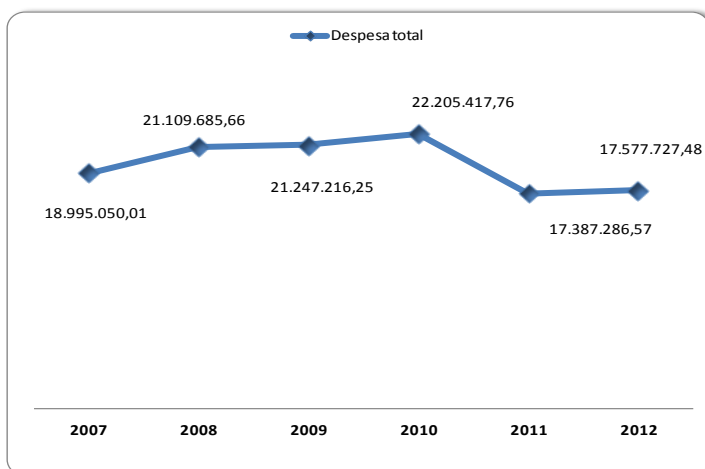
O próximo gráfico evidencia a despesa prevista, realizada e paga assim como o desvio, no que respeita a despesas correntes e de capital.

Gráfico nº29 – Estrutura Geral da Despesa



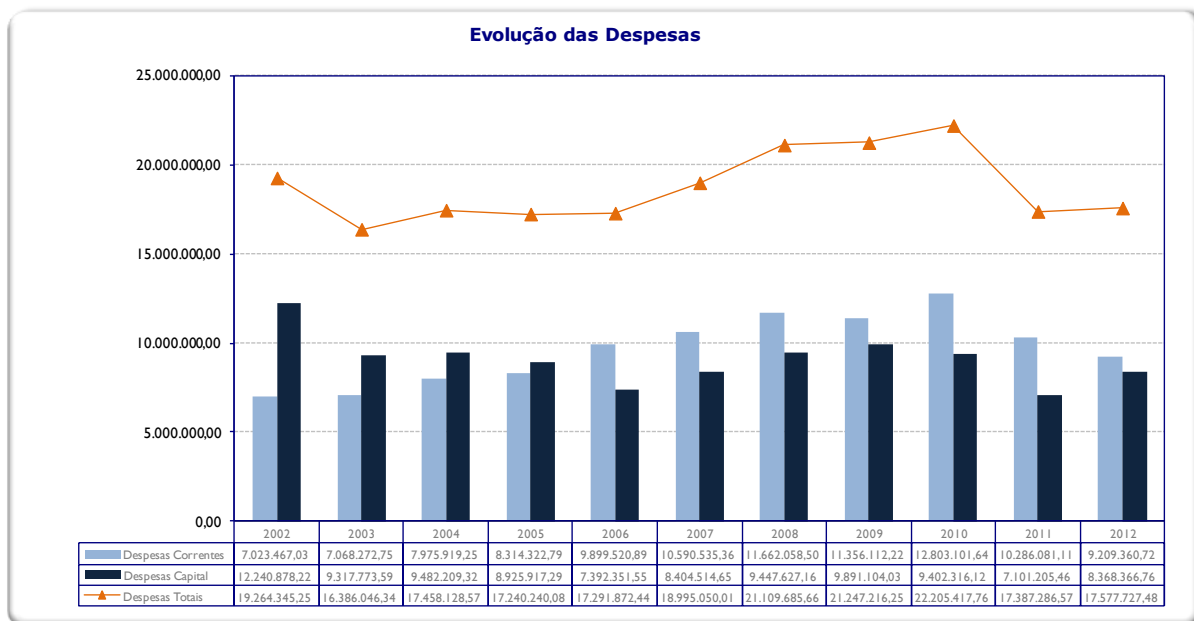
➤ **Evolução da Despesa Global**

Gráfico nº 30- Evolução da Despesa Paga



A Despesa Total cresceu 1,10% face a 2011, influenciado pelo aumento da despesa de capital em 17,84% contra o decréscimo menor de (-) 10,47% da despesa corrente. Este aumento deveu-se essencialmente, ao acréscimo do investimento direto (63,12%).

Gráfico nº 31- Evolução da Despesa Corrente/Despesa de Capital (2002-2012)



O montante pago em 2012 (€17.577.727,48) foi superior ao de 2011 (€17.387.286,57), constatando-se, em 2012, um aumento da despesa global paga no valor de €190.440,91 (1,10%)



relativamente ao registado no ano anterior e atingindo-se um grau de execução de despesas de 72,45%, superior em 7 p.p..

Do ponto de vista financeiro, constata-se que, em 2012, o maior esforço de pagamento foi canalizado para as despesas correntes assumindo 52,4% do total da despesa paga

Análise meramente caixa _ **Despesa Paga**

Numa perspetiva de Pagamentos (esforço financeiro), temos o seguinte quadro comparativo entre os exercícios económicos 2012 e 2011:

Quadro nº 33– Execução da Despesa Paga 2012 vs 2011 (unidade monetária : €uros)

Capítulos	2012				2011				Variação 2011/2012	Tx de Crescimento
	Dotada	Executada	Desvio Valor Absoluto	Taxa de Execução	Dotada	Executada	Desvio Valor Absoluto	Taxa de Execução		
Despesas Correntes	11.118.119,95	9.209.360,72	-1.908.759,23	82,83%	11.864.667,00	10.286.081,11	-1.578.585,89	86,70%	-1.076.720,39	-10,47%
Despesas com Pessoal	4.210.046,10	4.192.908,62	-17.137,48	99,59%	5.048.100,00	4.712.412,68	-335.687,32	93,35%	-519.504,06	-11,02%
Aquisição de Bens e Serviços Correntes	5.606.132,69	3.872.767,84	-1.733.364,85	69,08%	5.508.487,00	4.324.224,95	-1.184.262,05	78,50%	-451.457,11	-10,44%
Encargos correntes da dívida	269.100,00	234.912,21	-34.187,79	87,30%	299.000,00	185.715,46	-113.284,54	62,11%	49.196,75	26,49%
Transferências Correntes	866.351,00	755.539,35	-110.811,65	87,21%	811.800,00	869.592,88	57.792,88	107,12%	-114.053,53	-13,12%
Outras Despesas Correntes	166.490,16	153.232,70	-13.257,46	92,04%	197.280,00	194.135,14	-3.144,86	98,41%	-40.902,44	-21,07%
Despesas de Capital	13.145.144,87	8.368.366,76	-4.776.778,11	63,66%	14.665.833,00	7.101.205,46	-7.564.627,54	48,42%	1.267.161,30	17,84%
Aquisição de Bens de Investimento	10.636.450,82	6.713.812,04	-3.922.638,78	63,12%	11.553.306,00	4.755.463,49	-6.797.842,51	41,16%	1.958.348,55	41,18%
Transferências de Capital	1.075.110,05	418.409,91	-656.700,14	38,92%	1.303.000,00	865.706,77	-437.293,23	66,44%	-447.296,86	-51,67%
Activos Financeiros	129.480,00	0,00	-129.480,00	0,00%	316.024,00	0,00	-316.024,00	0,00%	0,00	n.a.
Passivos Financeiros	1.301.604,00	1.236.144,81	-65.459,19	94,97%	1.490.000,00	1.480.035,20	-9.964,80	99,33%	-243.890,39	-16,48%
Outras Despesas de Capital	2.500,00	0,00	-2.500,00	0,00%	3.503,00	0,00	-3.503,00	0,00%	0,00	n.a.
Total da Despesa	24.263.264,82	17.577.727,48	-6.685.537,34	72,45%	26.530.500,00	17.387.286,57	-9.143.213,43	65,54%	190.440,91	1,10%

Constata-se que as **despesas correntes** diminuíram 10,47% (em termos absolutos €1.076.720,39) e as **despesas de capital** aumentaram 17,84% (em termos absolutos €1.267.161,30), em relação aos valores registados no exercício económico anterior.

Análise ao nível mais real _ **Despesa Comprometida e Faturada**

DESPESA COMPROMETIDA

Quadro nº 34 – Execução da Despesa Comprometida 2011 vs 2010

Designação	COMPROMISSOS ASSUMIDOS		Variação 2011/2012	Tx de Crescimento
	2012	2011		
01 Despesa com Pessoal	4.194.598,60	4.712.412,68	-517.814,08	-10,99%
02 Aquisição Bens e Serviços Correntes	5.015.824,17	5.167.442,45	-151.618,28	-2,93%
03 Encargos Correntes de Dívida	245.338,16	270.312,34	-24.974,18	-9,24%
04 Transferências Correntes	772.286,83	891.900,48	-119.613,65	-13,41%
06 Outras Despesas Correntes	154.522,95	196.039,36	-41.516,41	-21,18%
Despesas Correntes	10.382.570,71	11.238.107,31	-855.536,60	-7,61%
07 Aquisição de Bens de Capital	7.648.263,78	8.092.412,89	-444.149,11	-5,49%
08 Transferências de Capital	499.362,35	1.456.158,16	-956.795,81	-65,71%
09 Activos Financeiros	0,00	0,00	0,00	n.a.
10 Passivos Financeiros	1.295.169,23	1.480.035,20	-184.865,97	-12,49%
11 Outras Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00%
Despesas de Capital	9.442.795,36	11.028.606,25	-1.585.810,89	-14,38%
TOTAL GERAL	19.825.366,07	22.266.713,56	-2.441.347,49	-10,96%

O volume de compromissos assumidos em 2012, manteve a tendência de decréscimo registada no ano anterior, onde se tinha verificado uma diminuição da despesa comprometida em 14,5% (3.786.917,88€), sendo que no exercício de 2012 diminuiu 10,96% (2.441.347,49€) relativamente



ao registado no ano 2011. Praticamente todas as rubricas económicas contribuíram para esta redução, reflexo do período de austeridade que se vive atualmente.

DESPESA FATURADA

Avaliando a execução orçamental não apenas numa perspetiva de pagamentos, mas complementando com uma análise da despesa faturada, pode-se aferir a verdadeira dinâmica sobre a realização despesa.

No ano 2012, a despesa global faturada situou-se em 18.417.984,36€, sendo de mencionar que 2.609.374,80€ respeitam a despesa faturada transitada do exercício anterior, sendo que a despesa faturada relativo ao próprio exercício 2012 cifrou-se em 15.808.609,56€, menos 2.106.108,41€ que o volume faturado em 2011.

Em 2012 a despesa faturada diminuiu (-) 1.578.677,01€ e a despesa paga aumentou em 190.440,91€ os pagamentos realizados no ano anterior. Da diferença entre a despesa realizada (faturada) e a despesa paga em 2012 resulta uma dívida total a transitar para o ano 2013 de 840.256,88€ (quadro nº 35).

Em termos da faturação no próprio ano (expurgada da faturação não paga em anos anteriores e transitada para exercício seguinte) registou-se um decréscimo de despesa corrente faturada em 2011 na ordem dos (-) 757.003,20€ enquanto a despesa de capital sofreu um decréscimo de (-) 1.349.105,21€.

A taxa de execução, em termos de despesa faturada, atingiu os 75,91%, sendo mais evidente no caso concreto das despesas correntes ao atingir 87,49%.

Quadro nº 35 – Evolução da Despesa Paga e Faturada

(unidade monetária : Euros)

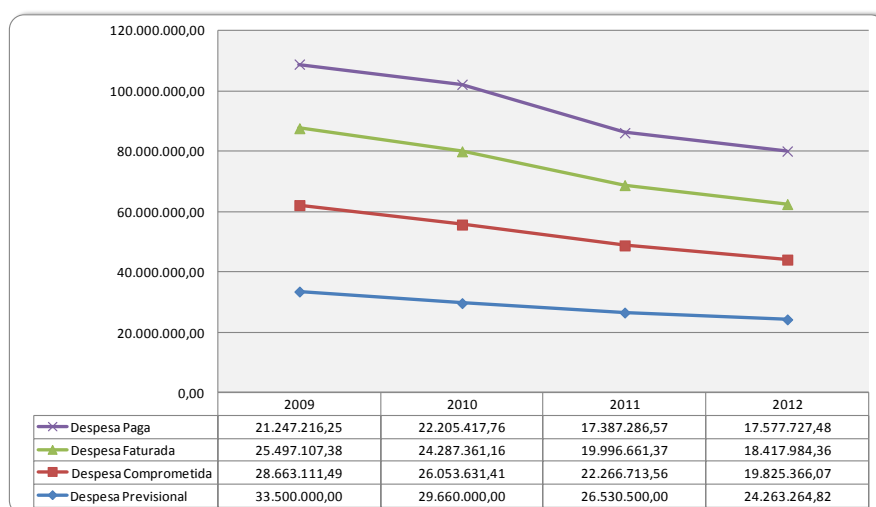
Capítulos	2011			2012						Variação Homóloga 2011 vs 2012				
	Facturada	Paga	Não Paga	Previsão		Facturada	Paga	Não Paga	Facturada	Desvio/Não Paga	Taxa de Execução			
				€	Tx cresc							€	€	
	(a)	(b)	(a)-(b)	(d)	(e)	%	(f)	(g)=(f)-(e)	%	(e)-(a)	[(f)-(b)/(b)]	(f)-(b)	Desp Fact	Desp Paga
Despesas Correntes	10.656.969,55	10.286.081,11	370.888,44	11.118.119,95	9.727.163,08	52,81%	9.209.360,72	517.802,36	61,62%	-929.806,47	-8,72%	146.913,92	87,49%	82,83%
Pessoal	4.712.412,68	4.712.412,68	0,00	4.210.046,10	4.192.908,62	22,77%	4.192.908,62	0,00	0,00%	-519.504,06	-11,02%	0,00	99,59%	99,59%
Aquisição de Bens e Serviços	4.604.883,72	4.324.224,95	280.658,77	5.606.132,69	4.387.091,00	23,82%	3.872.767,84	514.323,16	61,2%	-217.792,72	-4,73%	233.664,39	78,26%	69,08%
Juros e Outros Encargos Financeiros	267.917,26	185.715,46	82.201,80	269.100,00	234.912,21	1,28%	234.912,21	0,00	0,00%	-33.005,05	-12,32%	-82.201,80	87,30%	87,30%
Transferências Correntes	876.104,88	869.592,88	6.512,00	866.351,00	758.969,35	4,12%	755.539,35	3.430,00	0,4%	-117.135,53	-13,37%	-3.082,00	87,6%	87,2%
Outras Despesas Correntes	195.651,01	194.135,14	1.515,87	166.490,16	153.281,90	0,83%	153.232,70	49,20	0,0%	-42.369,11	-21,66%	-146,67	92,07%	92,04%
Despesas de Capital	9.339.691,82	7.101.205,46	2.238.486,36	13.145.144,87	8.690.821,28	47,19%	8.368.366,76	322.454,52	38,38%	-648.870,54	-6,95%	-1.916.031,84	66,11%	63,66%
Investimentos	6.929.165,19	4.755.463,49	2.173.701,70	10.636.450,82	7.016.321,03	38,09%	6.713.812,04	302.108,99	35,95%	86.755,84	1,25%	-1.871.592,71	65,96%	63,12%
Transferências de Capital	930.491,43	865.706,77	64.784,66	1.075.110,05	438.755,44	2,38%	418.409,91	20.345,53	2,42%	-491.735,99	-52,85%	-44.439,13	40,81%	38,92%
Activos Financeiros	0,00	0,00	0,00	129.480,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%	0,00	n.a.	0,00		
Passivos Financeiros	1480.035,20	1480.035,20	0,00	1301604,00	1236.144,81	6,7%	1236.144,81	0,00	0,00%	-243.890,39	-16,48%	0,00	94,97%	94,97%
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	2.500,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%	0,00	n.a.	0,00	0,00%	0,00%
DESPESAS TOTAIS	19.996.661,37	17.387.286,57	2.609.374,80	24.263.264,82	18.417.984,36	100,00%	17.577.727,48	840.256,88	100,00%	-1.578.677,01	-7,89%	-1.769.117,92	75,91%	72,45%

Pela análise do quadro acima, apura-se que a faturação das despesas de capital apresenta, em 2012, um peso inferior ao das despesas correntes, representando 47,19% do cômputo geral das despesas faturadas/realizadas.

Do ponto de vista financeiro, constata-se que o maior esforço de pagamento foi canalizado para as despesas correntes assumindo 61,62% do total da despesa paga.

Resumidamente e tendo presente as diferentes óticas e análise da despesa temos a seguinte evolução:

Gráfico nº 32 – Evolução da Despesas nas suas diferentes fases



Quadro nº 36 – Evolução da Despesa

(unidade monetária : Euros)

Designação	2009	2010	2011	2012
Despesa Prevista (a)	33.500.000,00	29.660.000,00	26.530.500,00	24.263.264,82
Compromissos do Exercício (b)	28.663.111,49	26.053.631,41	22.266.713,56	19.825.366,07
Despesa Realizada por pagar	4.249.891,13	2.081.943,40	2.609.374,80	840.256,88
Despesa Paga do Exercício (c)	17.894.814,01	17.955.526,63	15.305.343,17	14.968.352,68
Despesa Paga por conta do Exercício anterior (d)	3.352.402,24	4.249.891,13	2.081.943,40	2.609.374,80
Compromissos a pagar em exercícos futuros (e=f-(c+d) - (Dívida))	7.415.895,24	3.848.213,65	4.879.426,99	2.247.638,59
Faturado no ano (f)	22.144.705,14	20.037.470,03	17.914.717,97	15.808.609,56
Total faturado no ano (h)	25.497.107,38	24.287.361,16	19.996.661,37	18.417.984,36
Grau de Execução da despesa comprometida (b/a) - %	85,56%	87,84%	83,93%	81,71%
Grau de Execução da despesa paga do faturado(c+d)/h - %	83,33%	91,43%	86,95%	95,44%

► **Desagregação da Despesa Global**

O quadro seguinte demonstra com mais detalhe a execução das rubricas orçamentais de despesa:



Quadro nº 37 – Execução da Despesa por rubricas económicas

(unidade monetária : Euros)

Despesas Correntes				Despesas de Capital			
Designação	Valor	%/RCor	% TOTAL	Designação	Valor	%/Rcap	% TOTAL
Despesas com Pessoal	4.192.908,62	45,53%	23,85%	Investimentos	6.713.812,04	80,23%	38,19%
Aquisição de Bens e Serviços	3.872.767,84	42,05%	22,03%	Terrenos	164.554,89	1,97%	0,94%
Aquisição de Bens	396.424,52	4,30%	2,26%	Habitações	44.633,26	0,53%	0,25%
Aquisição de Serviços	3.476.343,32	37,75%	19,78%	Edifícios	4.130.461,16	49,36%	23,50%
Juros e Outros Encargos	234.912,21	2,55%	1,34%	Construções Diversas	68.188,47	0,81%	0,39%
Juros da Dívida Pública	140.129,23	1,52%	0,80%	Equipamento de Transporte	39.900,01	0,48%	0,23%
Juros de Locação Financeira	3.645,52	0,04%	0,02%	Equipamento Informático	93.933,44	1,12%	0,53%
Juros Tributários	0,00	0,00%	0,00%	Software Informático	57.307,78	0,68%	0,33%
Outros juros	91.137,46	0,99%	0,52%	Equipamento Administrativo	6.762,42	0,08%	0,04%
Outros encargos financeiros	0,00	0,00%	0,00%	Equipamento Básico	225.550,80	2,70%	1,28%
Transferências Correntes	755.539,35	8,20%	4,30%	Ferramentas e Utensílios	841,32	0,01%	0,00%
Administrações públicas	345.182,49	3,75%	1,96%	Artigos e Objectos de Valor	0,00	0,00%	0,00%
Segurança Social	0,00	0,00%	0,00%	Imobilizações Incorpóreas	1.771,20		
Administrações privadas	338.815,01	3,68%	0,00%	Outros Investimentos	99.779,22		0,57%
Famílias	71.541,85	0,78%	1,93%	Locação Financeira - Mat.Transp	52.628,05	0,63%	0,30%
Outras Despesas Correntes	153.232,70	1,66%	0,41%	Bens de Domínio Público	1.727.500,02	20,64%	9,83%
			0,87%	Transferências de Capital	418.409,91	5,00%	2,38%
				Administrações públicas	288.879,73	3,45%	1,64%
				Administrações privadas	101.630,18	1,21%	0,58%
				Famílias	27.900,00	0,33%	0,16%
				Activos Financeiros	0,00	0,00%	0,00%
				Passivos Financeiros	1.236.144,81	14,77%	7,03%
				Amort. Emp. Contraídos a M/L Pr	1.236.144,81	14,77%	7,03%
				Outras Despesas de Capital	0,00	0,00%	0,00%
Totais de Despesas Correntes	9.209.360,72	100,00%	52,39%	Totais de Despesas de Capital	8.368.366,76	100,00%	47,61%
Totais de Despesas				Totais de Despesas			17.577.727,48

Apesar de tudo, à semelhança do que tem acontecido nos últimos anos, o contributo mais elevado para a totalidade das despesas pagas é o da Aquisição de Bens de Capital (38,19%), seguindo-se as Despesas com Pessoal (23,85%) e a Aquisição de Bens e Serviços Correntes (22,03%).

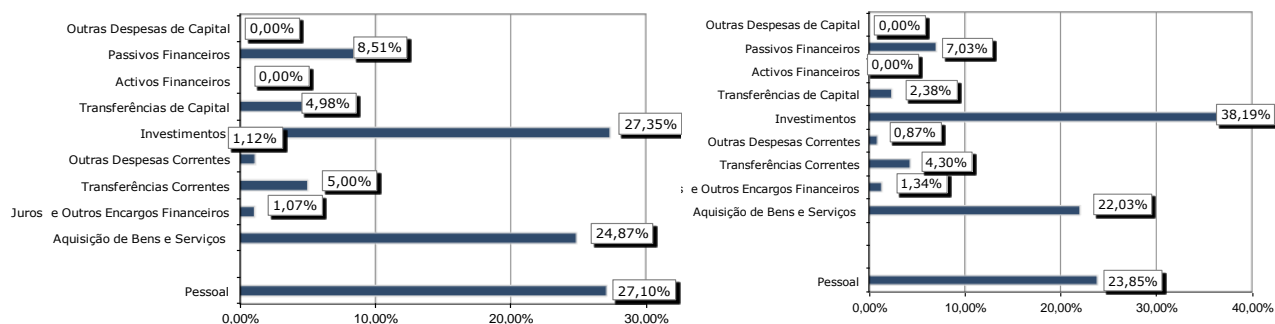
As transferências correntes e de capital, que têm a ver com participações do Município em investimentos intermunicipais, com transferências para freguesias e para diversas coletividades culturais, desportivas, recreativas e de solidariedade do concelho, continuam a deter um peso significativo na execução orçamental desta autarquia, representando, no ano económico de 2011, 6,68% das Despesas Totais.

Os encargos com a amortização de capital de empréstimos de longo prazo contraídos pela autarquia corresponderam a 14,77% das Despesas de Capital e 7,03 % das Despesas Totais.

Gráfico nº 32 e 33 – Desagregação das Despesas

Ano 2011

Ano 2012



3.2.3. Análise da Despesas Correntes

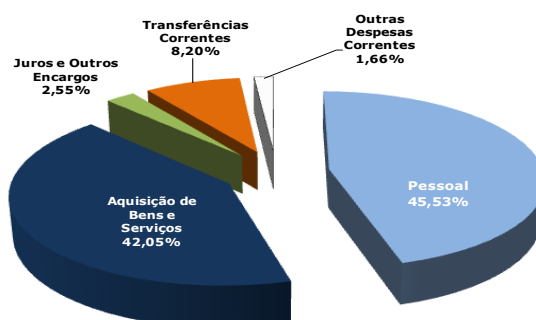
A Despesa Corrente apresenta no período em análise, por rubrica da despesa, a seguinte evolução:



Quadro nº 38 – Despesa Correntes

Descrição	2009	2010	2011	2012				Tx Exec	Crescimento	
				Dotação	Cabiment.	Comprom.	Execução		Valor	%
Pessoal	5.060.660,45	4.964.162,89	4.712.412,68	4.210.046,10	4.194.598,40	4.194.598,60	4.192.908,62	99,59%	-519.504,06	-11,02%
Aquisição de Bens e Serviços	4.571.599,32	6.424.193,04	4.324.224,95	5.606.132,69	5.079.221,91	5.015.824,17	3.872.767,84	69,08%	-451.457,11	-10,44%
Juros e Outros Encargos	408.172,55	224.492,74	185.715,46	269.100,00	245.338,16	245.338,16	234.912,21	87,30%	49.196,75	26,49%
Transferências Correntes	1.077.100,67	1.008.311,31	869.592,88	866.351,00	790.320,95	772.286,83	755.539,35	87,21%	-114.053,53	-13,12%
Outras Despesas Correntes	238.579,23	181.941,66	194.135,14	166.490,16	154.522,95	154.522,95	153.232,70	92,04%	-40.902,44	-21,07%
Total	11.356.112,22	12.803.101,64	10.286.081,11	11.118.119,95	10.464.002,37	10.382.570,71	9.209.360,72	82,83%	-1.076.720,39	-10,47%

Gráfico nº 34 – Peso de cada uma das rubricas no Total da Despesa Corrente (%) em 2012



As despesas correntes constituem praticamente as despesas de funcionamento dos serviços que se traduzem na obtenção de serviços ou bens de consumo corrente, objeto de uma utilização final. Dentro deste tipo de despesas, no 2012 os encargos com pessoal assumem o grupo de despesas com maior expressão obtendo um peso de 45,53% seguido de imediato pela Aquisição de Bens e Serviços coma expressão de 42,05%.

As despesas de funcionamento retratam o montante de encargos fixos e obrigatórios suportados pelo organismo municipal, agrupando as despesas com pessoal, as despesas com aquisição de bens e serviços e outras despesas correntes, tendo no ano 2012 atingido os 9.727.163,08€, sendo em termos de nova faturação registado um valor de 9.356.271,64€.

Quadro nº 39 - Faturação de Despesas Correntes – 2010/2011

(unidade monetária : Euros)

Capítulos	2011 Despesa Facturada			% Desp Func	% Desp Corrente	% Desp Total	2012 Despesa Facturada			% Desp Func	% Desp Corrente	% Desp Total
	Transitada (a)	Nova (b)	Total (a)+(b)				Transitada (d)	Nova (e)	Total (d)+e			
Pessoal	40.020,69	4.672.391,99	4.712.412,68	51,54%	46,20%	23,68%	0,00	4.192.908,62	4.192.908,62	49,61%	44,81%	26,52%
Aquisição de Bens e Serviços	408.019,03	4.196.864,69	4.604.883,72	46,30%	41,50%	21,27%	280.658,77	4.106.432,23	4.387.091,00	48,59%	43,89%	25,98%
Juros e Outros Encargos Financeiros	81.893,92	186.023,34	267.917,26		1,84%	0,94%	82.201,80	152.710,41	234.912,21		1,63%	0,97%
Transferências Correntes	13.758,07	862.346,81	876.104,88		8,53%	4,37%	6.512,00	752.457,35	758.969,35		8,04%	4,76%
Outras Despesas Correntes	0,00	195.651,01	195.651,01	2,16%	1,93%	0,99%	1.515,87	151.766,03	153.281,90	1,80%	1,62%	0,96%
Despesas de Funcionamento	448.039,72	9.064.907,69	9.512.947,41	100,00%	89,63%	45,95%	282.174,64	8.451.106,88	8.733.281,52	100,00%	90,33%	53,46%
Despesas Correntes	543.691,71	10.113.277,84	10.656.969,55	100,00%	51,27%	370.888,44	9.356.274,64	9.727.163,08	9.727.163,08	100,00%	59,18%	59,18%
Despesas Totais	269.374,80	19.727.286,57	19.996.661,37				2.609.374,80	15.808.609,56	18.417.984,36			100,00%

Tratando-se, essencialmente, de despesas fixas de funcionamento, as despesas correntes revelam um comportamento pouco flexível face às pressões que sobre elas possam recair, o que facilmente se verifica pelo forte peso que as despesas com pessoal e aquisição de bens e serviços assumem no seu valor total. De facto, as despesas de funcionamento representam 90,33% da execução das despesas correntes.

Da análise do quadro anterior afere-se que a rubrica as despesas com pessoal é a que tem o maior peso nas despesas de funcionamento no que respeita a nova faturação, ao assumir 49,61%, peso este inferior ao apurado em 2011 (51,54%), devido às políticas restritivas aplicadas ao nível da



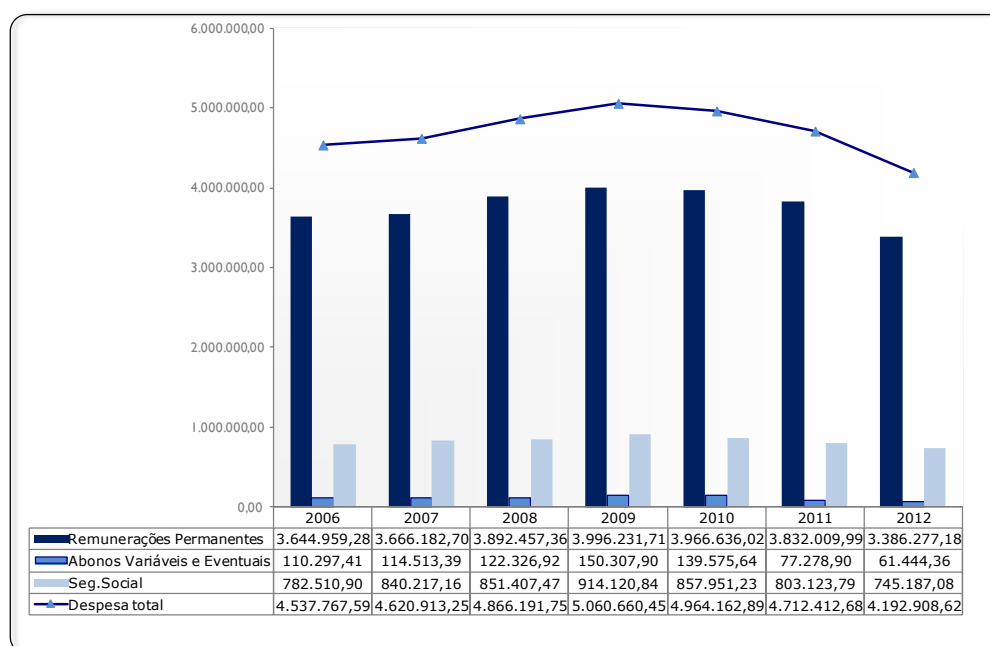
rubrica de custos com pessoal pelas disposições previstas no LOE 2012, de salientar suspensão, em todo e em parte dos subsídios de férias e de Natal.

As Transferências Correntes, que acusam 8,04% do valor das despesas correntes pagas, são também espelho do forte empenho da Autarquia no apoio às diversas coletividades do concelho.

► Despesas com Pessoal

Os encargos com o Pessoal ocupam um grande peso na globalidade das despesas correntes do Município, correspondendo a 45,81% das Despesas Correntes e 27,10% das Despesas Totais.

Gráfico nº 36- Evolução das despesas com pessoal nas suas componentes



Com um valor global 4.192.908,62€ as despesas com pessoal tiveram uma diminuição de 519.504,06€ (- 11%) , em resultado da redução da generalidade das suas componentes. Este decréscimo resulta, sobretudo do impacto simultâneo das medidas de contenção aplicadas e das disposições fixadas na Lei do Orçamento de Estado para 2012, em matéria de redução remuneratória, nomeadamente:

- ⇒ Suspensão do pagamento de subsídios de férias e de Natal ou equivalentes - **(art. 21º do LOE 2012)**, traduzindo uma diminuição de (-) 340.379,14€, significando um decréscimo na ordem dos 68,9%;
- ⇒ Controlo do recrutamento de trabalhadores nas autarquias locais, redução de trabalhadores nas autarquias locais e reduções remuneratórias **(art.s 20º, 46º e 48º do LOE 2012)** tendo-se verificado uma redução significativa [(-) 79.616,05] – ↓34,42%] nos contratos a termo, dado este terem terminado e não renovados e uma redução no pessoal do quadro de (-) 63.148,34€. Consequentemente registou-se uma diminuição das contribuições para a segurança social na ordem dos 14,6%, que em termos absolutos implicou uma diminuição de (-) 80.383,49€.
- ⇒ Redução do acréscimo pago por trabalho suplementar (-50%) - (art.º 32.º do LOE 2012), registando-se uma diminuição dos montantes pagos por trabalho extraordinário de (-)13.303,74€.

Quadro nº 40- Despesas com Pessoal (quadriénio 2009-2012)

(unidade monetária : Euros)

Descrição	2009	2010	2011	2012	Crescimento	
					Valor	%
Membros de Órgãos Autárquicos	145.447,79	167.304,48	149.150,05	147.939,05	-1.211,00	-0,81%
Pessoal do Quadro	2.496.839,96	2.387.732,27	2.418.924,15	2.355.775,81	-63.148,34	-2,61%
Pessoal Contratado a Termo	266.955,68	327.644,43	231.314,27	151.698,22	-79.616,05	-34,42%
Pessoal em Regime de Tarefa/ Avença	213.939,25	192.099,93	192.988,36	271.048,02	78.059,66	40,45%
Pessoal em Qualquer Outra Situação	56.965,05	80.697,76	49.640,90	13.191,46	-36.449,44	-73,43%
Subsídio de Férias e de Natal	504.103,18	497.091,61	494.001,46	153.622,32	-340.379,14	-68,90%
Outras Remunerações	311.980,80	314.065,54	295.990,80	293.002,30	-2.988,50	-1,01%
TOTAL REMUNERAÇÕES CERTAS	3.996.231,71	3.966.636,02	3.832.009,99	3.386.277,18	-445.732,81	-11,63%
Horas Extraordinárias	107.959,09	99.213,36	45.142,29	31.838,55	-13.303,74	-29,47%
Abono para falhas	3.854,99	5.106,20	4.997,08	6.153,38	1.156,30	23,14%
Outros Abonos	38.493,82	35.256,08	27.139,53	23.452,43	-3.687,10	-13,59%
TOTAL ABONOS VARIÁVEIS / EVENTUAIS	150.307,90	139.575,64	77.278,90	61.444,36	-15.834,54	-20,49%
Encargos com Saúde (ADSE)	263.334,86	217.041,20	169.818,46	216.748,85	46.930,39	27,64%
Caixa Geral de Aposentações	430.706,99	403.758,23	374.999,88	328.143,42	-46.856,46	-12,50%
Segurança Social -Reg Geral	108.467,64	137.635,14	174.380,80	140.853,77	-33.527,03	-19,23%
Outras Prestações Sociais (*)	82.702,74	71.481,41	46.509,52	35.858,89	-10.650,63	-22,90%
Seguros com Pessoal	28.908,61	28.035,25	37.415,13	23.582,15	-13.832,98	-36,97%
TOTAL CONTRIBUIÇÕES SOCIAS	914.120,84	857.951,23	803.123,79	745.187,08	-57.936,71	-7,21%
TOTAL DESPESAS COM PESSOAL	5.060.660,45	4.964.162,89	4.712.412,68	4.192.908,62	-519.504,06	-11,02%

O grupo mais representativo corresponde a remunerações certas e permanentes (vencimento mensal, subsídios de férias e Natal e despesas de representação) dos eleitos locais, funcionários, agentes e prestadores de serviços do município num total de €3.386.277,18. Segue-se o grupo referente a contribuições e encargos patronais com a segurança social (subsídios e prestações familiares, assistência na saúde, caixa geral de aposentações, regime geral de segurança social e em termos de seguros com pessoal) que totalizou €745.187,08. O remanescente, no valor de €61.44,36, reflete o conjunto de abonos variáveis e eventuais, tais como horas extraordinárias, ajudas de custo, abonos para falhas e senhas de presença da Assembleia e Câmara Municipais.

A rubrica de *Remunerações Certas e Permanentes*, representam 80,8% das Despesas com Pessoal, evidenciando um decréscimo relativamente ao ano 2011 de 11,63% (- €445.732,81), justificado fundamentalmente pela diminuição de rubrica de Pessoal em qualquer outras situação e pessoal a contrato a termo.

Os *Abonos Variáveis e Eventuais*, afiguram 1,5% das despesas com pessoal, apresentando em relação ao exercício de 2011, um decréscimo de 20,49% (€15.834,54), que se deveu fundamentalmente á diminuição registada no pagamento de horas extra e de indemnizações por cessão de funções.

A *Segurança Social*, absorve 17,8% registando em relação ao exercício de 2011, um decréscimo de 7,21%, correspondendo em termos absolutos uma redução de 57.936,71€.

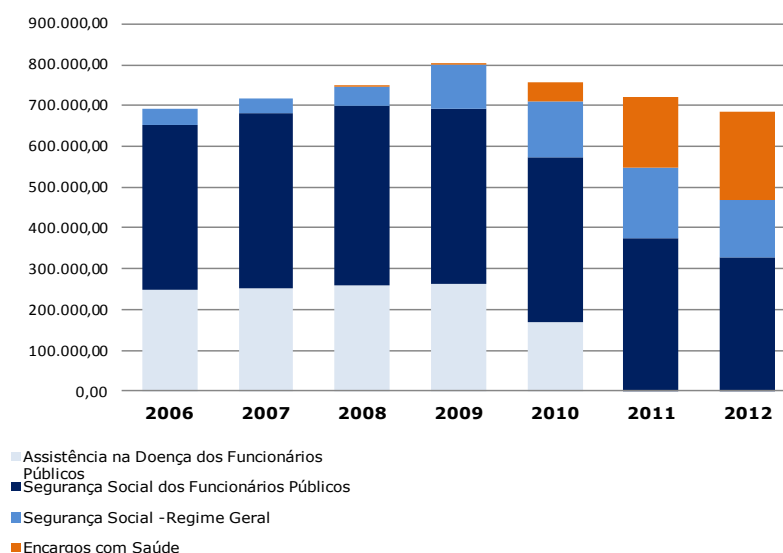
Em termos de encargos com o pessoal suportados pela entidade patronal, os valores apurados encontram-se resumidos no quadro seguinte:

Quadro nº 41



Contribuições para a Segurança Social				
Ano	Assistência na Doença dos Funcionários Públicos	Segurança Social dos Funcionários Públicos	Segurança Social -Regime Geral	Encargos de saúde
2002	219.427,30	253.281,40	14.014,06	
2003	215.391,60	250.647,89	9.798,23	
2004	221.364,40	257.235,08	12.852,85	
2005	234.466,60	273.729,90	19.883,01	
2006	249.996,65	401.602,01	38.967,11	
2007	253.160,75	429.053,34	33.320,24	
2008	260.547,95	440.327,63	46.435,51	698,61
2009	261.382,01	430.706,99	108.467,64	1.952,85
2010	167.752,85	403.758,23	137.635,14	49.288,35
2011	0,00	374.999,88	174.380,80	169.818,46
2012	0,00	328.143,42	140.853,77	216.748,85

Gráfico nº 37



O Decreto-Lei nº 116/84 de 6 de Abril com a redacção que lhe foi conferida pela Lei nº44/85 de 13 de Setembro, define os limites das despesas com pessoal, estipulando no artigo 10º que as despesas com pessoal do quadro não podem ser superiores a 60% das receitas correntes do ano anterior e as despesas com pessoal em qualquer outra situação não podem ser superiores a 25% dos 60% (ou seja 15%) das receitas correntes do ano anterior. Traduzindo:

Despesas efetuadas com o pessoal do quadro ≤ **60 % das Receitas correntes do ano económico anterior**

&

Despesas efetuadas com o pessoal fora do quadro ≤ **25% dos 60 % das Receitas correntes do ano económico anterior**

Assim, apresenta-se de seguida quadro ilustrativo da posição do Município perante os limites legais estabelecidos:

Quadro nº 42



Limites legais estipulados no art.10º do D.L. nº 116/84 de 06 de Abril, na redacção dada

	Valor	% de utilização	% do limite legal
Pessoal do quadro			
Receitas correntes	11.853.947,35 €		
60% da Rec Corrente	7.112.368,41 €		
Despesas com Pessoal	2.358.695,82 €	19,90%	33,16%
Pessoal Fora do Quadro			
Receitas correntes	11.853.947,35 €		
(25%x60%) 15% da	1.778.092,10 €		
Despesas com Pessoal	435.937,70 €	6,13%	24,52%

No que respeita ao cumprimento dos limites estabelecidos no artigo 10º do Decreto-Lei nº 116/84 de 6 de Abril com a redacção que lhe foi conferida pela Lei nº44/85 de 13 de Setembro, importa referir que as despesas com pessoal se encontram longe de atingirem os limites legais, encontrando-se utilizados 33,16% dos limites legais para despesas com Pessoal do Quadro e 24,52% do limite das despesas com Pessoal Fora do Quadro.

Em termos do primeiro limite legal o valor de 2012 foi inferior ao do ano 2011. Nesse ano encontravam-se utilizados 35,21% do limite para despesas com Pessoal do Quadro e 27,58% do limite das despesas com Pessoal Fora do Quadro.

➤ **Aquisição de Bens e Serviços Correntes**

No agrupamento de aquisição de bens e serviços estão registadas as despesas realizadas com a aquisição de bens de consumo, inventariáveis ou não, mas não caracterizáveis como bens de capital, bem como as despesas realizadas com a aquisição de serviços.

O conjunto das despesas com aquisição de bens e serviços correntes ascendeu a 3.872.767,84€, o que corresponde a uma execução de 69,08% e uma redução de 10,44%. De referir, que numa abordagem global das despesas pagas deste agrupamento, podemos observar que 3.476.343,32€ são relativos a aquisição de serviços e 396.424,52€ a aquisição de bens. A aquisição de serviços prepondera fortemente face à aquisição de bens, representando 89,76% .

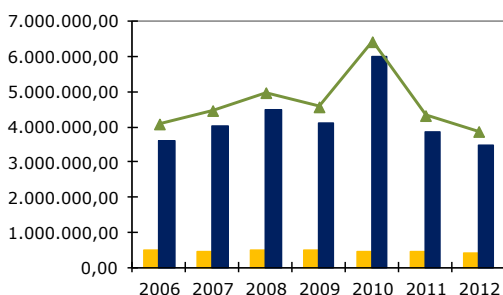
No que respeita à aquisição de bens e serviços, a taxa de execução da despesa realizada atingiu os 78,26%, observável no mapa de controlo orçamental da despesa.

Seguidamente apresentam-se alguns quadros e gráficos elucidativos da evolução das despesas faturadas e pagas em aquisição de bens e serviços.

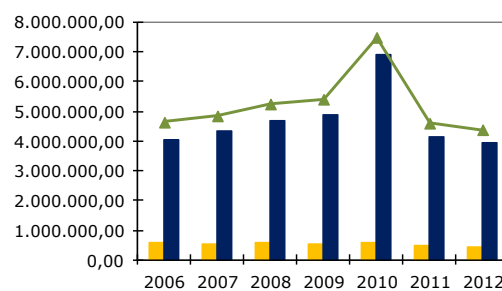
Ao analisar a evolução da despesa realizada e da despesa paga referente a aquisição de bens e serviços nos últimos anos, conclui-se que desde 2006 se tem registado um crescimento anual, no entanto no ano 2011 regista-se uma inversão dessa tendência tanto em termos de despesa paga como realizada (faturada), mantendo essa tendência de decréscimo no ano 2012.

Gráfico nº 38

Evolução das Aquisição de Bens e Serviços Despesa Paga



Evolução das Aquisição de Bens e Serviços Despesa Realizada



No ano 2012 registou-se um decréscimo de (-) 4,02% na despesa realizada, mantendo-se a tendência registada no ano 2011. Adicionalmente, no apuramento da despesa paga registou-se uma redução de 10,44%.

O próximo quadro é elucidativo destas observações.

Quadro nº 43 – Evolução da despesa – Aquisição de bens e serviços correntes

Designação	2008	2009	2010	2011	2012			
					Valor	Desvio /Variação	Tx Cresc. 2012/2011	Peso
Despesa Realizada (Facturada)								
Aquisição de Bens	571.631,41	545.397,53	605.336,75	471.635,89	449.599,71	-22.036,18	-4,59%	10,25%
Aquisição de Serviços	4.678.378,50	4.865.666,74	6.885.996,48	4.133.247,83	3.937.491,29	-195.756,54	-4,74%	89,75%
Total.....	5.250.009,91	5.411.064,27	7.491.333,23	5.411.064,27	4.387.091,00	-217.792,72	-4,02%	100,00%
Despesas Paga								
Aquisição de Bens	509.309,93	484.653,22	441.012,53	452.072,21	396.424,52	-55.647,69	-12,31%	10,24%
Aquisição de Serviços	4.466.530,41	4.086.946,10	5.983.180,51	3.872.152,44	3.476.343,32	-395.809,12	-10,22%	89,76%
Total.....	4.975.840,34	4.571.599,32	6.424.193,04	4.324.224,65	3.872.767,84	-451.456,81	-10,44%	100,00%

De seguida, apresenta-se uma apreciação com mais detalhe de cada uma das rubricas.

AQUISIÇÃO DE BENS

No ano 2012, a aquisição de bens totalizou 449.599,71€ no que respeita à despesa realizada e cifrou-se em 396.424,52€ no que respeita a despesa paga no ano, sendo que transita para o ano 2013 o valor de 53.175,19€.

Importa referir que a despesa realizada com combustíveis e lubrificantes (*onde se inclui fornecimento de combustíveis a instalações desportivas e escolares*) reforçou a liderança na hierarquia das mais elevadas, tendo absorvido 43,78% da despesa total com aquisição de bens. Em segundo lugar poderemos observar a despesa relativa a matérias primas e subsidiárias que também reduziu a sua ponderação e absorveu 15,00% do mesmo universo.

O próximo quadro apresenta em detalhe a evolução registada.

Quadro nº 44 - Aquisição de Bens Correntes

Designação	DESPESA PAGA						DESPESA REALIZADA (facturada)					
	2012		2011		Δ 2010/2011		2012		2011		Δ 2010/2011	
	Valor	%	Valor	%	Nominal	%	Valor	%	Valor	%	Nominal	%
Matérias primas e subsidiárias	51.173,29	12,91%	57.134,76	12,64%	-5.961,47	-10,43%	70.760,24	15,74%	57.217,05	12,13%	13.543,19	23,67%
Combustíveis e Lubrificantes	196.356,48	49,53%	175.177,07	38,75%	21.179,41	12,09%	206.468,33	45,92%	181.601,77	38,50%	24.866,56	13,69%
Gasolina	7.995,90	2,02%	6.218,22	1,38%	1.777,68	28,59%	8.464,14	1,88%	6.531,31	1,38%	1.932,83	29,59%
Gasóleo	89.324,55	22,53%	82.053,29	18,15%	7.271,26	8,86%	98.350,76	21,88%	88.068,10	18,67%	10.282,66	11,68%
Outros	99.036,03	24,98%	86.905,56	19,22%	12.130,47	13,96%	99.653,43	22,16%	87.002,36	18,45%	12.651,07	14,54%
Limpeza e Higiene	10.557,98	2,66%	13.395,78	2,96%	-2.837,80	-21,18%	12.121,80	2,70%	13.536,00	2,87%	-1.414,20	-10,45%
Vestuário e Artigos Pessoais	1.542,12	0,39%	20.335,39	4,50%	-18.793,27	-92,42%	4.335,46	0,96%	20.779,51	4,41%	-16.444,05	-79,14%
Material de Escritório	22.614,06	5,70%	40.105,96	8,87%	-17.491,90	-43,61%	27.345,91	6,08%	42.779,21	9,07%	-15.433,30	-36,08%
Produtos Químicos e Farmacêuticos	11.915,43	3,01%	10.658,85	2,36%	1.256,58	11,79%	13.680,49	3,04%	13.628,59	2,89%	51,90	0,38%
Material de Transporte - Peças	5.499,50	1,39%	11.473,67	2,54%	-5.974,17	-52,07%	6.602,33	1,47%	11.664,50	2,47%	-5.062,17	-43,40%
Outro material - Peças	5.757,27	1,45%	10.041,50	2,22%	-4.284,23	-42,67%	6.849,51	1,52%	10.453,43	2,22%	-3.603,92	-34,48%
Prémios, Condecorações e Ofertas	20.550,14	5,18%	40.118,41	8,87%	-19.568,27	-48,78%	26.554,90	5,91%	42.351,85	8,98%	-15.796,95	-37,30%
Mercadorias para venda	2.631,91	0,66%	1.235,74	0,27%	1.396,17	112,98%	2.631,91	0,59%	1.235,74	0,26%	1.396,17	112,98%
Ferramentas e Utensílios	1.445,91	0,36%	3.457,25	0,76%	-2.011,34	-58,18%	2.868,90	0,64%	3.588,86	0,76%	-719,96	-20,06%
Livros e Documentação Técnica	569,00	0,14%	625,31	0,14%	-56,31	-9,01%	641,80	0,14%	642,61	0,14%	-0,81	-0,13%
Artigos Honoríficos e de Decoração	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Material de Educação, Cultura e Recreio	4.218,69	1,06%	21.448,39	4,74%	-17.229,70	-80,33%	4.295,57	0,96%	21.448,39	4,55%	-17.152,82	-79,97%
Outros Bens	61.592,74	15,54%	46.864,13	10,37%	14.728,61	31,43%	64.442,56	14,33%	50.708,38	10,75%	13.734,18	27,08%
Total	396.424,52	100,00%	452.072,21	100,00%	-55.647,69	-12,31%	449.599,71	100,00%	471.635,89	100,00%	-22.036,18	-4,67%

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS

A aquisição de serviços promovida pelo Município de Estarreja representou uma despesa faturada no montante de 3.937.491,29€ e uma despesa paga que totalizou 3.476.323,33€, originando um dívida a transitar para o exercício económico de 2013 de 461.167,96€. Em termos nominais, no que respeita a despesa paga, verifica-se uma redução de 395.829,11€ em relação ao registado no ano anterior, tendo a despesa realizada diminuiu 195.756,54€.



Quadro nº 45 - Aquisição de Serviços Correntes

Designação	DESPESA PAGA						DESPESA REALIZADA (facturada)					
	2012		2011		Δ 2011/2012		2012		2011		Δ 2011/2012	
	Valor	%	Valor	%	Nominal	%	Valor	%	Valor	%	Nominal	%
Encargos de Instalações	425.457,50	12,24%	289.741,11	7,48%	135.716,39	46,84%	453.702,34	11,52%	301.486,26	7,29%	152.216,08	43,21%
Limpeza e Higiene	43.249,47	1,24%	51.644,37	1,33%	-8.394,90	-16,26%	46.461,06	1,18%	51.644,37	1,25%	-5.183,31	-10,04%
Conservação de Bens	70.198,38	2,02%	77.502,64	2,00%	-7.304,26	-9,42%	81.857,06	2,08%	89.183,94	2,16%	-7.326,88	-8,22%
Locação de Edifícios	151,72	0,00%	1.862,69	0,05%	-1.710,97	-91,85%	151,72	0,00%	1.862,69	0,05%	-1.710,97	-100,00%
Locação de Material de Informática	20.738,35	0,60%	11.660,11	0,30%	9.078,24	n.a	24.069,81	0,61%	11.660,11	0,28%	12.409,70	106,34%
Locação de Outros Bens	35.804,15	1,03%	53.936,58	1,39%	-18.132,43	-33,62%	44.066,58	1,12%	56.717,36	1,37%	-12.650,78	-22,31%
Comunicações	67.938,74	1,95%	73.219,04	1,89%	-5.280,30	-7,21%	69.338,35	1,76%	73.306,64	1,77%	-3.968,29	-5,39%
Transportes	308.385,38	8,87%	241.004,79	6,22%	67.380,59	27,96%	308.710,73	7,84%	241.133,51	5,83%	67.577,22	28,03%
Representação dos Serviços	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Seguros	51.460,06	1,48%	63.119,24	1,63%	-11.659,18	-18,47%	51.460,06	1,31%	63.178,60	1,53%	-11.718,54	-18,55%
Deslocações e Estadas	8.525,00	0,25%	12.199,63	0,32%	-3.674,63	-30,12%	9.140,00	0,23%	13.644,63	0,33%	-4.504,63	-48,78%
Estudos, projectos, pareceres e consultadoria	163.703,85	4,71%	204.584,98	5,28%	-40.881,13	-19,98%	165.697,24	4,21%	241.023,73	5,83%	-75.326,49	-45,48%
Formação	5.775,74	0,17%	6.573,40	0,17%	-797,66	-12,13%	5.775,74	0,15%	6.573,40	0,16%	-797,66	-13,81%
Seminários, Exposições e Similares	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Publicidade	41.335,69	1,19%	66.098,41	1,71%	-24.762,72	-37,46%	46.762,76	1,19%	66.544,58	1,61%	-19.781,82	-42,48%
Vigilância e Segurança	23.359,25	0,67%	24.326,61	0,63%	-967,36	-3,98%	23.359,25	0,59%	24.326,61	0,59%	-967,36	-4,14%
Assistência Técnica	80.880,71	2,33%	79.235,80	2,05%	1.644,91	2,08%	92.254,77	2,34%	84.396,63	2,04%	7.858,14	9,31%
Outros Trabalhos Especializados	1.517.049,28	43,64%	1.874.746,22	48,42%	-357.696,94	-19,08%	1.639.345,27	41,63%	1.944.112,90	47,04%	-304.767,63	-18,63%
Serviços Recolha / Tratamento de RSU	575.840,95	16,56%	741.916,50	19,16%	-166.075,55	-22,38%	685.199,19	17,40%	794.363,09	19,22%	-109.163,90	-15,79%
Serviços de Alimentação	277.021,37	7,97%	273.325,08	7,06%	3.696,29	1,35%	277.021,37	7,04%	276.430,83	6,99%	590,54	0,21%
Serviços de Limpeza Urbana	4.093,63	0,12%	20.188,27	0,52%	-16.094,64	-79,72%	8.553,51	0,22%	20.188,27	0,49%	-11.634,76	-136,27%
Serviços de Tratamento de Saneamento	119.461,26	3,44%	263.434,37	6,80%	-143.973,11	-54,65%	119.461,26	3,03%	263.434,37	6,37%	-143.973,11	-120,43%
Diversos	540.632,07	15,55%	575.882,00	14,87%	-35.249,93	-6,12%	549.109,94	13,95%	589.696,34	14,27%	-40.586,40	-7,39%
Encargos de Cobrança de Receitas	68.933,98	1,98%	70.259,27	1,81%	-1.325,29	-1,89%	68.933,98	1,75%	70.259,27	1,70%	-1.325,29	-1,91%
Outros Serviços	543.376,08	15,63%	670.437,55	17,31%	-127.061,47	-18,95%	806.404,57	20,48%	792.192,30	19,17%	14.212,27	1,76%
Emolumentos	28.452,49	0,82%	30.617,26	0,79%	-2.164,77	-7,07%	28.452,48	0,72%	31.387,26	0,76%	-2.934,78	-10,35%
Publicações	6.314,79	0,18%	7.710,69	0,20%	-1.395,90	-18,10%	6.407,04	0,16%	7.799,25	0,19%	-1.392,21	-21,73%
Electricidade -Iluminação Pública	478.606,15	13,77%	580.729,67	15,00%	-102.123,52	-17,59%	739.543,87	18,78%	699.797,66	16,93%	39.746,21	5,36%
Diversos Serviços	30.002,65	0,86%	51.379,93	1,33%	-21.377,28	-41,61%	32.001,18	0,81%	53.208,13	1,29%	-21.206,95	-66,28%
Total	3.476.323,33	100,00%	3.872.152,44	100,00%	-395.829,11	-10,22%	3.937.491,29	100,00%	4.133.247,83	100,00%	-195.756,54	-4,97%

No que respeita à despesa realizada, as rubricas com maior peso no total das aquisições de serviços ao longo do ano 2012 foram:

- ☐ Outros trabalhos especializados, que totalizaram em 2012, o montante de 1.639.345,27€ em resultado de ter sido a rubrica que mais decresceu em termos nominais face ao ano anterior ao reduzir 304.767,63€, correspondente a um decréscimo de 15,68%, no entanto mantendo a liderança na hierarquia das rubricas com maior despesa dentro das aquisições de serviços. Analisando com maior detalhe esta rubrica, poderemos observar:
 - Os serviços de recolha e tratamento de RSU, com faturação no valor de 685.199,19€ (- 13,74%) e pagamentos no valor de 575.840,95€ (- 22,38%).
 - Os outros trabalhos especializados – diversos, com um peso relativo de 13,95% dos serviços adquiridos, totalizaram €549.109,94, significando uma redução de 6,88% (€40.586,40). Dos serviços incluídos nesta rubrica é de destacar a afetação de uma verba de 5% da receita tributária do imposto municipal sobre imóveis (IMI) relativo a 2011, arrecada em 2012, para financiamento das despesas do processo de avaliação geral de prédios urbanos inserido no processo da Reforma da Tributação do Património iniciada em 2003, imposto pela Portaria nº 106/2012, de 18 de abril. Outro tipo de serviços especializados contabilizados neste agrupamento são: aquisição de serviços especializados relacionados com a realização de eventos culturais e desportivos (incluindo a programação do Cine Teatro); prestações de serviços associados á promoção das Atividades de Enriquecimento Curricular- AEC's (249.900,00€); utilização de plataforma eletrónica de contratação pública; serviços de auditoria externa no âmbito do Sistema de Gestão de Qualidade dos serviços; serviços complementares prevenção médica e demolições.
 - Os serviços de tratamento de saneamento com um decréscimo de 54,65%, totalizaram 119.461,26€, apenas referentes a pagamento de acordos de pagamento firmados com a SIMRIA para pagamento de faturas vencidas.
 - Os serviços de alimentação cuja despesa cresceu 0,21%, cifrou-se em 2012 no montante de 277.021,37€.

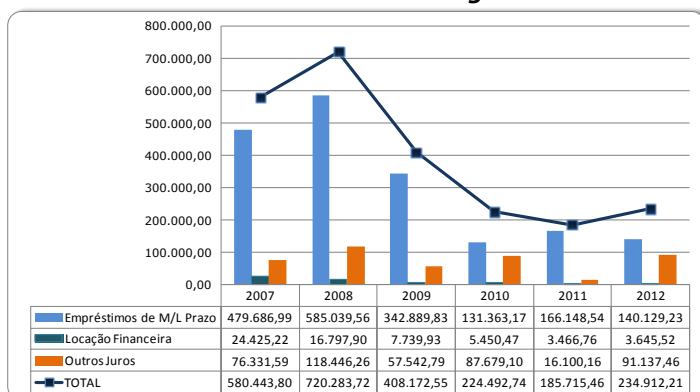


- ☐ A rubrica de outros serviços absorveu 19,17% da despesa realizada/faturada no agrupamento de aquisição de serviços correntes, tendo registado um pequeno acréscimo, de 1,79% (+14.212,27€), essencialmente por transição de faturação operada em 2011, relativa a eletricidade destinada a iluminação pública. de destacar:
 - Os serviços prestados pela EDP em termos de eletricidade destinada a iluminação atingiram no ano 2012 uma faturação na ordem dos 739.543,87€, tendo se sido pago 478.606,15€;
 - A despesa com emolumentos, que, contudo, mantém uma preponderância reduzida no conjunto das aquisições de serviços, representando 0,82% e cifrando-se em 28.452,49€;
- ☐ Os encargos com as Instalações, com pagamentos de €425.457,50€, ou seja, 12,24% do agregado e um crescimento de 46,84%. O montante pago, referem-se a consumo de eletricidade e água das diversas instalações municipais, sendo que €;
- ☐ Transportes que incluem as despesas com os transportes escolares;
- ☐ Despesa relativa a estudos, projetos, pareceres e consultadoria, totalizaram no ano 2012 despesa faturada de 165.697,24€, com pagamento de 163.703,85€;
- ☐ Despesa com conservação de bens que inclui principalmente as despesas com a conservação e manutenção das viaturas e outros equipamentos deste Município, tendo no presente registado uma diminuição de 8,22% (7.326,88€), cifrando-se nos 81.857,06€.
- ☐ Os dispêndios com as comunicações, onde se incluem as despesas com a expedição de correspondência, utilização de telefones e telemóveis, bem como de serviços de acesso à internet: 69.338,35€ que apresentam uma redução de 5,41% face ao ano anterior, fruto da desmaterialização de processos, remessa de documentos via eletrónica.

► Encargos Correntes da Dívida

Entre 2007 e 2012 a despesa com juros e outros encargos diminuiu significativamente, derivada da descida acentuada da taxas de juro e a amortização de parte significativa de empréstimos de médio e longo prazo obtidos.

Gráfico nº 39 – Juros e Outros Encargos



Os juros suportados correspondem 2,55% das Despesas Correntes e 1,34% das Despesas Totais.

Na rubrica Encargos Correntes da Dívida encontram-se, também, contabilizados os juros resultantes do financiamento de algumas aquisições de edifícios, equipamento básico e de transporte através de locação financeira e juros de mora por atrasos em pagamentos a terceiros.

► Transferências Correntes

Ao abrigo das competências do Município, que se reportam a vários domínios que vão desde a Educação, Ação Social, aos Tempos Livres e Desporto, Património, Cultura e Ciência, este atribuiu, ao longo do ano 2011, determinados subsídios a organismos e entidades, com vista ao financiamento das suas despesas correntes e conseqüentemente com o objetivo de propiciar condições de incrementos aos sectores cultural, desportivo, educacional e de ação social.

Estes apoios financeiros concedidos, deverão ser vistos como uma importante fonte de despesa autárquica, responsáveis em 2011 por 4,30% do total do global da despesa paga e 8,20% da despesa corrente paga.

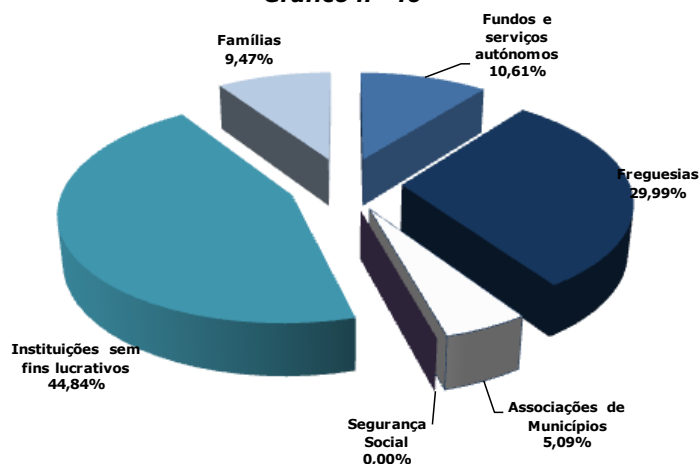
Seguidamente insere-se um quadro e um gráfico ilustrativo da distribuição e evolução das transferências correntes atribuídas:

Quadro nº 46 – Transferências Correntes (Despesa)

(unidade monetária : €uros)

Designação	2012	2011	2010	2009
Administração Central	80.126,22	86.980,50	140.461,74	110.331,15
Administração Local	265.056,27	269.944,75	263.846,51	280.674,28
Freguesias	226.613,39	236.036,75	232.751,31	252.200,28
Associações de Municípios	38.442,88	33.908,00	31.095,20	28.474,00
Segurança Social	0,00	0,00	0,00	777,27
Instituições sem fins lucrativos	338.815,01	427.011,18	523.924,80	653.519,69
Famílias	71.541,85	85.656,45	80.078,26	31.798,28
TOTAL	755.539,35	869.592,88	1.008.311,31	1.077.100,67
Variação - valor	-114.053,53	-138.718,43	-68.789,36	9.027,68
Variação - %	-13,12%	-13,76%	-6,39%	0,85%

Gráfico nº 40



As importâncias retiradas do rendimento corrente da Autarquia e concedidas, por esta a outras entidades, sem qualquer contrapartida somaram €755.539,35, apresentando um decréscimo de 114.053,53€ (13,12%), em relação ao verificado no ano anterior.

Na rubrica de Transferências Correntes estão registadas todos os fluxos sem contrapartida financeira que se destinam a apoiar o funcionamento de diversas instituições particulares com interesse municipal assim como as transferências para as freguesias, sejam as que se destinam ao apoio do funcionamento das suas atividades, sejam as que se destinam à concretização de ações correspondentes à execução de protocolos no âmbito das delegações de competências.

A atribuição de apoios correntes a entidades e organismos legalmente existentes para a prossecução de atividades de natureza social, cultural, desportivo, recreativo ou outro ascendeu a €338.815,01€.

As verbas atribuídas às Juntas de Freguesia, representam 29,99% e enquadram-se fundamentalmente na delegação de competências transferidas para as freguesias no âmbito de limpeza de fossas, manutenção de espaços ajardinados e apoios financeiros para a realização de eventos culturais.

As verbas inscritas em Administração Local, às quotas anuais da Associação Nacional de Municípios Portugueses e da Associação de Municípios da Ria (AMRia) e às transferências para as freguesias.

Os valores registados em Fundos e Serviços Autónomos, dizem respeito à atribuição de verbas transferidas, no âmbito das competências das autarquias locais, na área da Educação, para os Agrupamentos de Escolas do 1º e 2º Ciclo e instituições do concelho de Estarreja para apoio a atividades didáticas por estes promovidos e para comparticipação de refeições servidas a crianças em idade escolar do 1º ao 2º ciclo.

As transferências atribuídas a particulares dizem respeito, fundamentalmente a auxílios económicos atribuídos às diversas escolas de ensino básico do concelho no âmbito do Programa de Desenvolvimento e Expansão da Rede Pré-Escolar e a despesas assumidas pela Câmara na concretização do Programa Ocupacional para Trabalhadores de comprovada Carência Económica.

► Outras Despesas Correntes

O total de despesas consideradas como residuais, não classificáveis nas outras rubricas económicas, ascendeu no exercício de 2012 aos 153.232,70€. No ano económico de 2012, denota-se um decréscimo desta rubrica económica de despesas, na ordem dos 21,70%, correspondendo a uma redução de €40.902.44.

Quadro nº 47 – Outras Despesas Correntes

(unidade monetária : Euros)

Designação	2012		2011		Tx Cresc %	2010	
	Valor	%	Valor	%		Valor	%
Diversas	49.314,21	32,18%	22.673,73	11,68%	117,49%	5.664,48	3,11%
Impostos e Taxas	49.314,21	32,18%	22.673,73	11,68%	117,49%	5.664,48	3,11%
Outras	103.918,49	67,82%	171.461,41	88,32%	-39,39%	176.277,18	96,89%
Restituições	67.872,15	44,29%	100.604,87	51,82%	-32,54%	92.711,65	50,96%
IVA Pago	29.965,16	19,56%	68.076,12	35,07%	-55,98%	72.624,44	39,92%
Serviços Bancários	2.582,97	1,69%	1.303,97	0,67%	98,09%	2.287,27	1,26%
Diversas	3.498,21	2,28%	1.476,45	0,76%	136,93%	8.653,82	4,76%
TOTAL.....	153.232,70	100,00%	194.135,14	100,00%	-21,07%	181.941,66	100,00%

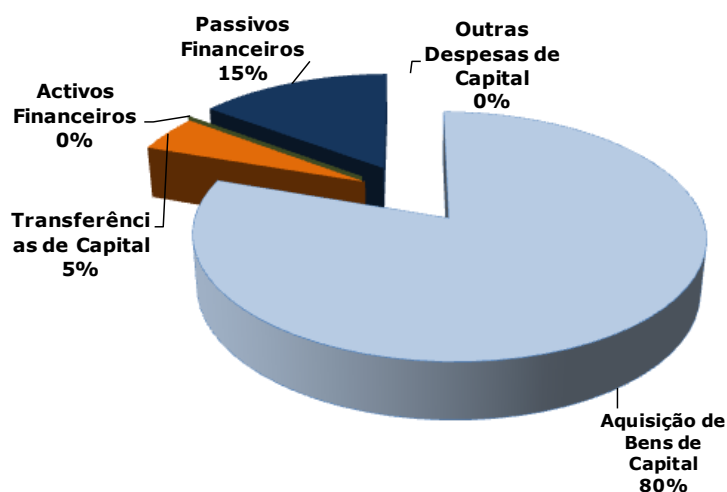
3.2.4. Análise da Despesas de Capital

As despesas de capital pagas totalizam 8.368.366,76€, registando-se um desvio positivo, em termos absolutos, de €1.267.161,30 em relação ao ano anterior, traduzindo um aumento de 17,84%.

A repartição das despesas de capital efetuada pelo município, no ano 2012, encontra-se descrita no gráfico apresentado de seguida:



Gráficos nº 41



A Despesa de Capital apresenta no período em análise, por rubrica da despesa, a seguinte evolução

Quadro nº 48 - Evolução das Despesas de Capital

(unidade monetária : Euros)

Descrição	2009	2010	2011	2012				Tx Exec	Crescimento	
				Dotação	Cabiment.	Comprom.	Execução		Valor	%
Aquisição de Bens de Capital	7.329.723,33	6.843.978,26	4.755.463,49	10.636.450,82	7.822.032,98	7.648.263,78	6.713.812,04	63,12%	1.958.348,55	41,18%
Transferências de Capital	674.558,81	915.624,29	865.706,77	1.075.110,05	755.620,36	499.362,35	418.409,91	38,92%	-447.296,86	-51,67%
Activos Financeiros	772.362,50	154.472,50	0,00	129.480,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	n.a.
Passivos Financeiros	1.114.459,39	1.488.241,07	1.480.035,20	1.301.604,00	1.295.169,23	1.295.169,23	1.236.144,81	94,97%	-243.890,39	-16,48%
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	2.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	n.a.
TOTAL	9.891.104,03	9.402.316,12	7.101.205,46	13.145.144,87	9.872.822,57	9.442.795,36	8.368.366,76	63,66%	1.267.161,30	17,84%

► Investimento Global

O investimento global do município é caracterizado nas suas diferentes vertentes pelo Investimento Direto, Transferências de Capital (Investimento Indireto), Ativos Financeiros e Passivos Financeiros.

Nas despesas de investimento incluem-se os projetos previstos no Plano Plurianual de Investimentos, refletindo investimentos diretos do Município, e as transferências para investimentos de outras administrações (freguesias, IPSS e outras associações)

No próximo quadro podemos observar a desagregação do investimento global e a sua evolução no último quadriénio, assim como o peso de cada uma das rubricas no total da despesa.

Quadro nº 49 - Evolução Investimento Global- Pago

(unidade monetária : Euros)

Componente	2009	Tx Cresc	2010	%Desp Total	Tx Cresc	2011	Tx Cresc	2012	%Desp Total	Tx Cresc
Transferências de Capital	674.558,81	33,12%	915.624,29	4,12%	35,74%	865.706,77	-5,45%	418.409,91	2,38%	-51,67%
Activos Financeiros	772.362,50	n.a.	154.472,50	0,70%	-80,00%	0,00	-100,00%	0,00	0,00%	N.A.
TOTAL	8.776.644,64	-0,69%	7.914.075,05	35,64%	-9,83%	5.621.170,26	-28,97%	7.132.221,95	40,58%	26,88%

Quadro nº 50 - Evolução Investimento Global- Realizado/Faturado

(unidade monetária : Euros)

Componente	2009	Tx Cresc	2010	%Desp Total	Tx Cresc	2011	Tx Cresc	2012	%Desp Total	Tx Cresc
Transferências de Capital	674.558,81	33,12%	1.363.571,31	5,61%	102,14%	930.491,43	-31,76%	438.755,44	2,38%	-52,85%
Activos Financeiros	772.362,50	n.a.	154.472,50	0,64%	-80,00%	0,00	-100,00%	0,00	0,00%	N.A.
TOTAL	8.776.644,64	25,34%	9.452.326,74	38,92%	7,70%	7.859.656,62	-16,85%	7.454.676,47	40,47%	-5,15%

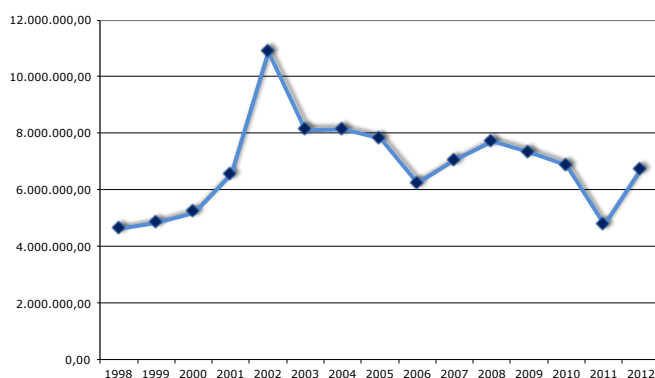
As despesas de investimento, na vertente de pagamentos, totalizaram, no ano 2012, um valor de 7.132.221,95€, apresentando uma variação de +26,88% (1.511.051,69€), relativamente ao período homólogo anterior. O índice de realização deste tipo de despesas está normalmente correlacionado com a angariação de participações financeiras externas. Para a estrutura global da despesa, as despesas de investimento representam 41%.

Numa perspetiva de despesa realizada/faturada as despesas de investimento totalizaram, no ano 2012, 7.454.676,47€, transitando para o ano 2013, faturas no valor de 322.454,52€. Relativamente ao exercício económico anterior assistiu-se a uma diminuição de 5,15% nas despesas de investimento faturadas. De referir que do ano 2011, transitaram faturas de despesas de investimento no valor de €2.238.486,36.

INVESTIMENTO DIRETO

Com o objetivo de aumentar o capital fixo, quer por meio de aquisição a terceiros, quer por produção própria, é realizado investimento direto que engloba a aquisição ou produção de bens duráveis e de melhorias ou modificações que visam aumentar o período de duração desses bens ou a sua produtividade.

Gráfico nº 42 – Evolução das Despesas com Investimento Direto



Este tipo de investimento totalizou, em 2011, valores em termos de pagamento de €6.713.812,04, traduzindo-se num decréscimo de 41,18% e apresentando uma taxa de execução de 63,12%.

No entanto, as despesas de Investimento Direto continuam a ocupar um lugar de destaque no cômputo geral dos gastos realizados, representando 80,23% das Despesas de Capital e 39,19% das Despesas Totais.

Quanto à taxa de realização de pagamentos nas rubricas de investimento direto, a mesma evidencia um esforço de pagamento ao absorver no ano 2012, uma percentagem de 95,7% do total faturado na autarquia.

Quadro nº 51 – Estrutura do Investimento Direto

Designação	2011		2012				Taxa de Execução			Taxa de	Taxa de
	Despesa Realizada	Pago	Dotações Finais	Fact transitada	Facturação Nova	Pago	[[d)+(e)]]/(c)	(f)/[(d)+(e)]	(f)/(-c)	Variação Pago	Variação Faturado
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)					
TERRENOS	514.289,34	489.377,74	875.500,00	24.911,60	139.643,29	164.554,89	18,80%	100,00%	18,80%	-66,37%	-68,00%
HABITAÇÕES	34.870,77	33.960,57	106.250,00	910,20	44.350,36	44.633,26	42,60%	98,61%	42,01%	31,43%	29,80%
EDIFÍCIOS	3.220.589,12	2.020.511,01	4.780.390,58	1.200.078,11	2.979.185,29	4.130.461,16	87,43%	98,83%	86,40%	104,43%	29,77%
CONSTRUÇÕES DIVERSAS	608.161,50	580.863,45	453.800,00	27.298,05	41.357,82	68.188,47	15,13%	99,32%	15,03%	-88,26%	-88,71%
MATERIAL DE TRANSPORTE	3.657,20	3.657,20	49.500,00	0,00	39.900,01	39.900,01	80,61%	100,00%	80,61%	991,00%	991,00%
EQUIPAMENTO INFORMÁTICO	113.377,74	97.193,29	162.660,00	16.184,45	84.915,86	93.933,44	62,15%	92,91%	57,75%	-3,35%	-10,83%
SOFTWARE INFORMÁTICO	5.979,25	2.688,00	77.200,00	3.291,25	59.129,03	57.307,78	80,86%	91,81%	74,23%	2031,99%	943,95%
EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	70.782,38	70.782,38	56.300,00	0,00	8.280,36	6.762,42	14,71%	81,67%	12,01%	-90,45%	-88,30%
EQUIPAMENTO BÁSICO	215.657,07	125.097,23	355.476,00	90.559,84	173.172,01	225.550,80	74,19%	85,52%	63,45%	80,30%	22,29%
FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	2.028,31	1.413,31	12.000,00	615,00	226,32	841,32	7,01%	100,00%	7,01%	-40,47%	-58,52%
ARTIGOS E OBJECTOS DE VALOR	4.859,90	4.859,90	5.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	#DIV/0!	0,00%	-100,00%	-100,00%
IMOBILIZADO INCORPÓREO	0,00	0,00	22.900,00	0,00	5.770,04	1.771,20	25,20%	30,70%	7,73%	#DIV/0!	#DIV/0!
OUTROS INVESTIMENTOS	175.346,22	173.456,98	160.614,00	1.889,24	98.443,48	99.779,22	62,47%	99,45%	62,12%	-42,48%	-42,78%
LOCAÇÃO FINANCEIRA	46.485,66	46.485,66	56.160,00	0,00	52.628,05	52.628,05	93,71%	100,00%	93,71%	13,21%	13,21%
BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	1.913.080,73	1.105.116,77	3.462.200,24	807.963,96	1.115.217,41	1.727.500,02	55,55%	89,83%	49,90%	56,32%	0,53%
TOTAL.....	6.929.165,19	4.755.463,49	10.636.450,82	2.173.701,70	4.842.219,33	6.713.812,04	65,96%	95,69%	63,12%	41,18%	1,25%



► **Transferências de Capital**

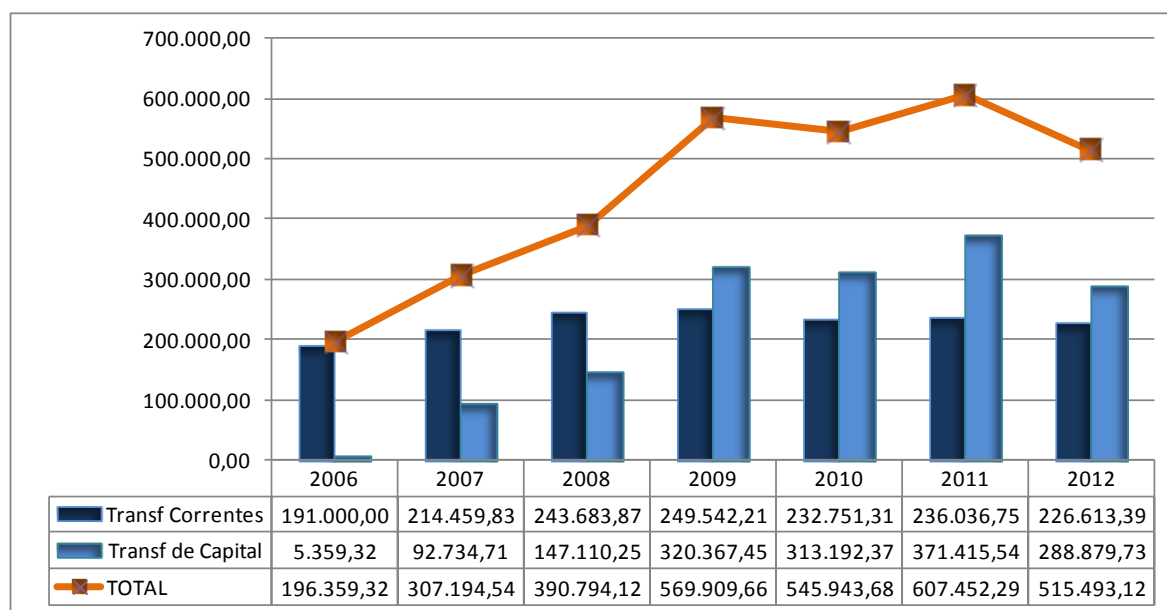
A atribuição de verbas, pertencentes ao rendimento de capital do município, a outras entidades, sem qualquer contrapartida, totalizou 418.409,91€, traduzindo um decréscimo de 51,67% (447.296,86€), em relação ao verificado no anterior exercício económico.

Quadro nº 52 – Transferências de Capital (Despesa) (unidade monetária : Euros)

Designação	2009	2010	2011	2012		
				%	Valor	Crescimento %
Administrações públicas	390.526,81	630.962,70	687.439,54	69,04%	-398.559,81	-57,98%
Fundos e serviços autónomos	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	n.a.
Administração autárquica	390.526,81	630.962,70	687.439,54	69,04%	-398.559,81	-57,98%
Administrações privadas	284.032,00	284.661,59	178.267,23	30,96%	-48.737,05	-27,34%
Instituições particulares	200.000,00	222.095,15	140.689,26	24,29%	-39.059,08	-27,76%
Famílias	84.032,00	62.566,44	37.577,97	6,67%	-9.677,97	-25,75%
TOTAL.....	674.558,81	915.624,29	865.706,77	100,00%	-447.296,86	-51,67%

O valor registado na rubrica Transferências de Capital – Administração Autárquica encontra-se subdividido em *Freguesias* cujas transferências ascenderam a 288.879,73€.

Gráfico nº43 – Transferências para as Freguesias (Despesa) (unidade monetária : Euros)



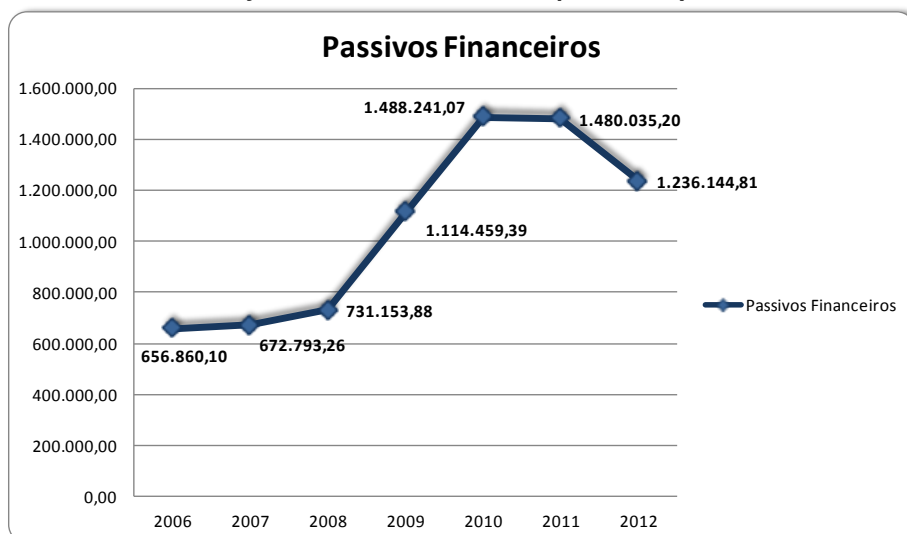
Na sub-rubrica "Famílias", registaram-se as participações financeiras atribuídas pelo município a familiares no âmbito do Programa Casa Melhor, que tem por objetivo melhorar as condições de habitação das famílias mais carenciadas.

► **Passivos Financeiros**

Durante o ano económico de 2012, os encargos suportados com o reembolso de capital de empréstimos de médio e longo prazo contraídos pela autarquia junto de Instituições de Crédito totalizou €1.236.144,81.



Gráfico nº 44 – Evolução dos Passivos Financeiros (2006-2012)



Estas despesas têm aumentado ao longo dos anos em virtude do se ter esgotado o prazo de carência de alguns empréstimos, iniciando-se a amortização dos mesmos. No entanto no ano 2012, assistiu-se a uma queda destas despesas por força do término de alguns empréstimos de médio e longo prazo.

3.2.5. Análise da Despesa na Ótica das Grandes Opções do Plano

A Grandes Opções do Plano traduz-se num instrumento político, corporizando uma sistematização de objetivos e de programas coordenados de ação para os concretizar.

Nas Grandes Opções do Plano encontram-se definidas as linhas de desenvolvimento estratégico da autarquia local, e incluem, designadamente, o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e o Plano de Atividades Municipais (PAM).

O **Plano Plurianual de Investimentos**, de horizonte móvel de quatro anos, inclui todos os projetos e ações, que implicam despesas de investimento, a realizar no âmbito dos objetivos da autarquia local e explicita a respetiva previsão de despesa.

A execução anual do Plano Plurianual de Investimentos, encontra-se expressa no Documento de Prestação de Contas - "**Execução do Plano Plurianual de Investimentos**", apresentando a execução deste documento previsional no ano de 2012, destacando o nível de execução financeira anual e global.

O nível de execução financeira (em termos de pagamentos efetuados) do PPI, no exercício económico de 2012, é de 60,39%.

O **Plano de Atividades Municipais**, inclui projetos e ações de índole corrente a realizar durante um dado ano.

A execução do PAM, encontra-se expressa no Documento de Prestação de Contas - "**Execução do Plano de Atividades Municipais**", apresentando em 2012 uma execução de 74,84%.

Resumidamente, a execução das Grandes Opções do Plano de 2012, em termos da classificação funcional, é apresentado nos quadros nº 53 e 54.

Quadro nº 53 – Execução das GOP's

(unidade monetária : Euros)

GOP 2012

Código	Classificação Funcional	Montante Previsto			Montante Executado		Exec. Financeira Anual (%)	Exec. Financeira Global (%)	
		Ano	Anos Seguintes	Total	Anos Anteriores	Ano			Total
1	FUNÇÕES GERAIS	1.247.141,99	3.321.135,00	4.568.276,99	1.716.303,44	824.849,69	2.541.153,13	66,14%	40,43%
1.1.0	Serviços Gerais de Administração Pública	1.162.098,55	3.041.135,00	4.203.233,55	1.686.355,15	756.816,78	2.443.171,93	65,13%	41,48%
1.1.1.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.162.098,55	3.041.135,00	4.203.233,55	1.686.355,15	756.816,78	2.443.171,93	65,13%	41,48%
1.2.0	Segurança e Ordem Públicas	85.043,44	280.000,00	365.043,44	29.948,29	68.032,91	97.981,20	80,00%	26,84%
1.2.1.	PROTECÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS	85.043,44	280.000,00	365.043,44	29.948,29	68.032,91	97.981,20	80,00%	26,84%
2	FUNÇÕES SOCIAIS	9.421.431,18	23.466.186,00	32.887.617,18	11.648.391,66	6.886.172,87	18.534.564,53	73,09%	41,62%
2.1.0	Educação	4.102.020,44	7.888.950,00	11.990.970,44	1.398.905,25	3.602.329,88	5.001.235,13	87,82%	37,35%
2.1.1	ENSINO NÃO SUPERIOR	3.344.522,26	5.662.950,00	9.007.472,26	1.398.905,25	2.993.717,46	4.392.622,71	89,51%	42,21%
2.1.2	SERVIÇOS AUXILIARES DE ENSINO	757.498,18	2.226.000,00	2.983.498,18	0,00	608.612,42	608.612,42	80,35%	20,40%
2.3.0	Segurança e Acção Sociais	154.630,00	0,00	154.630,00	0,00	131.518,89	131.518,89	85,05%	85,05%
2.3.2.	ACÇÃO SOCIAL	154.630,00	0,00	154.630,00	0,00	131.518,89	131.518,89	85,05%	85,05%
2.4.0	Habituação e Serviços Colectivos	3.505.194,56	12.844.086,00	16.349.280,56	5.131.958,88	2.145.098,51	7.277.057,39	61,20%	33,88%
2.4.1.	HABITAÇÃO	162.250,00	3.627.500,00	3.789.750,00	703.892,30	41.870,50	745.762,80	25,81%	16,60%
2.4.2	ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	1.488.748,56	2.570.136,00	4.058.884,56	1.797.014,24	1.031.432,70	2.828.446,94	69,28%	48,30%
2.4.3	SANEAMENTO	119.500,00	298.750,00	418.250,00	0,00	119.461,26	119.461,26	99,97%	28,56%
2.4.4.	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	128.625,00	0,00	128.625,00	771.750,00	0,00	771.750,00	0,00%	85,71%
2.4.5	RESÍDUOS SÓLIDOS	853.276,00	3.231.250,00	4.084.526,00	429.486,85	622.282,42	1.051.769,27	72,93%	23,30%
2.4.6	PROTECÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA	752.795,00	3.116.450,00	3.869.245,00	1.429.815,49	330.051,63	1.759.867,12	43,84%	33,21%
2.5.0	Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	1.659.586,18	2.733.150,00	4.392.736,18	5.117.527,53	1.007.225,59	6.124.753,12	60,69%	64,40%
2.5.1	CULTURA	739.593,88	1.088.650,00	1.828.243,88	935.381,21	536.720,00	1.472.101,21	72,57%	53,27%
2.5.2	DESPORTO , RECREIO E LAZER	919.992,30	1.644.500,00	2.564.492,30	4.182.146,32	470.505,59	4.652.651,91	51,14%	68,96%
3	FUNÇÕES ECONÓMICAS	4.766.623,46	27.638.500,00	32.405.123,46	7.339.992,70	2.159.188,75	9.499.181,45	45,30%	23,90%
3.1.0	Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	4.025,90	62.250,00	66.275,90	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
3.1.2	DEFESA DA FLORESTA	4.025,90	62.250,00	66.275,90	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
3.2.0	Indústria e Energia	2.454.482,57	13.454.000,00	15.908.482,57	4.297.780,22	1.619.459,30	5.917.239,52	65,98%	29,28%
3.2.1	INDÚSTRIA	2.419.682,57	13.304.000,00	15.723.682,57	3.241.242,08	1.594.754,16	4.835.996,24	65,91%	25,50%
3.2.2	ENERGIA	34.800,00	150.000,00	184.800,00	1.056.538,14	24.705,14	1.081.243,28	70,99%	87,10%
3.3.0	Transportes e Comunicações	2.276.114,99	13.912.250,00	16.188.364,99	3.009.502,48	539.729,45	3.549.231,93	23,71%	18,49%
3.3.1	TRANSPORTES RODOVIÁRIOS	2.276.114,99	13.912.250,00	16.188.364,99	3.009.502,48	539.729,45	3.549.231,93	23,71%	18,49%
3.4.0	Comércio e Turismo	32.000,00	210.000,00	242.000,00	32.710,00	0,00	32.710,00	0,00%	11,91%
3.4.1	MERCADOS E FEIRAS	32.000,00	210.000,00	242.000,00	32.710,00	0,00	32.710,00	0,00%	11,91%
0	TOTAL	15.435.196,63	54.425.821,00	69.861.017,63	20.704.687,80	9.870.211,31	30.574.899,11	63,95%	33,76%

Quadro nº 54– Execução do PPI

(unidade monetária : Euros)

PPI 2012

Código	Código	Classificação Funcional	Montante Previsto			Montante Executado		Exec. Financeira Anual (%)		
			Ano	Anos Seguintes	Total	Anos Anteriores	Ano			Total
1	1	FUNÇÕES GERAIS	604.820,00	1.406.635,00	2.011.455,00	1.716.303,44	367.178,67	2.083.482,11	60,71%	55,89%
1.1.	1.1.0	Serviços Gerais de Administração Pública	593.820,00	1.381.635,00	1.975.455,00	1.686.355,15	364.288,17	2.050.643,32	61,35%	56,00%
1.1.1.	1.1.1.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	593.820,00	1.381.635,00	1.975.455,00	1.686.355,15	364.288,17	2.050.643,32	61,35%	56,00%
1.2.	1.2.0	Segurança e Ordem Públicas	11.000,00	25.000,00	36.000,00	29.948,29	2.890,50	32.838,79	26,28%	49,79%
1.2.1.	1.2.1.	PROTECÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS	11.000,00	25.000,00	36.000,00	29.948,29	2.890,50	32.838,79	26,28%	49,79%
2	2	FUNÇÕES SOCIAIS	6.365.231,06	16.533.900,00	22.899.131,06	11.648.391,66	4.532.717,20	16.181.108,86	71,21%	46,84%
2.1.	2.1.0	Educação	3.050.999,76	4.824.400,00	7.875.399,76	1.398.905,25	2.725.231,80	4.124.137,05	89,32%	44,47%
2.1.1.	2.1.1	ENSINO NÃO SUPERIOR	3.050.999,76	4.824.400,00	7.875.399,76	1.398.905,25	2.725.231,80	4.124.137,05	0,89	44,47%
2.4.	2.4.0	Habituação e Serviços Colectivos	2.268.246,00	9.752.500,00	12.020.746,00	5.131.958,88	1.274.354,00	6.406.312,88	56,18%	37,35%
2.4.1.	2.4.1.	HABITAÇÃO	162.250,00	3.627.500,00	3.789.750,00	703.892,30	41.870,50	745.762,80	25,81%	16,60%
2.4.2.	2.4.2	ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	1.305.300,00	2.563.500,00	3.868.800,00	1.797.014,24	926.163,80	2.723.178,04	70,95%	48,06%
2.4.4.	2.4.4.	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	128.625,00	0,00	128.625,00	771.750,00	0,00	771.750,00	0,00%	85,71%
2.4.5.	2.4.5	RESÍDUOS SÓLIDOS	62.426,00	1.016.500,00	1.078.926,00	429.486,85	44.113,95	473.600,80	70,67%	31,40%
2.4.6.	2.4.6	PROTECÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA	609.645,00	2.545.000,00	3.154.645,00	1.429.815,49	262.205,75	1.692.021,24	43,01%	36,91%
2.5.	2.5.0	Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	1.045.985,30	1.957.000,00	3.002.985,30	5.117.527,53	533.131,40	5.650.658,93	50,97%	69,59%
2.5.1.	2.5.1	CULTURA	321.300,00	935.000,00	1.256.300,00	935.381,21	194.951,73	1.130.332,94	60,68%	51,57%
2.5.2.	2.5.2	DESPORTO , RECREIO E LAZER	724.685,30	1.022.000,00	1.746.685,30	4.182.146,32	338.179,67	4.520.325,99	46,67%	76,24%
3	3	FUNÇÕES ECONÓMICAS	4.670.989,81	27.414.250,00	32.085.239,81	7.339.992,70	2.130.695,90	9.470.688,60	45,62%	24,02%
3.2.	3.2.0	Indústria e Energia	2.362.874,82	13.292.000,00	15.654.874,82	4.297.780,22	1.590.966,45	5.888.746,67	67,33%	29,51%
3.2.1.	3.2.1	INDÚSTRIA	2.332.874,82	13.142.000,00	15.474.874,82	3.241.242,08	1.566.261,31	4.807.503,39	67,14%	25,69%
3.2.2.	3.2.2	ENERGIA	30.000,00	150.000,00	180.000,00	1.056.538,14	24.705,14	1.081.243,28	82,35%	87,44%
3.3.	3.3.0	Transportes e Comunicações	2.276.114,99	13.912.250,00	16.188.364,99	3.009.502,48	539.729,45	3.549.231,93	23,71%	18,49%
3.3.1.	3.3.1	TRANSPORTES RODOVIÁRIOS	2.276.114,99	13.912.250,00	16.188.364,99	3.009.502,48	539.729,45	3.549.231,93	23,71%	18,49%
3.4.	3.4.0	Comércio e Turismo	32.000,00	210.000,00	242.000,00	32.710,00	0,00	32.710,00	0,00%	11,91%
3.4.1.	3.4.1	MERCADOS E FEIRAS	32.000,00	210.000,00	242.000,00	32.710,00	0,00	32.710,00	0,00%	11,91%
0	TOTAL	11.641.040,87	45.354.785,00	56.995.825,87	20.704.687,80	7.030.591,77	27.735.279,57	60,39%	35,70%	

Quadro nº 55 – Execução do PAM

(unidade monetária : Euros)



PAM 2012

Código	Classificação Funcional	Montante Previsto			Montante Executado		Exec. Financeira Anual (%)	Exec. Financeira Global (%)	
		Ano	Anos Seguintes	Total	Anos Anteriores	Ano			Total
1	FUNÇÕES GERAIS	642.321,99	1.914.500,00	2.556.821,99	0,00	457.671,02	457.671,02	71,25%	17,90%
1.1.	Serviços Gerais de Administração Pública	568.278,55	1.659.500,00	2.227.778,55	0,00	392.528,61	392.528,61	69,07%	17,62%
1.1.1.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	568.278,55	1.659.500,00	2.227.778,55	0,00	392.528,61	392.528,61	69,07%	17,62%
1.2.	Segurança e Ordem Públicas	74.043,44	255.000,00	329.043,44	0,00	65.142,41	65.142,41	87,98%	19,80%
1.2.1.	PROTECÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS	74.043,44	255.000,00	329.043,44	0,00	65.142,41	65.142,41	87,98%	19,80%
2	FUNÇÕES SOCIAIS	3.056.200,12	6.932.286,00	9.988.486,12	0,00	2.353.455,67	2.353.455,67	77,01%	23,56%
2.1.	Educação	1.051.020,68	3.064.550,00	4.115.570,68	0,00	877.098,08	877.098,08	83,45%	21,31%
2.1.1.	ENSINO NÃO SUPERIOR	293.522,50	838.550,00	1.132.072,50	0,00	268.485,66	268.485,66	91,47%	23,72%
2.1.2.	SERVIÇOS AUXILIARES DE ENSINO	757.498,18	2.226.000,00	2.983.498,18	0,00	608.612,42	608.612,42	80,35%	20,40%
2.3.	Segurança e Acção Sociais	154.630,00	0,00	154.630,00	0,00	131.518,89	131.518,89	85,05%	85,05%
2.3.2.	ACÇÃO SOCIAL	154.630,00	0,00	154.630,00	0,00	131.518,89	131.518,89	85,05%	85,05%
2.4.	Habituação e Serviços Colectivos	1.236.948,56	3.091.586,00	4.328.534,56	0,00	870.744,51	870.744,51	70,39%	20,12%
2.4.2.	ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	183.448,56	6.636,00	190.084,56	0,00	105.268,90	105.268,90	57,38%	55,38%
2.4.3.	SANEAMENTO	119.500,00	298.750,00	418.250,00	0,00	119.461,26	119.461,26	99,97%	28,56%
2.4.5.	RESÍDUOS SÓLIDOS	790.850,00	2.214.750,00	3.005.600,00	0,00	578.168,47	578.168,47	73,11%	19,24%
2.4.6.	PROTECÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA	143.150,00	571.450,00	714.600,00	0,00	67.845,88	67.845,88	47,39%	9,49%
2.5.	Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	613.600,88	776.150,00	1.389.750,88	0,00	474.094,19	474.094,19	77,26%	34,11%
2.5.1.	CULTURA	418.293,88	153.650,00	571.943,88	0,00	341.768,27	341.768,27	81,71%	59,76%
2.5.2.	DESPORTO , RECREIO E LAZER	195.307,00	622.500,00	817.807,00	0,00	132.325,92	132.325,92	67,75%	16,18%
3	FUNÇÕES ECONÓMICAS	95.633,65	224.250,00	319.883,65	0,00	28.492,85	28.492,85	29,79%	8,91%
3.1.	Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	4.025,90	62.250,00	66.275,90	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
3.1.2.	DEFESA DA FLORESTA	4.025,90	62.250,00	66.275,90	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
3.2.	Indústria e Energia	91.607,75	162.000,00	253.607,75	0,00	28.492,85	28.492,85	31,10%	11,24%
3.2.1.	INDUSTRIA	86.807,75	162.000,00	248.807,75	0,00	28.492,85	28.492,85	32,82%	11,45%
3.2.2.	ENERGIA	4.800,00	0,00	4.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
TOTAL		3.794.155,76	9.071.036,00	12.865.191,76	0,00	2.839.619,54	2.839.619,54	74,84%	22,07%

Quadro nº56 – Evolução das GOP's

(unidade monetária : Euros)

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL	2012		2011		Tx Cresc
	Valor	%	Valor	%	
Grandes Opções do Plano					
ADMINISTRAÇÃO GERAL	756.816,78	7,7%	632.717,05	7,1%	19,6%
PROTECÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS	68.032,91	0,7%	62.419,06	0,7%	9,0%
EDUCAÇÃO	3.602.329,88	36,5%	1.845.187,12	20,8%	95,2%
SERVIÇOS INDIVIDUAIS DE SAÚDE	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,0%
ACÇÃO SOCIAL	131.518,89	1,3%	130.979,13	1,5%	0,4%
HABITAÇÃO	41.870,50	0,4%	53.845,06	0,6%	-22,2%
ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	1.031.432,70	10,4%	627.441,23	7,1%	64,4%
SANEAMENTO	119.461,26	1,2%	584.186,83	6,6%	-79,6%
ABASTECIMENTO DE ÁGUA	0,00	0,0%	714,45	0,0%	-100,0%
RESÍDUOS SÓLIDOS	622.282,42	6,3%	775.904,73	8,8%	-19,8%
PROT DO MEIO AMB E CONS NATUREZA	330.051,63	3,3%	644.068,04	7,3%	-48,8%
CULTURA	536.720,00	5,4%	932.303,79	10,5%	-42,4%
DESPORTO , RECREIO E LAZER	470.505,59	4,8%	501.943,33	5,7%	-6,3%
AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILVICULTURA, CAÇA E F	0,00	0,0%	1.328,40	0,0%	-100,0%
INDUSTRIA	1.594.754,16	16,2%	1.336.109,64	15,1%	19,4%
ENERGIA	24.705,14	0,3%	9.804,22	0,1%	152,0%
TRANSPORTES RODOVIÁRIOS	539.729,45	5,5%	722.960,26	8,2%	-25,3%
MERCADOS E FEIRAS	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,0%
TOTAL	9.870.211,31	100,0%	8.861.912,34	100,0%	11,4%

Quadro nº 57 – Estrutura das GOP's

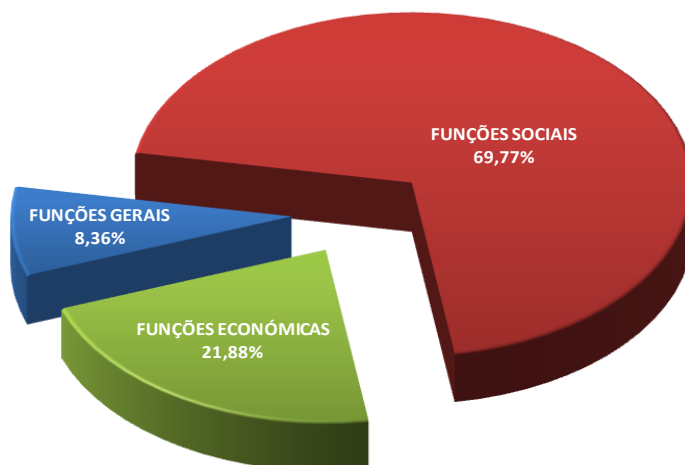
(unidade monetária : Euros)



GOP 2012							
Código	Classificação Funcional	PPI		PAM		Total	
		Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	Peso %
1	FUNÇÕES GERAIS	367.178,67	5,22%	457.671,02	16,12%	824.849,69	8,36%
1.1.	Serviços Gerais de Administração Pública	364.288,17	5,18%	392.528,61	13,82%	756.816,78	7,67%
1.1.1.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	364.288,17	5,18%	392.528,61	13,82%	756.816,78	7,67%
1.2.	Segurança e Ordem Públicas	2.890,50	0,04%	65.142,41	2,29%	68.032,91	0,69%
1.2.1.	PROTECÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS	2.890,50	0,04%	65.142,41	2,29%	68.032,91	0,69%
2	FUNÇÕES SOCIAIS	4.532.717,20	64,47%	2.353.455,67	82,88%	6.886.172,87	69,77%
2.1.	Educação	2.725.231,80	38,76%	877.098,08	30,89%	3.602.329,88	36,50%
2.1.1.	ENSINO NÃO SUPERIOR	2.725.231,80	38,76%	268.485,66	9,45%	2.993.717,46	30,33%
2.1.2.	SERVIÇOS AUXILIARES DE ENSINO	0,00	0,00%	608.612,42	21,43%	608.612,42	6,17%
2.3.	Segurança e Acção Sociais	0,00	0,00%	131.518,89	4,63%	131.518,89	1,33%
2.3.2.	ACÇÃO SOCIAL	0,00	0,00%	131.518,89	4,63%	131.518,89	1,33%
2.4.	Habituação e Serviços Colectivos	1.274.354,00	18,13%	870.744,51	30,66%	2.145.098,51	21,73%
2.4.1.	HABITUAÇÃO	41.870,50	0,60%	0,00	0,00%	41.870,50	0,42%
2.4.2.	ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	926.163,80	13,17%	105.268,90	3,71%	1.031.432,70	10,45%
2.4.3.	SANEAMENTO	0,00	0,00%	119.461,26	4,21%	119.461,26	1,21%
2.4.4.	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
2.4.5.	RESÍDUOS SÓLIDOS	44.113,95	0,63%	578.168,47	20,36%	622.282,42	6,30%
2.4.6.	PROTECÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA	262.205,75	3,73%	67.845,88	2,39%	330.051,63	3,34%
2.5.	Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	533.131,40	7,58%	474.094,19	16,70%	1.007.225,59	10,20%
2.5.1.	CULTURA	194.951,73	2,77%	341.768,27	12,04%	536.720,00	5,44%
2.5.2.	DESPORTO , RECREIO E LAZER	338.179,67	4,81%	132.325,92	4,66%	470.505,59	4,77%
3	FUNÇÕES ECONÓMICAS	2.130.695,90	30,31%	28.492,85	1,00%	2.159.188,75	21,88%
3.1.	Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
3.1.2.	DEFESA DA FLORESTA	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
3.2.	Indústria e Energia	1.590.966,45	22,63%	28.492,85	1,00%	1.619.459,30	16,41%
3.2.1.	INDÚSTRIA	1.566.261,31	22,28%	28.492,85	1,00%	1.594.754,16	16,16%
3.2.2.	ENERGIA	24.705,14	0,35%	0,00	0,00%	24.705,14	0,25%
3.3.	Transportes e Comunicações	539.729,45	7,68%	0,00	0,00%	539.729,45	5,47%
3.3.1.	TRANSPORTES RODOVIÁRIOS	539.729,45	7,68%	0,00	0,00%	539.729,45	5,47%
3.4.	Comércio e Turismo	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
3.4.1.	MERCADOS E FEIRAS	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
TOTAL		7.030.591,77	100,00%	2.839.619,54	100,00%	9.870.211,31	100,00%



Gráfico nº 45 – GOP – Repartição por funções (%)



Dos programas que absorveram maiores recursos, aproveitamos para destacar:

• Educação	3.602.329,88 €
• Industria	1.594.754,16 €
• Ordenamento do Território	1.031.432,70€
• Administração Geral	756.816,78 €
• Resíduos Sólidos	622.282,42 €
• Transportes Rodoviários	539.729,45 €
• Cultura	536.720,00 €
• Desporto, Recreio e Lazer	470.505,59 €
• Proteção do Meio-Ambiente e Conservação da Natureza	330.051,63 €
• Acção Social	131.518,89 €
• Saneamento	119.461,26 €





Será ainda importante salientar os projetos (PPI e PAM) onde se verificou uma maior imputação das verbas despendidas pelo Município:

• Construção da Escola EBI com Jardim de Infância a Sul do Concelho	1.583.092,05 €
• Construção da Escola EBI com Jardim de Infância Padre Donaciano A. Freire	1.138.636,92 €
• Construção da Área Social do Eco-Parque Empresarial de Estarreja	984.650,29 €
• Regeneração Urbana – Cidade do Antuã	692.991,29 €
• Recolha, desinfeção e tratamento de R.S.U.	578.840,95 €
• Variante Sul ao Eco-Parque	412.787,76 €
• Aquisição de Serviços de Transporte de Alunos	286.574,61 €
• Refeições Escolares - Aquisição de Serviços	277.021,37 €
• Programas de Atividades de Enriquecimento Curricular	246.671,25 €
• Multiusos – Piscina Maria de Lurdes Breu	193.636,88 €
• Cicloria	191.168,80 €
• Casa Museu Egas Moniz / Quinta do Marinheiro	157.771,57 €
• Aquisição de Terrenos para o Eco-Parque Empresarial de Estarreja	148.825,29 €
• Tratamento de Águas Residuais - SIMRIA	119.461,26 €
• Rua Dr. Tavares da Silva	105.140,65 €

4. ANÁLISE DA DÍVIDA DO MUNICÍPIO

4.1. ENQUADRAMENTO

De modo a atingir os objetivos comunitários contidos no pacto de estabilidade e crescimento, foi publicada a Lei nº2/2002 de 28 de Agosto, Lei da Estabilidade Orçamental. A aprovação por lei orgânica, deu-lhe carácter reforçado. Esta lei veio definir os princípios e os procedimentos específicos a que devem obedecer a aprovação e execução de todo o Sector Público Administrativo (SPA) em matéria de estabilidade orçamental.

Através dos artigos 3º e 4º da Lei orgânica, foram alteradas respetivamente a Lei das Finanças das regiões autónomas e das autarquias locais no sentido de garantir a prevalência das disposições constantes da Lei da Estabilidade, designadamente dos princípios de estabilidade orçamental, solidariedade recíproca e da transparência orçamental.

Pelo princípio da solidariedade recíproca todos os subsectores do SPA, ficaram obrigados, através dos seus organismos, a contribuir proporcionalmente para a estabilidade orçamental, fixando esta lei limites específicos de endividamento das autarquias locais, compatíveis com o saldo orçamental calculado para o conjunto do SPA.

A política de contenção orçamental, a que a situação das Finanças Públicas do país obriga, levou à adoção de políticas de grande rigor na gestão e controlo da despesa do sector público administrativo, designadamente na administração local, consagrando desde logo, medidas tendentes ao controlo do endividamento municipal através de uma reformulação das regras de cálculo para a respetiva capacidade de endividamento que se encontram vertidas na atual Lei das Finanças Locais (LFL) – Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro.

Assim, de forma a garantir a coordenação efetiva entre os objetivos de estabilidade orçamental definidos pelo Estado e as autarquias Locais, desde então anualmente e para cada município, o governo calcula e fixa o respetivo limite de acréscimo de endividamento, tendo sido introduzido o critério de endividamento líquido (definido no SEC 95).

De acordo com o estabelecido no artigo 36º da LFL o endividamento líquido municipal é igual à diferença entre a soma dos passivos, qualquer que seja a sua forma, incluindo os empréstimos contraídos, os contratos de locação financeira e as dívidas a fornecedores, e a soma dos ativos, nomeadamente o saldo de caixa, os depósitos em instituições financeiras, as aplicações de tesouraria e os créditos sobre terceiros.

A presente lei estabelece dois tipos de limites: o limite de **endividamento líquido municipal** e o **limite geral de empréstimos dos municípios**. Para efeitos de cálculo destes limites, o conceito de endividamento líquido total inclui: o endividamento líquido e os empréstimos das associações de municípios e das entidades que integram o sector empresarial local (SEL), em caso de incumprimento das regras de equilíbrio das contas previstas no regime jurídico do SEL – Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro, proporcional à participação do município no seu capital social.

Relativamente ao limite de **endividamento líquido municipal** (LELM), o montante do endividamento líquido total (ELT) do município, em 31 de Dezembro de cada ano, encontra-se definido no artigo 37º da Lei das Finanças Locais - LFL (Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro), sendo que este não pode exceder 125% do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF, da participação no IRS, da derrama e da participação nos resultados das entidades do SEL, relativas ao ano anterior.

Já quanto ao **limite geral dos empréstimos de médio e longo prazo**, o montante da dívida do município referente a empréstimos desta natureza não pode exceder, em 31 de Dezembro de cada ano, o montante das receitas referidas no parágrafo anterior.

No entanto, nos artigos 39º e 61º da nova Lei das Finanças Locais, estão definidos os empréstimos que ficam excluídos dos limites de endividamento referidos anteriormente, nomeadamente:

empréstimos anteriormente contraídos ao abrigo de disposições legais que os excecionavam dos limites de endividamento; empréstimos destinados ao financiamento de programas de reabilitação urbana; empréstimos destinados exclusivamente ao financiamento de projetos com participação de fundos comunitários, desde que o montante máximo do crédito não exceda 75% do montante da participação pública nacional; empréstimos destinados ao financiamento de investimentos na recuperação de infra-estruturas municipais afetadas por calamidade pública; entre outros.

Refira-se ainda que, por efeito do não cumprimento dos limites específicos de endividamento definidos, prevê a Lei de Estabilidade Orçamental, que a Lei do Orçamento de Estado pode determinar a redução na proporção do incumprimento, das transferências a efetuar para as autarquias locais.

Face ao exposto, a análise desta matéria, assume grande relevância.

Num primeiro momento avalia-se a evolução global da dívida do município, seguindo-se uma apreciação mais pormenorizada de cada uma das suas componentes e, por último, comenta-se o enquadramento do município ao nível do endividamento líquido.

4.1.1. Dívida Total

O quadro que se segue retrata sinteticamente o desenvolvimento da dívida global do município durante o último quadriénio, diferenciando-a apenas no que toca à componente de custo e médio e longo prazo.

Quadro nº 58– Dívida do Município 2009-2012

(unidade monetária : Euros)

	31-Dez-2009	31-Dez-2010	31-Dez-2011	Peso	31-Dez-2012	Peso	Crescimento	
							Valor	%
01-Jan-2010								
Dívida de Médio e Longo Prazo	15.737.358,27	14.141.001,14	13.133.039,31	73,30%	12.236.220,34	81,08%	-896.818,97	-6,83%
Fornecedores Conta Corrente	2.077.909,61	2.077.909,61	2.077.909,61	11,60%	2.053.787,79	13,61%	-24.121,82	-1,16%
Fonecedores de Imobilizado	288.300,13	180.366,22	136.695,35	0,76%	99.407,25	0,66%	-37.288,10	-27,28%
Empréstimos de M/L Prazo	13.311.469,53	11.823.228,46	10.858.937,50	60,61%	10.023.378,45	66,42%	-835.559,05	-7,69%
Outros Credores	59.679,00	59.496,85	59.496,85	0,33%	59.646,85	0,40%	150,00	0,25%
Dívida de Curto Prazo	7.206.962,70	4.505.612,89	4.784.288,56	26,70%	2.855.581,92	18,92%	-1.928.706,64	-40,31%
Fornecedores Conta Corrente	1.804.567,79	1.193.801,18	656.496,35	3,66%	793.248,96	5,26%	136.752,61	20,83%
Fornecedores C/C - Fact. em Recepção e Conf.	858.154,74	417.693,79	609.797,49	3,40%	404.022,48	2,68%	-205.775,01	-33,74%
Fornecedores de Imobilizado	3.275.984,95	1.062.442,71	2.085.426,81	11,64%	274.541,23	1,82%	-1.810.885,58	-86,84%
Fornecedores de Imobilizado - Fact em Recepção e Conf.	0,00	10.205,66	61.553,33	0,34%	189.534,85	1,26%	127.981,52	207,92%
Estado e Outros Entes Públicos	131.823,45	119.602,49	98.518,43	0,55%	86.037,86	0,57%	-12.480,57	-12,67%
Outros Credores	131.125,02	657.383,31	254.058,40	1,42%	89.758,79	0,59%	-164.299,61	-64,67%
Adiantamento por Conta de Vendas	1.005.306,75	1.044.483,75	1.018.437,75	5,68%	1.018.437,75	6,75%	0,00	0,00%
TOTAL	22.944.320,97	18.646.614,03	17.917.327,87	100,00%	15.091.802,26	100,00%	-2.825.525,61	-15,77%
Variação		-4.297.706,94	-729.286,16		-2.825.525,61			
Tx Crescimento		-18,73%	-3,91%		-15,77%			

Em 31 de Dezembro de 2012 a dívida global do Município de Estarreja totaliza 15.091.802,26€, deste valor respeita a natureza de médio e longo prazo 81,80% e 18,92% de curto prazo.

De notar que este passivo apresenta um decréscimo de (-) 15,77% em relação ao ano anterior, que se traduz em termos absolutos numa redução da dívida total de 729.286,16€.

Para este decréscimo, contribuiu a significativa diminuição das dívidas de médio e longo prazo, no valor de 896.818,97€ (Δ -6,83%), tendo, no entanto, registou-se um decréscimo da dívida de curto prazo no valor de 1.928.706,64€ (Δ -40,31%).

Uma breve análise ao quadro acima apresentado, permite-nos concluir que 66,42% da dívida municipal resulta de empréstimos de médio e longo prazo, correspondendo estes a 81,9% da dívida de natureza de médio e longo prazo.



De referir ainda, que o valor expressado, em 31/12/2012, em "Fornecedores de Imobilizado - Médio e Longo Prazo" - 99.407,25€ é composto pela dívida respeitante aos contratos de locação financeira em vigor.

De salientar, que ao nível da dívida de curto prazo os Fornecedores Conta Corrente conheceram um acréscimo, no valor 136.752,61€ (+20,83) enquanto os Fornecedores de Imobilizado conheceram um importante abatimento no valor de 1.810.885,58 (Δ -86,84%).

A parcela correspondente aos Fornecedores de Imobilizado de natureza de curto prazo (274.541,23€), representa 1,82% da dívida do município e corresponde a 9,6% da dívida de curto prazo.

Quadro nº 59 – Evolução da dívida total (2007 e 2012)

(unidade monetária : Euros)

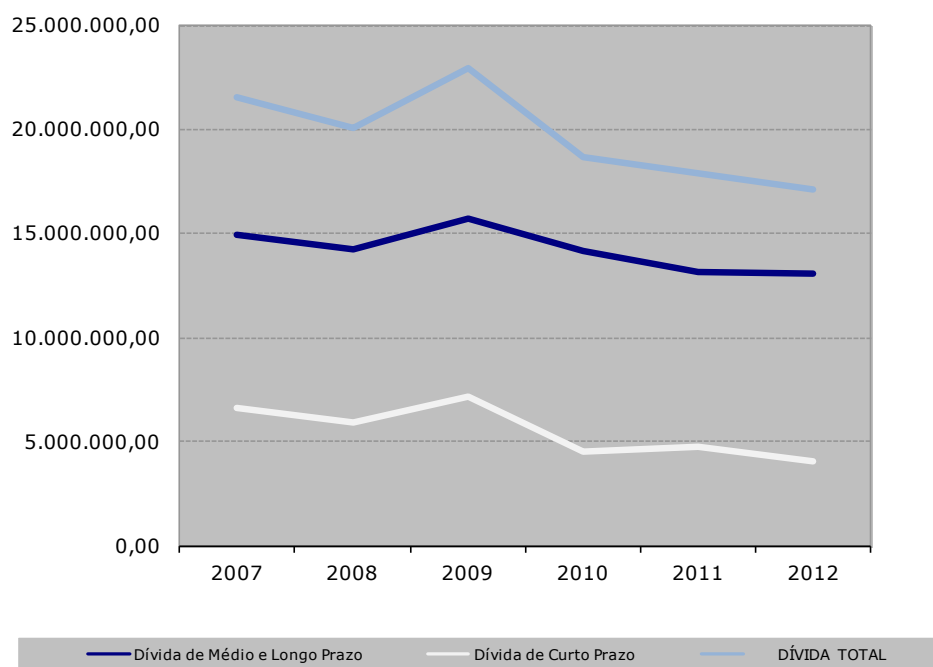
Designação	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Dívida de Médio e Longo Prazo	14.909.856,58	14.211.517,51	15.737.358,27	14.141.001,14	13.133.039,31	12.236.220,34
Dívida de Curto Prazo	6.607.533,65	5.898.264,26	7.206.962,70	4.505.612,89	4.784.288,56	2.855.581,92
DÍVIDA TOTAL	21.517.390,23	20.109.781,77	22.944.320,97	18.646.614,03	17.917.327,87	15.091.802,26
Taxa de crescimento da Dívida						
Médio e Longo Prazo	-4,21%	-4,68%	10,74%	-10,14%	-7,13%	-6,83%
Curto Prazo	-19,74%	-10,73%	22,19%	-37,48%	6,19%	-40,31%
TOTAL	-9,58%	-6,54%	14,10%	-18,73%	-3,91%	-15,77%

No período compreendido entre 2007 a 2012 o total da dívida diminuiu cerca de (-) 6.425.587,97€, o que representa em termos relativos uma redução em termos relativos de 29,8%.

No último quadriénio (2009-2012) a dívida global diminuiu 34,2%, significando em termos absolutos a uma redução de (-) 7.852.518,91€.

Para melhor dimensionar o comportamento da dívida global do município de 2007 a 2012, apresenta-se o seguinte gráfico.

Gráfico nº 46



4.1.2. Dívida de Médio e Longo Prazo

A apreciação desta matéria é centrada na evolução da dívida bancária contratualizada, diferenciando-se para o efeito os empréstimos consoante concorram ou não para os efeitos do cálculo do limite de endividamento líquido e do médio e longo prazo.

No âmbito das suas atribuições e competências, e não obstante os escassos recursos financeiros disponíveis, para o desenvolvimento das suas atividades, nomeadamente para o cumprimento do Plano Plurianual de Investimentos, desde 2005 que o Município tem diminuído o recurso à contratação e/ou utilização de empréstimos de médio e longo prazo. No entanto, no ano 2009 o Município de Estarreja recorreu a um financiamento bancário no valor €2.662.384,00, decorrente de candidatura de adesão apresentada ao **Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado (PREDE)**.

A referida linha de financiamento de médio e longos prazos a conceder ao Municípios destina-se ao pagamento das dívidas de curto prazo a fornecedores (dívida de carácter comercial e não financeira), e desenvolve-se nos termos da Resolução de Conselho de Ministros nº34/2008, de 22 de Fevereiro, especificamente (ver SECÇÃO V da RCM nº34/2008, 22/02):

O PREDE destinava-se a substituir dívida a fornecedores por empréstimos de médio e longo prazo, promovendo a redução do Prazo Médio de Pagamentos (PMP) dos compromissos assumidos perante terceiros.

Esta linha de financiamento funciona nos mesmos termos do Programa Pagar a Tempo e Horas, alargando, todavia, os seus critérios de elegibilidade de forma a abranger um universo mais vasto de Regiões Autónomas e de Municípios.

Em 2011 iniciou-se a utilização do empréstimo excepcionado para financiamento de Diversos Investimentos inscritos no PPI (referentes a projetos financiados pelo QREN), tendo-se utilizado no ano 2012 uma verba de 400.585,76€ deste empréstimo de médio e longo prazo (plafond contratado de 916.330,00).

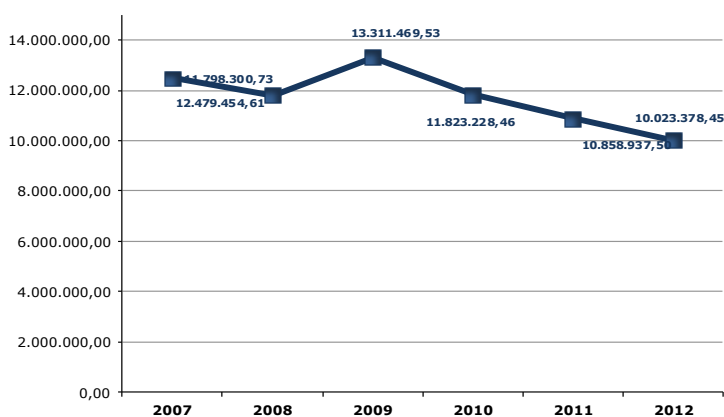
No quadro nº 60 e gráfico nº47, apresenta-se a evolução da dívida de médio e longo prazo nos últimos seis anos:

Quadro nº 60 – Evolução do Stock da Dívida

(unidade monetária : Euros)

	2007	2008	2009	2010	2011	2012
(1) Dívida no início do período	13.014.032,87	12.479.454,61	11.798.300,73	13.311.469,53	11.823.228,46	10.858.937,50
(2) Empréstimos contraídos e utilizados no período	138.215,00	50.000,00	2.662.384,00	0,00	515.744,24	400.585,76
(3) Juros Capitalizados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(4) Amortizações do Período	672.793,26	731.153,88	1.149.215,20	1.488.241,07	1.480.035,20	1.236.144,81
Dívida no Final do Período (1+2+3-4)	12.479.454,61	11.798.300,73	13.311.469,53	11.823.228,46	10.858.937,50	10.023.378,45
Taxa de crescimento da Dívida %	-4,11%	-5,46%	12,83%	-11,18%	-8,16%	-7,69%
Taxa de crescimento da Dívida (valor)	1.310.310,76	-681.153,88	1.513.168,80	-1.488.241,07	-964.290,96	-835.559,05

Gráfico nº 47



Do observado no quadro a verifica-se que desde 2007 tem havido um esforço do município para reduzir o endividamento de médio e longo prazo, reduzindo o valor em dívida em termos de empréstimos de médio e longo prazo, focalizando a atuação na amortização dessa dívida.

No ano 2012, procurou-se manter o cenário em vigor no final do ano 2011, uma vez que se conseguiu reduzir a dívida de médio e longo prazo de origem bancária com uma redução 7,69%.



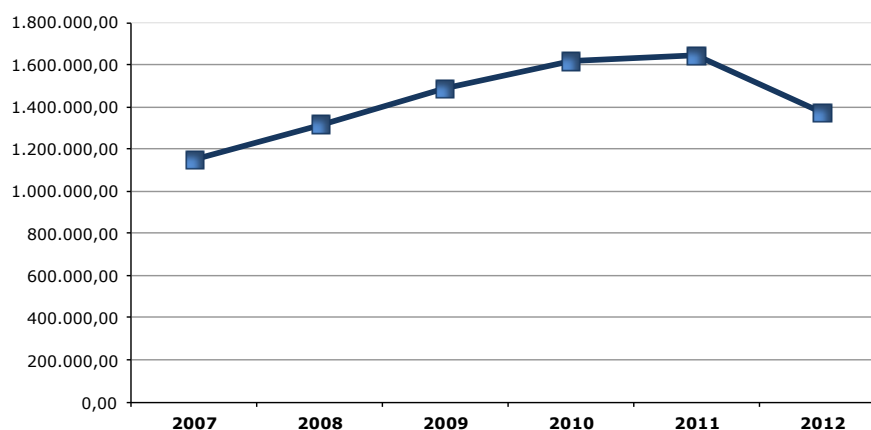
4.1.3. Serviço de Dívida

O quadro seguinte apresenta a evolução do serviço de dívida de 2004 a 2010, considerando unicamente os montantes de juros e amortizações de empréstimos contratualizados pela autarquia.

Quadro nº 61 - evolução do Serviço de Dívida (2007-2012) (unidade monetária : €uros)

	2006	2007	2008	2010	2011	2012
Empréstimos que revelam para a capacidade de endividamento	633.152,38	766.614,37	910.205,11	1.283.012,19	1.299.188,72	1.034.321,92
Amortizações	406.271,77	430.655,45	490.449,90	1.176.016,83	1.173.355,09	950.519,53
Juros	226.880,61	335.958,92	419.755,21	106.995,36	125.833,63	83.802,39
Empréstimos que não revelam para a capacidade de endividamento	360.329,37	385.865,88	405.988,33	336.592,05	346.995,02	341.952,12
Amortizações	250.588,33	242.137,81	240.703,98	312.224,24	306.680,11	285.625,28
Juros	109.741,04	143.728,07	165.284,35	24.367,81	40.314,91	56.326,84
Total do Serviço de Dívida	993.481,75	1.152.480,25	1.316.193,44	1.619.604,24	1.646.183,74	1.376.274,04
Amortizações	656.860,10	672.793,26	731.153,88	1.488.241,07	1.480.035,20	1.236.144,81
Juros	336.621,65	479.686,99	585.039,56	131.363,17	166.148,54	140.129,23
Taxa de crescimento do Serviço da Dívida	9,21%	16,00%	14,21%	8,54%	1,64%	-16,40%
Amortizações	-2,17%	2,43%	8,67%	29,50%	-0,55%	-16,48%
Juros	41,25%	42,5%	22,0%	-61,7%	26,5%	-15,7%

Gráfico nº 48 -Evolução do Serviço da Dívida



No ano de 2012, verifica-se relativamente aos anos anteriores uma importante decréscimo do peso do serviço de dívida, explicado essencialmente por dois fatores:

- ☐ O término da amortização de um conjunto de empréstimo, sendo de destacar o reembolso total do empréstimo de médio e longo prazo relativo ao financiamento de "Diversos Investimentos inscritos no Plano de 1997".
- ☐ Associado ao término de alguns empréstimos bancários contratualizados, é de complementar a diminuição dos encargos com juros pela diminuição do capital em dívida pela amortização dos diferentes financiamentos vigentes.

4.1.4. Composição da Capital Bancário em Dívida no Fim da Gerência

Apresenta-se de seguida, um quadro resumo dos empréstimos existentes à data de 31 de Dezembro de 2009, 31 de Dezembro de 2010, 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2012, diferenciando-os consoante relevam ao não para o cálculo da capacidade de endividamento, para uma visão mais detalhada da estrutura do endividamento de médio e longo prazo.

Quadro nº 62- Composição do Capital Bancário

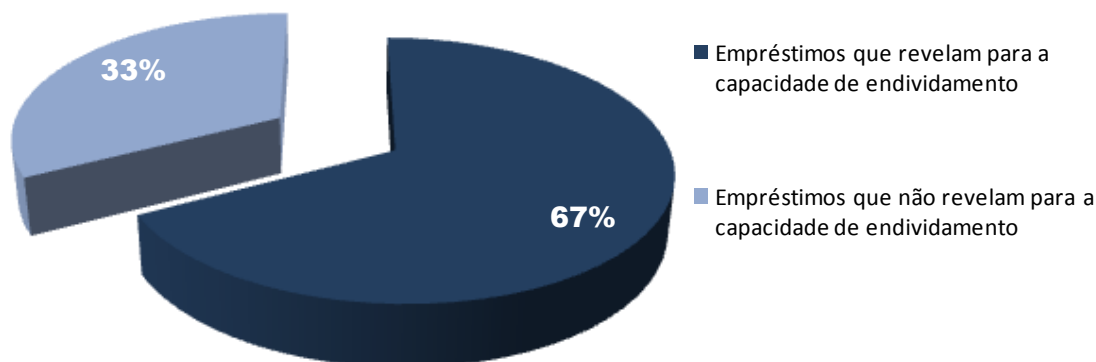
(unidade monetária : Euros)

	Capital em Dívida em 31/12/2009	Capital em Dívida em 31/12/2010	Capital em Dívida em 31/12/2011	Capital em Dívida em 31/12/2012	
	Montante	Montante	Montante	Montante	% do total
Empréstimos que revelam para a capacidade de endividamento	10.048.027,16	8.872.010,33	7.698.655,24	6.748.135,71	67,32%
Intempéries - DL 47/96 (1995/96-parte Não Bonificada)	35.660,17	15.394,57	0,00	0,00	0,00%
Diversos Investimentos - PA 1997	759.987,40	458.890,42	154.323,95	0,00	0,00%
Diversos Investimentos - PA 1998	446.324,51	327.411,11	208.497,71	89.584,31	0,89%
Parque Industrial - PA 2000	3.305.367,72	3.069.270,04	2.833.172,36	2.656.099,10	26,50%
Medida 1.7. do PORCentro - Praça Município	305.839,21	283.184,45	260.529,69	237.874,93	2,37%
Medida 1.7. do PORCentro - URBCOM	139.888,14	129.896,13	119.904,12	109.912,11	1,10%
Diversos Investimentos - PPI 2004	677.267,04	633.572,40	589.877,76	546.183,12	5,45%
Diversos Investimentos - PPI 2005	717.532,62	674.270,18	632.199,11	588.420,61	5,87%
PPI/2005 - Largo Sto Amaro e Centro C Pardilhó	66.919,42	62.863,70	58.807,98	54.752,26	0,55%
Parque Industrial - PPI/2006	884.027,80	831.250,03	778.472,25	725.694,47	7,24%
Parque Desportivo Municipal	46.829,13	43.109,30	39.458,31	35.688,80	0,36%
PREDE Entidade Bancária	1.597.430,00	1.277.944,00	958.458,00	638.972,00	6,37%
PREDE Estado	1.064.954,00	1.064.954,00	1.064.954,00	1.064.954,00	10,62%
Empréstimos que não revelam para a capacidade de endividamento	3.263.442,37	2.951.218,13	3.160.282,26	3.275.242,74	32,68%
Construção Arrendamento Social-INH	438.834,69	397.159,39	354.715,16	312.309,41	3,12%
Intempéries - DL 47/96 (1995/96 - parte Bonificada)	24.519,45	10.562,79	0,00	0,00	0,00%
Saneamento Básico - PA 2000	2.773.267,10	2.530.050,20	2.289.822,86	2.046.603,33	20,42%
Intempéries 2000/2001	26.821,13	13.445,75	0,00	0,00	0,00%
Diversos Investimentos 2010 Financiados QREN	0,00	0,00	515.744,24	916.330,00	9,14%
Total da dívida de médio e longo prazo	13.311.469,53	11.823.228,46	10.858.937,50	10.023.378,45	100,00%

Face aos valores apresentados e em conformidade com o definido na Lei das Finanças Locais, constata-se que, no final do exercício de 2011, do total dos empréstimos contraídos, 24,96% estão excluídos do cálculo da capacidade de endividamento.

Gráfico nº 43

Relevância para a capacidade de Endividamento



4.1.5. Limites de endividamento

A Lei de Estabilidade Orçamental, que assenta no Pacto de Estabilidade e Crescimento, prevê que a Lei do Orçamento de Estado possa definir limites máximos de endividamento diferentes dos estabelecidos na Lei das Finanças Locais, bem como Transferências do Orçamento de Estado (OE) de montante inferior ao previsto na LFL.

Com base nesta premissa, e concretamente no que se refere aos limites de endividamento para 2012, verifica-se Lei nº64-B/2011 de 30/12/2011 - Orçamento de Estado para 2012 - fixou Limites de Endividamento para 2012, com base em regras distintas das que se encontram consagradas na Lei das Finanças Locais (á semelhança do ocorrido em 2011).

Assim, e de acordo com o art. º 66º do OE 2012, o valor do endividamento líquido de cada município em 31 de Dezembro de 2012, calculado nos termos da LFL, não pode ser superior ao observado em 31 de Dezembro do ano anterior.

Quadro nº 63- Limite de Endividamento Municipal 2012

OE 2012		
Regra de Cálculo	Limite	Obs
Valor de Referência: Endividamento Líquido em 31/12/2011	8.459.931,80	Valor: Endividamento Líquido em 31/12/2011; Validado no Portal Autárquico e publicitado pela DGAL em Julho/2012

De salientar que do cálculo do limite ao Endividamento Líquido efetuado com base nas regras previstas na LFL, resultaria um montante superior, conforme se constata no quadro infra:

Quadro nº 64- Limite de Endividamento Municipal 2012

	Lei Finanças Locais	OE 2012	Diferença
Limite ao Endividamento Líquido (EL)	12.356.192,39	8.459.931,80	- 3.896.260,59

O n.º 4 do art. 58º do DL n.º 32/2012, de 13 de Fevereiro (Decreto-Lei de execução orçamental), prevê que os limites de endividamento líquido e da dívida de médio e longo prazo sejam formalmente comunicados pela DGAL aos municípios e à DGO.

Na presente data o Município de Estarreja ainda não recebeu a comunicação formal dos limites de endividamento, embora estes já se encontrem publicitados na página eletrónica da DGAL.

Muito sucintamente, podemos definir o **endividamento líquido** como o resultado da diferença entre o passivo da autarquia (Dívidas a Pagar) e um conjunto de ativos expressamente definidos na lei (Caixa, Depósitos à Ordem, Dívidas a Receber e Investimentos Financeiros).

Face ao enquadramento do endividamento na atual Lei da Finanças Locais, e consagrado que se encontra o conceito do endividamento líquido municipal que incorpora no município os efeitos do endividamento das entidades que constituem o sector empresarial local (SEL), em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no seu regime jurídico (Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro), dos serviços municipalizados e as associações de municípios, na proporção da sua participação, importa desde logo identificar as entidades relevantes para os limites legais estabelecidos.

No presente momento e perante dados rececionados, apenas será de incluir os efeitos do endividamento da Associação de Município do Carvoeiro e da CIRA-Comunidade Intermunicipal da Ria de Aveiro.

O quadro seguinte apresenta a evolução do endividamento líquido do Município de Estarreja durante o ano 2012, bem como o seu posicionamento relativamente ao respetivo limite.

Quadro nº 65- Endividamento Municipal 2012

Regras previstas na LOE 2012					
Limite ao Endividamento de Médio e Longo Prazo	9.494.315,00				
Limite ao Endividamento Líquido	8.459.931,80				
Avaliação do Cumprimento	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
Capital em Dívida de Médio e Longo Prazos	10.871.304,27	10.510.107,96	10.232.092,73	10.023.378,45	
Endividamento Líquido do Município	14.021.162,83	10.207.042,54	9.129.441,78	7.941.002,93	
Capital em Dívida Excepcionado dos Limites de Endividamento	3.394.713,09	3.394.767,30	3.337.478,14	3.275.242,74	
Contribuição AM e SEL	-948.999,66	-958.016,33	-942.004,63	-971.669,07	
Capital em Dívida de Médio e Longo Prazos a Considerar	7.476.591,18	7.115.340,66	6.894.614,59	6.748.135,71	
Endividamento Líquido a Considerar	9.677.450,08	5.854.258,91	4.849.959,01	5.637.429,26	
Montantes em excesso					
Endividamento a Médio e Longo Prazos	n/a	n/a	n/a	n/a	
Endividamento Líquido	1.217.518,28	n/a	n/a	n/a	
Montantes Não Tomados					
Dentro do Limite de Endividamento de M/L Prazo	2.017.723,82	2.378.974,34	2.599.700,41	2.746.179,29	
Dentro do Limite de Endividamento Líquido	n/a	2.605.672,89	3.609.972,79	2.822.502,54	
Rácios de Análise					
Cobertura do Limite de Endividamento de M/L Prazo	78,75%	74,94%	72,62%	71,08%	
Cobertura do Limite de Endividamento Líquido	114,39%	69,20%	57,33%	66,64%	

Assim, aplicando as regras, no ano 2012, o Município tem capacidade de endividamento de médio e longo prazo, não tendo tomado cerca de 28,92% do limite legal que lhe é imposto, ou seja, poderia segundo regras estabelecidas para o ano 2012, contrair dívida (empréstimos) de médio e longo no valor de 2.746.179,29€.

A autarquia durante o ano 2012 não contraiu nenhum empréstimo de curto-prazo.

A nível de endividamento líquido o Município de Estarreja encontra-se em cumprimento, tendo não tomando a margem de capacidade de endividamento de €2.822.502,54, não tendo tomado 33,36% do limite de endividamento líquido municipal imposto para esta autarquia local.

5. ANÁLISE PATRIMONIAL

Tendo por base o Balanço e a Demonstração de Resultados, apresenta-se de seguida uma análise sucinta da situação patrimonial e financeira do Município de Estarreja.

5.1. EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

5.1.1. Análise do Balanço

Um dos documentos mais importantes no âmbito da análise financeira de uma entidade é o Balanço, na medida em que apresenta a sua situação patrimonial reportada a determinado momento. Assim, a estrutura patrimonial e a respetiva evolução entre exercícios são descritas resumidamente no Balanço Sintético.

Neste sentido, o próximo quadro reflete a estrutura do Balanço em 31/12/2012 e período homólogo do ano anterior, evidenciando as variações apuradas.

Quadro nº 66 – Balanço

Balanço						
<i>(em euros)</i>						
Designação	2012		2011		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Ativo						
Imobilizado	96.647.150,90	94,21%	96.625.023,14	95,68%	22.127,76	0,02%
<i>Bens de Domínio Público</i>	40.733.381,88	39,71%	42.763.112,65	42,34%	-2.029.730,77	-4,75%
<i>Imobilizações Incorpóreas</i>	96.627,29	0,09%	118.782,57	0,12%	-22.155,28	-18,65%
<i>Imobilizações Corpóreas</i>	54.445.902,97	53,08%	52.371.889,16	51,86%	2.074.013,81	3,96%
<i>Investimentos Financeiros</i>	1.371.238,76	1,34%	1.371.238,76	1,36%	0,00	0,00%
Circulante	5.935.427,33	5,79%	4.363.504,17	4,32%	1.571.923,16	36,02%
<i>Existências</i>	239.675,66	0,23%	234.688,45	0,23%	4.987,21	2,13%
<i>Dívidas de Terceiros - Médio e Longo Prazo</i>	2.053.787,79	2,00%	2.077.909,61	2,06%	-24.121,82	-1,16%
<i>Dívidas de Terceiros - Curto Prazo</i>	2.045.912,01	1,99%	1.248.210,07	1,24%	797.701,94	63,91%
<i>Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa</i>	1.243.835,16	1,21%	475.270,48	0,47%	768.564,68	161,71%
<i>Acréscimos e Diferimentos</i>	352.216,71	0,34%	327.425,56	0,32%	24.791,15	7,57%
TOTAL DO ATIVO	102.582.578,23	100,00%	100.988.527,31	100,00%	1.594.050,92	1,58%
Capital Próprio e Passivo						
Fundos Próprios	43.855.380,72	100,00%	44.314.316,69	100,00%	-458.935,97	-1,04%
<i>Património</i>	31.983.192,52	72,93%	31.817.220,39	71,80%	165.972,13	0,52%
<i>Reservas Legais</i>	932.805,06	2,13%	829.397,52	1,87%	103.407,54	12,47%
<i>Subsídios</i>	25.998,24	0,06%	0,00	0,00%	25.998,24	n.a
<i>Doações</i>	68.717,25	0,16%	44.841,81	0,10%	23.875,44	53,24%
<i>Resultados Transitados</i>	10.755.336,92	24,52%	9.554.715,89	21,56%	1.200.621,03	12,57%
<i>Resultado Líquido do Exercício</i>	89.330,73	0,20%	2.068.141,08	4,67%	-1.978.810,35	-95,68%
Passivo	58.727.197,51	100,00%	56.674.210,62	100,00%	2.052.986,89	3,62%
<i>Dívidas a Terceiros - Médio e Longo Prazo</i>	11.072.411,55	18,85%	11.801.621,73	20,82%	-729.210,18	-6,18%
<i>Dívidas a Terceiros - Curto Prazo</i>	4.019.390,71	6,84%	6.115.706,14	10,79%	-2.096.315,43	-34,28%
<i>Acréscimos e Diferimentos</i>	43.635.395,25	74,30%	38.756.882,75	68,39%	4.878.512,50	12,59%
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	102.582.578,23		100.988.527,31		1.594.050,92	1,58%

Com vista a proporcionar uma mais clara análise dos valores evidenciados, são apresentados de seguida alguns dados que permitem a analisar as variações ocorridas.

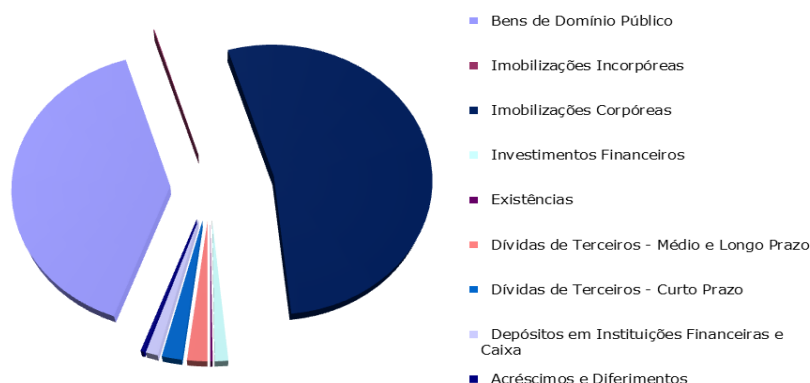
ESTRUTURA DO ATIVO

O ativo visa refletir os bens e direitos do Município, englobando ainda os acréscimos de proveitos e os custos diferidos.

Analisando detalhadamente as parcelas que compõem o ativo da entidade, obtemos a seguinte distribuição gráfica:

Gráfico nº 44

Estrutura do Ativo em 2012



Destacam-se claramente as parcelas do ativo onde se encontram registados os Bens de Domínio Público e as Imobilizações Corpóreas. O ativo Imobilizado representa, em 2012, 94,21% do ativo, expressando assim a sua materialidade.

IMOBILIZADO

Quadro n.º 67 – Variação do valor do Imobilizado

Imobilizado

(em euros)

Designação	2012		2011		2010		Variação 2012/2011	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Imobilizado	96.647.150,90	100,00%	96.625.023,14	100,00%	92.691.903,61	100,00%	22.127,76	0,02%
<i>Bens de Domínio Público</i>	40.733.381,88	42,15%	42.763.112,65	44,26%	41.074.038,60	44,31%	-2.029.730,77	-4,75%
<i>Imobilizações Incorpóreas</i>	96.627,29	0,10%	118.782,57	0,12%	132.568,94	0,14%	-22.155,28	-18,65%
<i>Imobilizações Corpóreas</i>	54.445.902,97	56,33%	52.371.889,16	54,20%	50.114.057,31	54,07%	2.074.013,81	3,96%
<i>Investimentos Financeiros</i>	1.371.238,76	1,42%	1.371.238,76	1,42%	1.371.238,76	1,48%	0,00	0,00%

Comparativamente ao ano 2011 verifica-se um incremento no valor do Imobilizado no valor de 22.127,76 €, o que representa um ligeiro acréscimo de 0,02%.

A diminuição que se verificou na rubrica "Bens de Domínio Público" ficou a dever-se essencialmente à transferência das contas de imobilizado em curso relativas a bens de domínio público para as respetivas contas de imobilizado concluído.

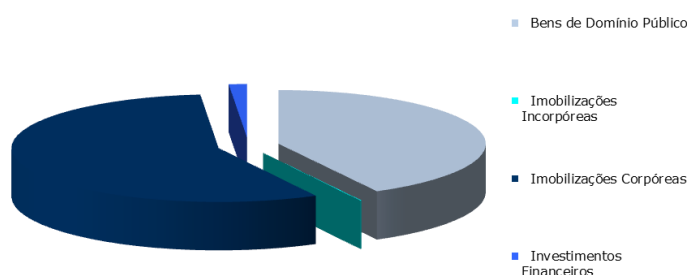
Como consequência desta transferência, as amortizações do exercício relativas aos bens de domínio público registaram um forte aumento, tendo originado, em termos líquidos globais desta rubrica a diminuição referida.

Relativamente à estrutura do imobilizado, não se verificaram alterações significativas no que respeita ao contributo de cada uma das parcelas que compõem essa massa patrimonial. Destacam-se as Imobilizações Corpóreas (56,33%) e os Bens de Domínio Público (42,15%).

O gráfico n.º 45 ilustra a composição do ativo imobilizado em 31/12/2012.

Gráfico n.º 45

Estrutura do Imobilizado em 31/12/2012



CIRCULANTE

O ativo circulante representa 5,79% do ativo líquido, sendo constituído pelas existências, dívidas de terceiros e disponibilidades.

No quadro n.º 68 é expressa a estrutura desta massa patrimonial.

Quadro n.º 68 – Ativo Circulante

Ativo Circulante

Designação	Ano 2012	100%	Ano 2011	100%	Variação	
Circulante	5.935.427,33		4.363.504,17		1.571.923,16	36,02%
<i>Existências</i>	239.675,66	4,04%	234.688,45	5,38%	4.987,21	2,13%
<i>Dívidas de Terceiros - Médio e Longo Prazo</i>	2.053.787,79	34,60%	2.077.909,61	47,62%	-24.121,82	-1,16%
<i>Dívidas de Terceiros - Curto Prazo</i>	2.045.912,01	34,47%	1.248.210,07	28,61%	797.701,94	63,91%
<i>Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa</i>	1.243.835,16	20,96%	475.270,48	10,89%	768.564,68	161,71%
<i>Acréscimos e Diferimentos</i>	352.216,71	5,93%	327.425,56	7,50%	24.791,15	7,57%

Em 2012, o montante do ativo circulante verificou um acréscimo na ordem dos 36,02 % relativamente ao ano anterior. Em termos absolutos esta variação representa um acréscimo de **1.571.923,16 €**, sendo responsáveis por este aumento essencialmente as rubricas de Dívidas de Terceiros – Curto Prazo e de Depósitos em Instituições Financeiras.

Por sua vez, a variação ocorrida nas Dívidas de Terceiros – Curto Prazo fica a dever-se essencialmente à contabilização do montante ainda por receber – **1.317.393,92 €** - relativo à retribuição inicial a pagar pela ADRA no âmbito do contrato de exploração do Sistema de Abastecimento de Água e Saneamento da Região de Aveiro.

ESTRUTURA DO CAPITAL PRÓPRIO

Apurado o Capital Próprio e o Passivo à data de 31/12/2012, verifica-se uma diminuição de 1,04% no valor dos Fundos Próprios relativamente ao exercício 2011, que pode ser apreciado no quadro seguinte:

Quadro n. 69 – Variação dos Fundos Próprios

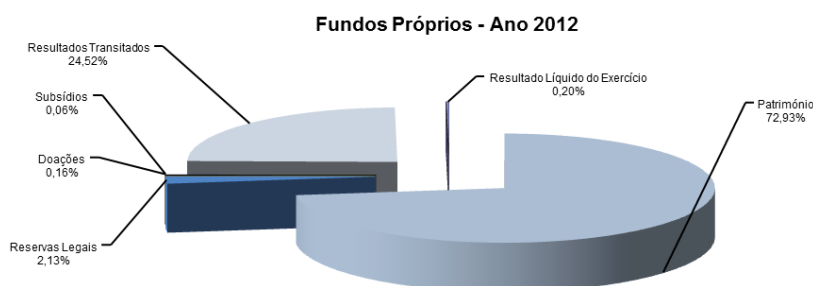
Variação dos Fundos Próprios					
(em euros)					
Fundos Próprios	Ano 2012		Ano 2011		Variação
	43.855.380,72	100%	44.314.316,69	100%	-458.935,97 -1,04%
<i>Património</i>	31.983.192,52	72,93%	31.817.220,39	71,80%	165.972,13 0,52%
<i>Reservas Legais</i>	932.805,06	2,13%	829.397,52	1,87%	103.407,54 12,47%
<i>Subsídios</i>	25.998,24	0,06%	0,00	0,00%	25.998,24 n.a.
<i>Doações</i>	68.717,25	0,16%	44.841,81	0,10%	23.875,44 53,24%
<i>Resultados Transitados</i>	10.755.336,92	24,52%	9.554.715,89	21,56%	1.200.621,03 12,57%
<i>Resultado Líquido do Exercício</i>	89.330,73	0,20%	2.068.141,08	4,67%	-1.978.810,35 -95,68%

Regista-se um aumento na conta Património de 165.972,13 € resultante de regularizações efetuadas com repercussão à data de implementação do POCAL. No que se refere ao Resultado Líquido do Exercício, verifica-se uma diminuição de 1.978.810,35 €.

Quanto aos Resultados Transitados, para além de acolherem o montante de 2.068.141,08 € referentes à aplicação do Resultado Líquido do ano 2011, foram igualmente movimentados por regularizações materialmente relevantes, que já se encontram devidamente explicitadas nas Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados.

A estrutura dos Fundos Próprios à data do Balanço, é representada no gráfico seguinte:

Gráfico n.º 46



PASSIVO

Em 31/12/2012, o Passivo (incluídos os Acréscimos e Diferimentos, no valor de 53.635.395,25 €) registou o valor de 58.727.197,51 €, equivalendo a um aumento de 2.052.986,89 €, isto é, +3,62% do que no exercício de 2011.

De notar, porém, que o referido aumento resulta da variação ocorrida nos Acréscimos e Diferimentos, que totalizou 4.878.512,50 €. As dívidas de curto prazo, bem como as dívidas de médio e longo prazo diminuíram 2.096.315,43 € e 729.210,18 €, respetivamente.

Quadro n.º 70 – Composição do Passivo

Variação do Passivo						
Passivo	Ano 2012		Ano 2011		Variação	
	58.727.197,51	100%	56.674.210,62	100%	2.052.986,89	3,62%
<i>Dívidas a Terceiros - Médio e Longo Prazo</i>	11.072.411,55	18,85%	11.801.621,73	20,82%	-729.210,18	-6,18%
<i>Dívidas a Terceiros - Curto Prazo</i>	4.019.390,71	6,84%	6.115.706,14	10,79%	-2.096.315,43	-34,28%
<i>Acréscimos e Diferimentos</i>	43.635.395,25	74,30%	38.756.882,75	68,39%	4.878.512,50	12,59%

Os compromissos assumidos pelo Município traduzidos nas dívidas a terceiros – passivo exigível - representam 25,70% do total do passivo.

Uma análise mais pormenorizada da dívida do Município consta de capítulo próprio inserido no presente relatório de gestão.

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Quadro n.º 71 – Acréscimos e Diferimentos

Acréscimos e Diferimentos	
Acréscimos de Custos	390.921,58
Remunerações a liquidar em 2013	337.452,07
Outros Acréscimos de Custos	53.469,51
Proveitos Diferidos	43.244.473,67
Subsídios para Investimentos	36.266.668,35
Retribuição Inicial da ADRA	6.977.563,65
Proveitos diferidos diversos	241,67

Os 390.921,58 € expressos na conta de Acréscimos de Custo traduzem custos cujo processamento e pagamento só acontecerá em 2013, mas que respeitam a custos do exercício 2012, sendo de destacar os relativos a férias e subsídios de férias.

Quanto aos proveitos diferidos, a parcela mais significativa respeita a subsídios para investimentos. Esta parcela reflete as participações obtidas no âmbito de projetos homologados ao abrigo dos quadros comunitários de apoio ou de protocolos e contratos-programa para o efeito celebrados. Estes montantes são progressivamente reconhecidos na demonstração de resultados numa base sistemática durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os custos de amortizações relacionado, isto e, durante a vida útil dos bens subsidiados. A este propósito assinala-se que o valor regularizado em 2012 totalizou **789.311,69 €**.

Já no que se refere à retribuição inicial paga pela ADRA, salienta-se que o montante contabilizado inicialmente corresponde a adiantamentos por conta da retribuição associada ao direito de exploração do Sistema de Abastecimento de Água e Saneamento da Região de Aveiro. Tais adiantamentos são consumidos pelas rendas a pagar aos municípios que se vencem aquando da formação do réditto operacional (volume de negócios), de acordo com a cláusula 10ª do respetivo Contrato de Gestão. Em 2012 foi reconhecido como proveito do exercício, o montante de 55.352,46€.

5.1.2. Análise da Demonstração de Resultados

A análise da Demonstração de Resultados permite perceber o modo como o resultado do exercício económico foi gerado, tendo em conta o comportamento dos custos e proveitos.

Os proveitos globais gerados foram de 13.830.676,39 € enquanto os custos totais foram de 13.741.345,66 €, gerando um Resultado Líquido do exercício de 89.330,73 €.

Para melhor compreensão da evolução do desempenho do Município, o próximo quadro apresenta a estrutura da Demonstração de Resultados referente ao exercício económico de 2012 em comparação com o período homólogo de 2011, evidenciando as variações apuradas.

Quadro nº72

Demonstração de Resultados

(em euros)

Designação	2012		2011		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Custos e Perdas						
Custo Mercadorias Vendidas e M. C. (CMVMC)	319.166,95	2,32%	353.952,90	2,69%	-34.785,95	-9,83%
Fornecimentos e Serviços Externos	3.418.430,74	24,88%	3.627.702,33	27,61%	-209.271,59	-5,77%
Custos com Pessoal	4.191.035,39	30,50%	4.525.363,29	34,44%	-334.327,90	-7,39%
Amortizações/ Provisões do Exercício	4.268.989,55	31,07%	2.625.333,78	19,98%	1.643.655,77	62,61%
Transferências /Sub Concedidos	754.963,83	5,49%	863.211,94	6,57%	-108.248,11	-12,54%
Outros Custos e Perdas Operacionais	2.252,63	0,02%	369,81	0,00%	1.882,82	509,13%
Custos e Perdas Operacionais (A)	12.954.839,09	94,28%	11.995.934,05	91,29%	958.905,04	7,99%
Custos e Perdas Financeiras	161.674,46	1,18%	211.738,78	1,61%	-50.064,32	-23,64%
Custos e Perdas Correntes (C)	13.116.513,55	95,45%	12.207.672,83	92,90%	908.840,72	7,44%
Custos e Perdas Extraordinários	624.832,11	4,55%	932.665,40	7,10%	-307.833,29	-33,01%
Total dos Custos e Perdas (E)	13.741.345,66	100,00%	13.140.338,23	100,00%	601.007,43	4,57%
Proveitos e Ganhos						
Vendas e Prestações de Serviços	845.289,45	6,11%	766.433,67	5,04%	78.855,78	10,29%
Impostos e Taxas	3.911.283,17	28,28%	4.248.412,07	27,93%	-337.128,90	-7,94%
Proveitos Suplementares	10.333,98	0,07%	132.954,58	0,87%	-122.620,60	-92,23%
Transferências /Sub Obtidos	7.458.461,16	53,93%	7.903.743,89	51,97%	-445.282,73	-5,63%
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	83.174,24	0,60%	38.921,35	0,26%	44.252,89	113,70%
Proveitos e ganhos Operacionais (B)	12.308.542,00	88,99%	13.090.465,56	86,07%	-781.923,56	-5,97%
Proveitos e Ganhos Financeiros	536.399,65	3,88%	562.108,43	3,70%	-25.708,78	-4,57%
Proveitos e Ganhos Correntes (D)	12.844.941,65	92,87%	13.652.573,99	89,77%	-807.632,34	-5,92%
Proveitos e ganhos Extraordinários	985.734,74	7,13%	1.555.905,32	10,23%	-570.170,58	-36,65%
Total dos Ganhos e Proveitos (F)	13.830.676,39	100,00%	15.208.479,31	100,00%	-1.377.802,92	-9,06%
Resultados Operacionais: (B-A)	-646.297,09		1.094.531,51		-1.740.828,60	
Resultados Financeiros: (D-B) - (C-A)	374.725,19		350.369,65		24.355,54	
Resultados Correntes: (D-C)	-271.571,90		1.444.901,16		-1.716.473,06	
Resultados Extraordinários:	360.902,63		623.239,92		-262.337,29	
Resultado Líquido do Exercício (F-E)	89.330,73		2.068.141,08		-1.978.810,35	
Total dos Custos e Perdas +RLE	13.830.676,39		15.208.479,31		-1.377.802,92	

Numa primeira análise de carácter global, destaca-se um aumento de **958.905,04 €** no montante dos custos e perdas operacionais, comparativamente ao ano 2011. Esta variação resulta do aumento verificado na rubrica de amortizações do exercício, uma vez que nas restantes rubricas de custos operacionais se registaram diminuições.

No que se refere aos proveitos e ganhos, há a assinalar uma diminuição global de **1.377.802,92€**.

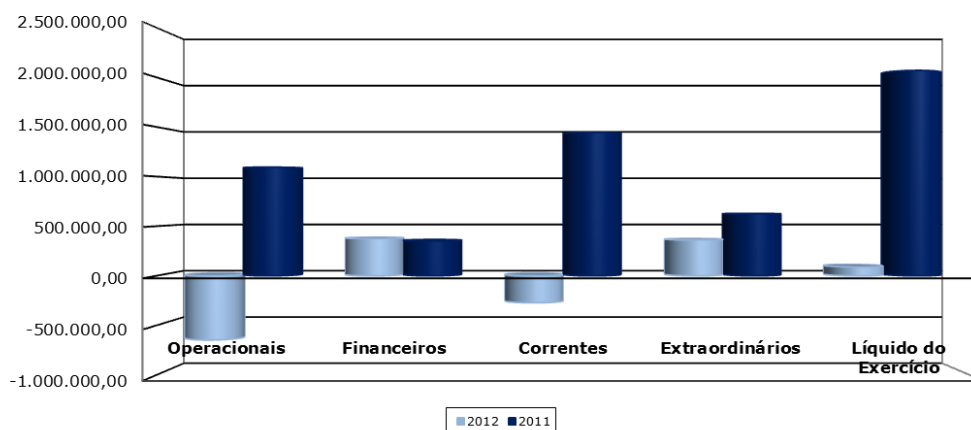
ESTRUTURA DOS RESULTADOS

No exercício económico de 2012 o Resultado Líquido diminuiu 1.978.810,35 €, comparativamente ao exercício anterior. Para tal terão contribuído as variações negativas ocorridas ao nível dos resultados correntes e extraordinários.

O gráfico apresentado de seguida demonstra a evolução ao nível dos resultados verificada entre o ano 2011 e o ano 2012.

Gráfico nº 47

Evolução dos Resultados



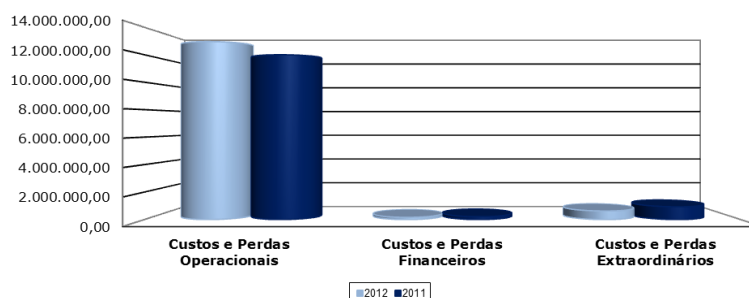
Nos pontos seguintes serão analisadas as causas para esta variação ocorrida ao nível do Resultado Líquido do Exercício.

ESTRUTURA DOS CUSTOS E PERDAS

Analisando a estrutura de custos e perdas verifica-se um aumento global de **€ 601.007,43** comparativamente ao ano 2011, correspondendo a um aumento de 4,57 %.

Gráfico nº 48

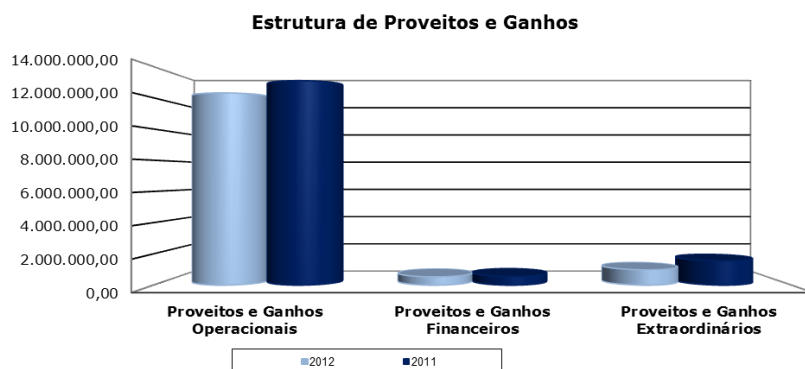
Estrutura de Custos e Perdas



ESTRUTURA DOS PROVEITOS E GANHOS

Por outro lado, para a diminuição do Resultado Líquido do Exercício contribuiu também o decréscimo de € 1.377.802,92 verificado nos Proveitos e Ganhos, o que se traduz numa diminuição de 9,06% relativamente ao exercício anterior.

Gráfico nº 49

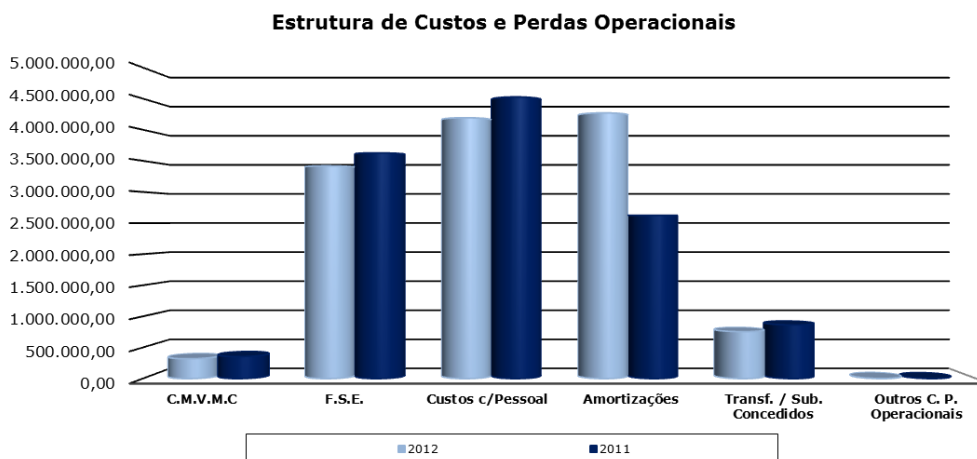


RESULTADOS OPERACIONAIS – Proveitos e Ganhos Operacionais vs Custos e Perdas Operacionais

Custos e Perdas operacionais

Os Custos e Perdas Operacionais resultam da atividade operacional da entidade na prossecução das suas atribuições e competências, designadamente Custos com Pessoal, Fornecimentos e Serviços Externos ou Amortizações do Exercício. Em 2012 totalizaram € 12.954.839,09, destacando-se a rubrica Amortizações e Provisões do Exercício que representou 31,07% do total de Custos e Perdas. Os Fornecimentos e Serviços Externos representaram 24,88%, sendo ainda de destacar os Custos com Pessoal que absorveram 30,50% da totalidade dos Custos e Perdas do exercício.

Gráfico nº 50



Comparando a estrutura de custos operacionais nos exercícios económicos de 2012 e 2011, é perceptível que, à exceção das Amortizações do Exercício, se verifica uma diminuição generalizada nos custos do exercício distribuída pelas restantes rubricas.

Da análise do gráfico n.º 50, podemos mesmo verificar que as amortizações do exercício sofreram um aumento de **1.643.655,77 €**, contrariando a tendência das restantes rubricas de custos operacionais mais relevantes onde se registaram diminuições.

Contribuiu em grande medida para este aumento a regularização, na aplicação informática de Gestão Patrimonial, de diversas obras que se encontravam registadas em imobilizado em curso. Esta operação permitiu a transferência de imobilizado em curso de bens que já se encontravam concluídos em anos anteriores, tendo como resultado o início da amortização desses bens, cujo valor patrimonial ascende a cerca de 9.752.700 €. A materialidade deste valor permite justificar o aumento verificado no valor das amortizações do exercício.

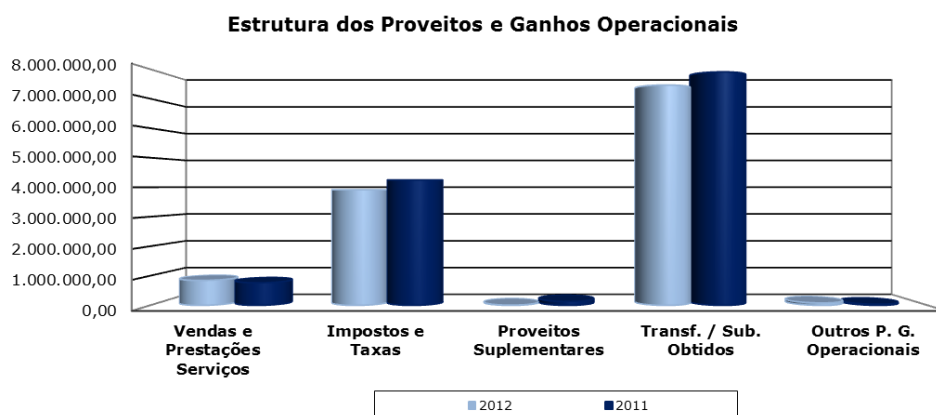
Proveitos e Ganhos operacionais

Os proveitos e ganhos operacionais provenientes da atividade da Câmara Municipal de Estarreja totalizaram, em 2012, **13.090.465,56 €**, revelando uma quebra de 781.923,56 € relativamente ao exercício 2011.

Quadro n.º 73 - Proveitos e Ganhos Operacionais

Proveitos e ganhos Operacionais	2012	2011	Varição
Vendas e Prestações Serviços	845.289,45	766.433,67	78.855,78
Impostos e Taxas	3.911.283,17	4.248.412,07	-337.128,90
Proveitos Suplementares	10.333,98	132.954,58	-122.620,60
Transf. / Sub. Obtidos	7.458.461,16	7.903.743,89	-445.282,73
Outros P. G. Operacionais	83.174,24	38.921,35	44.252,89
	12.308.542,00	13.090.465,56	-781.923,56

Gráfico nº 51



Para a diminuição verificada ao nível dos proveitos e ganhos operacionais contribuíram em grande medida os decréscimos operados nas rubricas de Impostos e Taxas, Proveitos Suplementares e Transferências e Subsídios Obtidos.

De realçar que a queda nos proveitos relativos às Transferências e Subsídios se deve essencialmente à diminuição operada nas transferências da Administração Central para as Autarquias Locais.

No que se refere aos proveitos suplementares, o valor registado em 2011 inclui o débito à Adra – Águas da Região de Aveiro, SA, de despesas operacionais incorridas pelo Município de Estarreja, no âmbito do processo de transição da exploração do serviço de águas e saneamento.

RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS – Proveitos e Ganhos Extraordinários vs Custos e Perdas Extraordinários

Os Resultados Extraordinários de 2012 fixaram-se em 360.902,63 €, traduzindo uma variação negativa, face a 2011, de 262.337,29 €.

Quadro n.º 73 - Proveitos e Ganhos Operacionais

	Exercício 2012	Exercício 2011	Variação
Custos e Perdas			
Transferências Capital Concedidas	373.970,78	482.544,41	(108.573,63)
Perdas em existências	1.177,88	9.221,71	(8.043,83)
Perdas em Imobilizações	929,46	142.230,19	(141.300,73)
Multas e outras penalidades	99,76	550,00	(450,24)
Aumentos de Amortizações e Provisões	109.118,13	-	109.118,13
Correcções relativas a anos anteriores	123.259,18	226.007,08	(102.747,90)
Outros Custos e Perdas Extraordinários	16.276,92	72.112,01	(55.835,09)
Total Custos e Perdas	624.832,11	932.665,40	-307.833,29
Proveitos e Ganhos			
Ganhos em existências	167,44	2.108,37	(1.940,93)
Ganhos em Imobilizações	10.250,84	297.837,67	(287.586,83)
Benefícios e Penalidades Contratuais	24.142,74	206.591,17	(182.448,43)
Reduções de amortizações e provisões	-	157.861,39	(157.861,39)
Correcções relativas a exercícios anteriores	173.798,80	101.638,83	72.159,97
Outros proveitos e ganhos extraordinários	777.374,92	789.867,89	(12.492,97)
Total Proveitos e Ganhos	985.734,74	1.555.905,32	-570.170,58
Resultados Extraordinários	360.902,63	623.239,92	-262.337,29

Os Proveitos e Ganhos Extraordinários registados em 2012, no montante global de 985.734,74 €, decresceram 570.170,58 € relativamente ao exercício de 2011. Os ganhos em imobilizações sofreram um decréscimo, por via da redução operada na venda de terrenos e outros bens de investimento relativamente ao exercício anterior. Por outro lado, a redução nos benefícios e penalidades contratuais deve-se a uma diminuição verificada nas taxas de relaxe, juros de mora e nos agravamentos de taxas por pagamentos fora dos prazos legais.

Quanto às amortizações e provisões, em 2012 foi necessário proceder a um reforço desta conta por via da análise efetuada às dívidas de cobranças duvidosas, o que justifica a variação ocorrida nas contas de Reduções de Amortizações e Provisões e de Aumentos de Amortizações e Provisões.

Os Custos e Perdas Extraordinários verificaram uma redução de 307.833,29 €, face a 2011, atingindo em 2012, 624.832,11 €. À exceção da conta de Aumentos de Amortizações e Provisões todas as outras contas de Custos e Perdas Extraordinárias verificaram diminuições.

6. INDICADORES DE GESTÃO

6.1. Indicadores Orçamentais

	INDICADORES	2009	2010	2011	2012	VARIÇÃO (pontos percentuais)				
						2009/2010	2010/2011	2011/2012	2009/2012	
Grau de cobertura das Receitas e das Despesas	Receita Total Disponível (incluindo saldo orçamental inicial) *100	106,33%	101,01%	108,09%	18 668 190	106,20%	-5,32	5,19	-0,13	-0,13
	Despesa Total Paga				17 577 727					
	Receita Corrente Cobrada *100	111,39%	89,47%	115,24%	10 522 439	114,26%	-21,92	24,79	2,86	2,86
	Despesa Corrente Paga				9 209 361					
	Receita Corrente Cobrada *100	56,61%	54,33%	67,94%	10 522 439	57,24%	-2,28	2,91	0,63	0,63
	Receita Total cobrada no ano (não incluindo saldo orçamental inicial)				18 381 926					
	Receita Próprias Cobradas *100	46,57%	47,16%	40,36%	6 148 376	33,45%	0,59	-13,71	-13,12	-13,12
	Receita Total cobrada no ano (não incluindo saldo orçamental inicial)				18 381 926					
	Despesa Corrente Paga *100	53,45%	57,66%	59,16%	9 209 361	52,39%	4,21	-5,27	-1,06	-1,06
	Despesa Total Paga				17 577 727					
	Receita Total Disponível-Passivos Financeiros Cobrados *100	93,80%	101,01%	105,13%	18 267 604	103,92%	7,21	2,91	10,12	10,12
	Despesa Total Paga				17 577 727					
	Receitas Próprias Cobradas *100	48,97%	44,78%	40,51%	6 148 376	34,98%	-4,20	-9,80	-13,99	-13,99
	Despesa Total Paga				17 577 727					
	Fundos Municipais *100	35,35%	33,23%	40,98%	4 712 800	26,81%	-2,12	-6,42	-8,54	-8,54
	Despesa Total Paga				17 577 727					
	Transf da Administração Central *100	39,88%	36,27%	45,15%	5 502 527	31,30%	-3,61	-4,97	-8,58	-8,58
	Despesa Total Paga				17 577 727					
Receita Corrente Cobrada Localmente *100	19,75%	13,07%	15,38%	2 090 608	11,89%	-6,68	-1,18	-7,86	-7,86	
Despesa Total Paga				17 577 727						
Receita Corrente *100	128,16%	99,01%	128,42%	10 522 439	128,03%	-29,15	29,02	-0,13	-0,13	
Despesas de Funcionamento				8 218 909						
Receitas de Capital *100	110,37%	121,07%	98,04%	7 846 985	110,02%	10,70	-11,05	-0,35	-0,35	
Despesas de Investimento				7 132 222						

	INDICADORES	2009	2010	2011	2012	VARIÇÃO (pontos percentuais)				
						2009/2010	2010/2011	2011/2012	2009/2012	
Estrutura da Receita	Receitas Próprias *100	46,05%	44,33%	37,47%	6 148 376	32,94%	-1,73	-11,39	-13,12	-13,12
	Receita Total Disponível				18 668 190					
	Receitas cobradas localmente *100	18,57%	12,94%	14,22%	2 090 608	11,20%	-5,63	-1,74	-7,37	-7,37
	Receita Total Disponível				18 668 190					
	Impostos Diretos *100	12,51%	13,37%	19,71%	3 161 964	16,94%	0,87	3,57	4,43	4,43
	Receita Total Disponível				18 668 190					
	Fundos Municipais *100	33,24%	32,89%	37,91%	4 712 800	25,25%	-0,35	-7,65	-8,00	-8,00
	Receita Total Disponível				18 668 190					
	Transf Adm Central *100	37,50%	35,91%	41,77%	5 502 527	29,48%	-1,60	-6,43	-8,03	-8,03
	Receita Total Disponível				18 668 190					
Passivos Financeiros de empréstimos MLP Cobrados (Receita) *100	11,78%	0,00%	2,74%	400 586	2,15%	-11,78	2,15	-9,64	-9,64	
Receita Total Disponível				18 668 190						
Venda de Bens e serviços correntes e de investimento *100	19,69%	11,37%	8,54%	900 726	4,82%	-8,32	-6,55	-14,87	-14,87	
Receita Total Disponível				18 668 190						



	INDICADORES	2009	2010	2011	2012	VARIACÃO (pontos percentuais)				
						2009/2010	2010/2011	2011/2012	2009/2012	
						Estrutura da Despesa	Despesa de Capital *100	46,55%	42,34%	40,84%
	Despesa Total				17 577 727					
	Aquisição de bens de Capital *100	34,50%	30,82%	27,35%	6 713 812	38,19%	-3,68	7,37	3,70	3,70
	Despesa Total				17 577 727					
	Transferências de Capital (despesa) *100	3,17%	4,12%	4,98%	418 410	2,38%	0,95	-1,74	-0,79	-0,79
	Despesa Total				17 577 727					
	Pessoal *100	23,82%	22,36%	27,10%	4 192 909	23,85%	-1,46	1,50	0,04	0,04
	Despesa Total				17 577 727					
	Pessoal: Remunerações Certas e Permanentes *100	18,81%	17,86%	22,04%	3 386 277	19,26%	-0,94	1,40	0,46	0,46
	Despesa Total				17 577 727					
	Aquisição de Bens e Serviços Correntes *100	21,52%	28,93%	24,87%	3 872 768	22,03%	7,41	-6,90	0,52	0,52
	Despesa Total				17 577 727					

	INDICADORES	2009	2010	2011	2012	VARIACÃO (pontos percentuais)				
						2009/2010	2010/2011	2011/2012	2009/2012	
						Estrutura de Serviço de Dívida e Empréstimos Bancários	Passivos Financeiros Cobrados (Receita) *100	11,78%	0,00%	2,74%
	Receita Total Disponível				18 668 190					
	Passivos Financeiros Cobrados (Receita) *100	12,53%	0,00%	2,97%	400 586	2,28%	-12,53	2,28	-10,25	-10,25
	Despesa Total Paga				17 577 727					
	Passivos Financeiros de empréstimos MLP Cobrados (Receita) *100	31,04%	0,00%	9,41%	400 586	7,31%	-31,04	7,31	-23,73	-23,73
	Investimento (PPI)				5 480 481					
	Serviço da Dívida de Empréstimos de MLP *100	6,86%	7,29%	9,47%	1 376 274	7,83%	0,43	0,54	0,97	0,97
	Despesa Total Paga				17 577 727					
	Amortização de Empréstimos de MLP *100	5,25%	6,70%	8,51%	1 236 145	7,03%	1,46	0,33	1,79	1,79
	Despesa Total Paga				17 577 727					
	Serviço da Dívida de Empréstimos de MLP *100	6,45%	7,22%	8,76%	1 376 274	7,37%	0,77	0,15	0,92	0,92
	Receita Total Disponível				18 668 190					
	Serviço da Dívida de Empréstimos de MLP *100	52	57	#DIV/0!	1 376 274	51	5,76	-6,72	-0,96	-96,26
	População				27 119					

	INDICADORES	2009	2010	2011	2012	VARIACÃO (pontos percentuais)				
						2009/2010	2010/2011	2011/2012	2009/2012	
						Grau de Financiamento do Investimento	Fundos municipais de capital *100	28,89%	32,60%	49,93%
	Investimento (PPI)				6 713 812					
	Fundos municipais de capital *100	33,80%	36,55%	49,93%	232 660	3,47%	2,75	-33,08	-30,33	-30,33
	Aquisição de bens de Capital				6 713 812					
	Venda de bens de investimento *100	23,68%	11,06%	14,00%	24 195	0,36%	-12,62	-10,70	-23,32	-23,32
	Investimento (PPI)				6 713 812					
	Transferências correntes e de capital obtidas no âmbito da U.E. *100	9,28%	37,61%	35,67%	4 306 161	78,57%	28,33	40,96	69,29	69,29
	Investimento (PPI)				5 480 481					
	Passivos Financeiros de empréstimos MLP Cobrados (Receita) *100	31,04%	0,00%	9,41%	400 586	7,31%	-31,04	7,31	-23,73	-23,73
	Investimento (PPI)				5 480 481					

	INDICADORES	2009	2010	2011	2012	VARIACÃO (pontos percentuais)				
						2009/2010	2010/2011	2011/2012	2009/2012	
						Relação dos fundos municipais Correntes com as principais componentes da despesa	Pessoal *100	100,54%	101,79%	99,18%
	Fundos Municipais Correntes				4 480 140					
	Aquisição de bens e serviços correntes *100	90,83%	131,73%	91,01%	3 872 768	86,44%	40,90	-45,29	-4,38	-4,38
	Fundos Municipais Correntes				4 480 140					



6.2. Indicadores Patrimoniais

INDICADORES	2009	2010	2011	2012	VARIÇÃO (pontos percentuais)				OBSERVAÇÕES		
					N-3 / N-2	N-2 / N-1	N-1 / N	N-3 / N			
RÁCIOS DE LIQUIDEZ											
Liquidez geral	Activo Circulante	36,78%	30,94%	32,02%	3 529 423	87,81%	5,84%	-108%	55,79%	5103%	Mede o grau em que as dívidas de curto prazo se encontram cobertas pelo ativo circulante, ou seja, mede a capacidade da entidade para fazer face aos débitos ou compromissos a curto prazo.
	Passivo Circulante				4 019 391						
Liquidez reduzida	Activo circulante - existências	33,63%	26,51%	28,18%	3 289 747	81,85%	7,1%	-167%	53,67%	48,22%	Idêntico ao anterior, mas não é considerado o valor das existências.
	Passivo Circulante				4 019 391						
Liquidez imediata	Disponibilidades	17,13%	7,58%	7,77%	1 243 835	30,95%	9,55%	-0,9%	23,0%	18,82%	Idêntico ao primeiro, mas no numerador apenas considera o valor das disponibilidades
	Passivo Circulante				4 019 391						
IMOBILIZAÇÕES											
Indicador das imobilizações I	Capitais Permanentes	60,25%	57,26%	58,08%	54 927 792	56,83%	-3,00%	0,82%	-124%	-3,42%	Avalia a cobertura do imobilizado por capitais permanentes. Se tem valor inferior à unidade, poderá significar que parte do imobilizado está a ser financiado por capitais exigíveis a curto prazo.
	Imobilizado Líquido				96 647 151						
Indicador das imobilizações II	Capitais Alheios de Curto Prazo	9,70%	6,51%	6,33%	4 019 391	4,16%	-3,20%	-0,9%	-2,9%	-5,54%	Avalia a cobertura do imobilizado pelos capitais alheios de curto prazo (excluindo acréscimos e diferimentos).
	Imobilizado Líquido				96 647 151						
ENDIVIDAMENTO											
Endividamento	Passivo	23,93%	19,30%	17,80%	15 091 802	14,76%	-4,64%	-150%	-3,04%	-9,7%	Mede o peso dos capitais alheios no financiamento das actividades da autarquia.
	Activo Líquido				102 230 362						
Estrutura de Endividamento I	Dívidas de MLP	61,70%	67,66%	65,87%	11 072 412	73,37%	5,98%	-180%	7,50%	11,66%	Exprime a estrutura de endividamento, tendo em conta o passivo de MLP.
	Passivo				15 091 802						
Estrutura de Endividamento II	Dívida financeira de MLP	52,39%	55,45%	53,41%	8 958 977	59,36%	3,00%	-2,04%	5,95%	6,98%	Exprime a estrutura de endividamento, tendo em conta o passivo financeiro (empréstimos e leasing) de MLP.
	Passivo				15 091 802						
Estrutura de Endividamento III	Dívidas de Curto Prazo	38,30%	32,34%	34,13%	4 019 391	26,63%	-5,98%	180%	-7,50%	-11,66%	Exprime a estrutura de endividamento, tendo em conta apenas o passivo circulante, excluindo, por isso, os acréscimos e diferimentos. Complementa o penúltimo indicador.
	Passivo				15 091 802						
SOLVABILIDADE E AUTONOMIA											
Autonomia Financeira	Fundos Próprios e Passivo	172,48%	170,95%	178,19%	102 582 578	174,68%	-153%	7,24%	-3,51%	2,20%	Quando inferior a 50% a entidade encontra-se na dependência dos seus credores nessa mesma percentagem
	Passivo Total				58 727 198						
Capacidade de Endividamento de Médio e Longo Prazo	Dívidas a Terceiros (MLP)	25,95%	23,77%	21,03%	11 072 412	20,16%	-2,9%	-2,74%	-0,87%	-5,79%	Mede o peso do passivo de MLP nos capitais permanentes
	Capitais permanentes				54 927 792						



7. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Com base no Balanço e Demonstração de Resultados relativos ao exercício económico de 2012 verifica-se que o Resultado Líquido do Exercício do ano em análise se cifrou no montante de **89.330,73€**

De notar que a aplicação do Resultado Líquido do Exercício é condicionada pelo disposto nos pontos 2.7.3.1 a 2.7.3.5 do POCAL, que referem:

2.7.3.1- A aplicação do Resultado Líquido do Exercício é **aprovada pelo órgão deliberativo, mediante proposta fundamentada do executivo.**

2.7.3.2- No início de cada exercício o Resultado Líquido do Exercício anterior, é transferido para a conta 59 - "Resultados Transitados".

2.7.3.3. - Quando houver saldo positivo na conta 59 - "Resultados Transitados" o seu montante pode ser repartido da seguinte forma:

- a) Reforço do património;
- b) Constituição ou reforço de reservas.

2.7.3.4 - É **obrigatório** o reforço do património até que o valor contabilístico da conta 51 - "Património" corresponda a **20% do activo líquido.**

2.7.3.5 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, deve constituir-se o reforço anual da conta 571 - "Reservas Legais" no **valor mínimo de 5% do Resultado Líquido do Exercício.**

Atendendo a que se verifica que o valor da conta 51 PATRIMÓNIO reflete, em 31/12/2012, mais de 20% do valor do ativo líquido, propõe-se a seguinte aplicação do Resultado Líquido do Exercício 2012:

- ⇒ Transferência de 5% do Resultado Líquido do Exercício para a conta 571 - "Reservas Legais", ou seja, o reforço de reservas legais no valor de 4.466,54€, mantendo-se o remanescente do Resultado Líquido do Exercício apurado, 84.864,19, na conta 59 - Resultados Transitados.